CONTEÚDO

PALAVRA DO PRESIDENTE

página 4

ECONOMIA INTERNACIONAL

página 16

ECONOMIA BRASILEIRA

página 36

BANCO SAFRA

página 48

BANCO SAFRA S.A. E SAFRA CONSOLIDADO

– DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

página 78

AGÊNCIAS NO PAÍS

página 140

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO /

DIRETORIA

página 142

PRINCIPAIS NÚMEROS

PALAVRA DO

PRESIDENTE

As perspectivas para o Brasil em 2010 são as mais otimistas.

Superados os efeitos mais fortes do abalo global, que se

prolongaram até a metade de 2009, consolida-se um novo ciclo

de crescimento ancorado no aumento do crédito, dos

investimentos, do emprego e, principalmente, na força do

mercado interno do país.

Um vigoroso processo de transferência de renda vem

integrando ao consumo um número crescente de brasileiros de

todas as regiões. Nos últimos quinze anos, em conseqüência

da ascensão das faixas da população de menor renda, a classe

média saltou de 35% para 53% da população total. Esse fato

constitui a base e a certeza de que o Brasil está ingressando

num circulo de crescimento sustentável.

As projeções de consenso são as de que o país crescerá em

2010 entre 5,5% e 6% e 4,5% no ano seguinte, com o PIB

atingindo algo próximo de US$ 1,5 trilhão. As expectativas

positivas dos agentes econômicos e da população levam em

conta a continuidade de uma política econômica de sucesso,

que assegurou a estabilidade da moeda e levou o país a

conquistar o respeito mundial.

A confiança no futuro, perceptível entre os cidadãos comuns,

não é diferente do que ocorre entre os empresários, que

consideram em suas decisões de investimento fatores

favoráveis como a diversidade, atualização tecnológica e a

capacidade de produção da economia brasileira. A força

e a diversificação da indústria, do agronegócio e do setor de

serviços, a despeito das conhecidas carências de infraestrutura,

são uma garantia de que em 2010 e nos próximos

anos o país alcançará taxas de crescimento muito expressivas.

O clima de otimismo, sem dúvida é muito positivo e certamente

funcionará como um indutor da expansão da economia.

Nesse cenário, é certo que o setor financeiro está preparado

para dar o necessário suporte e acompanhar o crescimento

econômico do país. Para isso dispõe da reconhecida solidez de

suas instituições e da vantagem de operar com a segurança

de um mercado de capitais dos mais regulados do mundo.

Os resultados do Banco Safra no exercício de 2009 superaram

as expectativas, especialmente se considerados os efeitos

residuais da crise mundial do ano anterior, que se prolongaram

até o final do primeiro semestre do ano. Com a situação

estabilizada, pouco a pouco a normalidade das operações foi

retomada, mantidos os padrões conservadores habituais.

O sucesso dessa estratégia cuidadosa refletiu-se, no final do

exercício, na classificação de 94% dos créditos nos níveis

de risco AA, A e B.

O lucro líquido apurado foi de R$ 911,3 milhões evoluindo

8% em relação aos R$ 843,4 milhões do ano anterior.

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio situou-se

em 20,2%, em conformidade com a obtida pelos grandes

bancos. Em relação aos ativos totais de R$ 65,9 bilhões, a

taxa de retorno médio alcançou 1,43%, contra 1,36% no

exercício de 2008.

Conforme os relatórios anteriores, que sempre colocaram em

discussão assuntos de interesse do país, o de 2009 elegeu

como tema o meio ambiente e para tratá-lo contou com a

colaboração de Fábio Feldman, sem dúvida, uma das maiores

autoridades do país no assunto. Em seu currículo consta a

autoria de diversas leis relacionadas ao meio ambiente, entre

as quais a de redução de emissões de poluentes por veículos.

É dele, também, o texto do capítulo da Constituição de 1988

dedicado ao meio ambiente e considerado um dos mais

completos e avançados do mundo.

Rossano Maranhão

Presidente

ARTICULISTA

SÉCULO XXI: A IMPORTÂNCIA DO MEIO

AMBIENTE NOS NEGÓCIOS

Fabio Feldmann

Nas últimas décadas, a partir especialmente da década de 70,

houve uma inequívoca tomada de consciência sobre os

problemas ambientais. Em 1972, a Organização das Nações

Unidas (ONU) realizou, em Estocolmo, a primeira grande

conferência a esse respeito, denominada “O Homem e a

Biosfera”, que se tornou o marco inicial de uma preocupação

que hoje está na agenda de todos os atores sociais, nos

discursos dos grandes líderes governamentais, nas estratégias

de negócios, na mídia e nas iniciativas da denominada

sociedade civil.

A Conferência de Estocolmo teve pouca repercussão prática,

certamente porque naquela época as evidências científicas

sobre o impacto da humanidade no planeta eram muito

incipientes. O mundo vivia o período da Guerra Fria, polarizado

entre os dois grandes blocos que se enfrentavam, grande parte

dos países em desenvolvimento vivia sob regimes autoritários,

as grandes entidades não governamentais estavam iniciando a

sua trajetória, a exemplo do Greenpeace, que foi criado em

1971. Além disso, os conceitos de crescimento econômico e

desenvolvimento se confundiam: progresso e meio ambiente

eram costumeiramente colocados em oposição. No Brasil não

era diferente.

A década de 80 assistiu a uma radical transformação. Em seus

meados, uma imagem de satélite sobre a Antártida demonstra

o buraco da camada de ozônio, revelando o impacto planetário

da ação da humanidade. Uma tecnologia com grande contribuição

para a conservação de alimentos e outros usos provocou

grandes danos à alta atmosfera (troposfera), chamando

atenção da mídia sobre a necessidade de refletirmos sobre os

direitos das futuras gerações. Como conseqüência, a revista

Time, ao invés de escolher a Personalidade do Ano, em 1989,

para figurar em sua capa, optou pelo Planeta.

Em 1986, surge a Fundação SOS Mata Atlântica, um marco na

sociedade civil, por reunir empresários, jornalistas,

profissionais liberais de várias formações, indicando que o

ambientalismo brasileiro abriu suas portas para a sociedade.

Os principais objetivos da entidade são: defender os

remanescentes da Mata Atlântica, valorizar a identidade física

e cultural das comunidades humanas que os habitam e

conservar os ricos patrimônios natural, histórico e cultural

existentes nessas regiões, buscando sua sustentabilidade.

Hoje, a SOS tem mais de 200.000 filiados.

Assistimos, a partir de então, a primeira grande onda

ambiental. No Brasil, se de um lado promulgamos a

Constituição de 88 com grande destaque ao meio ambiente,

por outro assistimos ao assassinato de Chico Mendes, no Acre,

e a divulgação dos primeiros dados do Instituto Nacional de

Pesquisa Espacial - INPE sobre o desmatamento do bioma

Amazônico. O mundo constatou, através do Relatório

Brundtland, também chamado “Nosso Futuro Comum”, que é

necessário se repensar o desenvolvimento. Este, a partir de

então, deve incorporar o conceito de sustentabilidade com a

finalidade de levar em consideração a interdependência dos

pilares econômico, social e ambiental, de modo a “atender às

necessidades presentes, sem comprometer a possibilidade de

que as futuras gerações satisfaçam suas próprias

necessidades”.

A Organização das Nações Unidas não fica calada e convoca uma

segunda grande conferência, que se realiza no Rio de Janeiro, em

1992, com o título do Relatório Brundtland – Conferência Mundial

sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Para a sua realização,

houve uma enorme mobilização envolvendo governos, instituições

acadêmicas, sociedade civil organizada, setor empresarial e mídia.

Todos engajados em diagnosticar os problemas e se possível

estabelecer as estratégias de solução. Os resultados formais são

conhecidos: Agenda 21, Declaração do Rio, Declaração sobre

Florestas e as duas Convenções, a de Diversidade Biológica e de

Mudanças Climáticas.

Além dos produtos formais, torna-se importante se assinalar

que a Conferência do Rio ou Eco-92 se volta para a formação

de uma cidadania planetária, além de consagrar o conceito de

Desenvolvimento Sustentável.

A Declaração do Rio fixou princípios aceitos por todos os

países: responsabilidade comum, porém diferenciada, ou seja,

todos têm obrigações com as futuras gerações, mas as

mesmas devem ser estabelecidas de acordo com a capacidade

individual de cada país; o princípio da precaução, isto é,

quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a

ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como

razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis

para prevenir a degradação ambiental; proteção ambiental,

como parte integrante do processo de desenvolvimento;

redução dos padrões insustentáveis de produção e consumo,

de modo a garantir uma qualidade de vida mais elevada a

todos; desenvolvimento de legislação nacional dos Estados

relativa à indenização de vítimas de poluição e outros

danos ambientais.

A Agenda 21 elenca, em 40 capítulos, as iniciativas a serem

realizadas por todos para que a humanidade ingressasse no

novo milênio na direção da sustentabilidade. Além disso, fixou

idéias e conceitos nos campos da biodiversidade, mudança

do clima, água, desertificação, educação ambiental e também

enfatizou a necessidade do setor empresarial em assumir

a sua responsabilidade em conjunto com os governos e a

sociedade civil.

A Declaração sobre Florestas representou o primeiro consenso

global sobre o tema, estabelecendo uma série de princípios

para o uso sustentável das florestas e para a proteção de toda

sua complexidade ecológica.

Do ponto de vista legal, dois tratados internacionais são

assinados em 1992. Um deles foi a Convenção da Diversidade

Biológica, que nada mais é do que o reconhecimento de que a

vida, nas suas mais variadas expressões, deve ser legalmente

protegida. Um tema particularmente importante para o Brasil,

por se tratar de um país megabiodiverso, isto é, portador de

uma das maiores diversidades de espécies animais e plantas

do planeta, em função de seus inúmeros biomas, tais como:

Amazônico, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal, entre outros.

No caso da Amazônia, há que se lembrar de que esta se trata

da maior floresta tropical contínua da Terra, e, por essa razão,

é objeto de tanta preocupação. Recentemente, o tema da

biodiversidade ganhou um importante status: a ONU declarou o

ano de 2010 como o Ano Internacional da Biodiversidade.

O objetivo desta iniciativa é chamar a atenção da sociedade

para a relevância e urgência do tema. Segundo estudos da

União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN),

17.000 espécies de plantas e animais estão ameaçados de

extinção e 60 % dos ecossistemas do planeta não são mais

capazes de prover os serviços ambientais dos quais o homem

depende, tais como produção de alimentos, água potável e

controle do clima. Em outubro de 2010, a Convenção da

Diversidade Biológica se reunirá em Nagoya, Japão,

para negociar novas metas de redução para a perda de

biodiversidade. Na ocasião da Eco-92, os países concordaram

em reduzir essa perda até 2010, no entanto, pelos dados acima,

fica claro que estamos longe do cenário ideal.

O outro tratado internacional criado na Conferência do Rio foi a

Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas, que tem como

objetivo final a estabilização dos gases efeito estufa na

atmosfera a um nível que evite uma interferência

antropogênica perigosa para o sistema climático. Em dezembro

de 2009, pudemos acompanhar uma das mais importantes

Conferências, realizada no âmbito da Convenção, a COP 15

(Conferência das Partes 15), na qual era esperado que os

líderes governamentais chegassem a um acordo climático que

substituísse o Protocolo de Kyoto. Apesar do resultado

esperado não ter sido atingido, esses líderes assumiram um

compromisso de apresentarem na próxima conferência, que

será realizada no México em dezembro de 2010, um tratado

internacional com metas que assegurem a redução global das

emissões, com recursos internacionais suficientes para ajudar

os países em desenvolvimento a usufruírem de tecnologias que

permitam baixa intensidade de carbono, bem como recursos

para implantação de medidas de adaptação.

Em 2007, o IPCC (Intergovernamental Panel on Climate Change)

lançou o seu 4º Relatório, que provocou uma nova onda de

consciência sobre mudança do clima, mais especificamente

sobre o aquecimento global, reduzindo o grau de incerteza

científica sobre tal fenômeno, indicando a necessidade

de grandes e radicais mudanças em nossa sociedade.

A matriz energética do planeta deve valorizar a energia

renovável, substituindo gradativamente o combustível fóssil.

O desmatamento das florestas tropicais deve ser combatido e a

economia sofrer grandes transformações nos padrões de

produção e consumo. Ainda, os países devem se preparar para

as conseqüências dos fenômenos climáticos, no que se

denomina, no jargão climático, “adaptação”.

Adaptação significa preparar a infra-estrutura dos países para

enfrentar elevação do nível do mar, melhorar a capacidade dos

sistemas de drenagem das cidades, bem como entender que a

economia mundial será afetada dramaticamente pelo

aquecimento global. De acordo com o Relatório Stern, estudo

encomendado pelo governo britânico para avaliar os efeitos

das mudanças climáticas na economia mundial nos próximos

50 anos, e que leva o nome de seu coordenador, Sir Nicholas

Stern, economista do Banco Mundial, os benefícios de uma

ação imediata para enfrentar os desafios das mudanças

climáticas ultrapassam os custos de não se fazer nada.

Segundo o Relatório, que foi publicado em 2006, os custos e

riscos das mudanças climáticas equivalem a uma perda de 5 a

20% do PIB mundial por ano, ao passo que o custo da ação,

por meio da redução de gases efeito estufa, seria de apenas

1% do PIB mundial por ano. O estudo ainda indica que se não

forem tomadas medidas concretas para a redução das

emissões de gases efeito estufa, poderemos chegar ao ano de

2035 com o dobro de gases do nível pré-industrial. Isso poderá

acarretar um aumento da temperatura mundial de 2º C, e, a

longo prazo, 5º C. A título de exemplo, essa variação é

equivalente à mudança de temperatura média da última era

glacial até hoje.

No Brasil, em novembro de 2009, foi divulgado o estudo

“Economia das Mudanças do Clima No Brasil”, inspirado no

Relatório Stern. O estudo brasileiro, desenvolvido por

instituições públicas e privadas do país, teve como objetivo

identificar as principais vulnerabilidades da economia e da

sociedade brasileira em relação às mudanças climáticas, de

modo a quantificar o impacto na agenda de desenvolvimento

do país. O estudo aponta que o custo da inação, ou seja,

as perdas na economia caso nada seja feito para reverter

os impactos das mudanças climáticas, poderia ser de

R$ 719 bilhões a R$ 3,6 trilhões.

As regiões identificadas como as mais vulneráveis são

Amazônia e Nordeste. Na primeira, o aumento da temperatura

poderia chegar a 7-8º C até 2100, o que causaria a chamada

savanização da Amazônia, isto é, a redução da cobertura

vegetal da Amazônia pelo bioma savana. Já no Nordeste, a

diminuição das chuvas e o conseqüente déficit hídrico

comprometeriam as atividades agrícolas de todos os estados

da região.

No entanto, as perdas na agricultura não seriam somente

sentidas no Nordeste. Haveria perdas excessivas em todas as

culturas, com exceção da cana-de-açúcar. A soja apresentaria

uma redução em sua produção de 34 a 30%, o milho

apresentaria uma redução de 15% e o café sofreria uma

redução de 17 a 18%.

Em relação ao setor energético, haveria uma perda da

iniciativas legislativas com a finalidade de estabelecer um

confiabilidade no sistema de geração de energia hidrelétrica,

marco regulatório federal para esta matéria, valendo lembrar

com redução de 31,5 a 29,3% da energia firme, sendo que os

que muitos estados liderados pela Califórnia já tratam do

maiores impactos ocorreriam nas regiões Norte e Nordeste,

assunto.

sobrecarregando os sistemas do Sul e Sudeste.

Torna-se necessário, portanto, assinalar que temas inseridos

Diante desses cenários, há um enorme esforço em se

tão somente na agenda da academia e do movimento

encontrar soluções a nível global, com a liderança das Nações

ambientalista estão se transformando em itens importantes de

Unidas, com foco em um novo tratado internacional que venha

políticas públicas. O setor empresarial, por sua vez, que se

substituir o Protocolo de Kyoto. A nível nacional, os países

encontrava distanciado destes temas, passou a incorporá-los

também se mobilizam em termos de legislação, a exemplo do

em suas estratégias, utilizando-se de diferentes abordagens,

que ocorre nos Estados Unidos, onde tramitam, no Congresso,

conforme tabela abaixo:

TABELA 1 – Temas Relevantes para Empresas (adaptado do livro “The Sustainability Handbook –

The Complete Management Guide to Achieving Social, Economic, and Environmental Responsibility”).

TEMAS RELEVANTES PARA EMPRESAS

Econômicos Sociais Ambientais

Força da marca Políticas antiassédio Poluição do ar e água

Passivos Trabalho infantil Direitos dos animais

Dispêndio de capital Governança corporativa Biodiversidade

Fluxo de Caixa Ética Patrimônio cultural

Dívidas e Juros Produção de alimento Redução de embalagem

Dividendos Trabalho forçado Prevenção de poluição

Market share Direitos humanos Princípio da Precaução

Investimento em Pesquisa Responsabilidade do produtor Produto e embalagem

e Desenvolvimento retornáveis

Salários Relatório de transparência O uso de energia no produto

Lucros acumulados Benefícios dos empregados Reciclagem

Retorno sobre Investimentos Programas de bem estar para Destinação dos resíduos

os funcionários

Subsídios fiscais Boas práticas dos Conservação da água

fornecedores

Vendas Impactos em culturas locais Conservação de animais

selvagens

Fonte: BLACKBURN, William. The Sustainability Handbook –

The Complete Management Guide to Achieving Social, Economic, and Environmental Responsibility.

Para exemplificar a relevância de temas, antes só presentes na

agenda ambientalista e hoje assumindo importância no cenário

empresarial, pode-se citar a “água”, insumo estratégico na

produção de bens e serviços, que já tem a magnitude de um

bem econômico. Apesar do Brasil ser portador de 12% das

reservas do planeta, há que se considerar que desse volume,

80% está na Bacia Amazônica e que os 20% restantes

abastecem a grande maioria dos brasileiros e a economia em

crescimento, o que evidencia a escassez de tal recurso.

Por conta disso, muitos já falam em quantificar a “água virtual”

usada em nosso dia-a-dia, isto é, considerar e quantificar o

volume de água utilizado na produção dos bens e serviços:

produzir uma camiseta de algodão consome em média 2.700

litros de água; produzir um carro consome 400 mil litros; uma

taça de vinho consome, em sua produção, 120 litros, para citar

alguns exemplos.

De um lado, com o reconhecimento dos chamados “ativos

intangíveis”, objeto inclusive de registro contábil especial, as

empresas passaram a gerenciar os riscos reputacionais

associados a práticas predatórias. Em outras palavras,

questionamentos públicos sobre estas últimas comprometem a

imagem das empresas, afetando seus negócios, uma vez que

investidores e consumidores estão incorporando tais questões

em seus processos decisórios.

Recentemente, tivemos um exemplo muito importante de como

tais questões se tornaram relevantes no mundo dos negócios e

podem gerar compromissos importantes entre a sociedade civil

e o setor empresarial. Em junho de 2009, o Greenpeace

publicou o relatório “A Farra do Boi na Amazônia”,

demonstrando como as atividades da pecuária na Amazônia,

de determinadas empresas, contribuem para o desmatamento

deste importante bioma brasileiro e com a prática ilegal do

trabalho escravo. Segundo o relatório, o setor pecuário na

região é responsável por 14% do desmatamento global anual e

80% de todo desmatamento do Brasil. A partir de sua

divulgação, o Ministério Público Federal determinou aos

compradores dos produtos dos frigoríficos envolvidos na

denúncia a suspensão imediata da aquisição desses produtos,

sob pena de serem considerados co-responsáveis pelos

danos ambientais. As principais redes de varejo do país

deixaram, então, de comprar carne sem “rastreabilidade”.

Tal acontecimento pode ser considerado um importante marco

da sustentabilidade, uma vez que ele fez com que toda a

cadeia produtiva fosse engajada. Como desdobramento, houve

um acordo entre o Greenpeace e as empresas do setor

frigorífico, no qual caracterizou-se o importante papel dessas

últimas no combate ao desmatamento.

Sob outra perspectiva não menos importante, os cuidados com

a sustentabilidade de maneira geral, notadamente nos temas

socioambientais, representam oportunidades de negócios cada

vez mais importantes. Para exemplificar, é possível citar os

investimentos em energia renovável, bens e serviços

associados à conservação de água e energia, contemplando,

também, a possibilidade de se considerar como ativos

econômicos, florestas e outros bens até aqui não devidamente

reconhecidos como geradores de riqueza e renda, pelos

serviços ambientais prestados. Referimo-nos a investimentos

em hidroeletricidade, parques eólicos, co-geração de energia

com bagaço de cana, retrofit de edifícios, bem como

manutenção de florestas, como estoques de carbono e

recuperação das mesmas como modalidade de seqüestro

biológico de carbono.

Com o Protocolo de Kyoto, foi criado o Mecanismo de

Desenvolvimento Limpo – MDL, através do qual se criou o

mercado de carbono para financiar projetos em países não

Anexo I, tais como China, Brasil, Índia. Ainda que esteja longe

de alcançar o seu potencial, hoje as transações desse

mercado representam um valor estimado em mais de

126 bilhões de dólares, segundo o relatório mais recente do

Banco Mundial – State and Trends of the Carbon Market

Report 2009, estando o Brasil numa posição privilegiada em

termos de projetos: ele ocupa o 3º lugar em número de

projetos (438), sendo a maioria deles no setor energético,

conforme gráfico:

GRÁFICO 1 – Número de Projetos Brasileiros por Escopo Setorial

Fonte: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2010

Em praticamente quinze anos surgiu uma nova commodity, o

carbono, demonstrando o papel do mercado como instrumento

importante para se alcançar a sustentabilidade planetária.

Conceitos novos estão sendo rapidamente aceitos. No campo do

turismo, o ecoturismo passou a ser um nicho importantíssimo

nas atividades turísticas mundiais, ligadas à promoção do

desenvolvimento sustentável. Segundo publicação da

Organização Mundial do Turismo (WTO), “Another Record Year

for Turism”, “o turismo, como um dos mais dinâmicos setores da

economia, tem um papel fundamental no combate à pobreza e

está se transformando numa ferramenta crucial para o

desenvolvimento sustentável”. De acordo com tal publicação, o

turismo é uma indústria de trabalho intensivo e, dessa maneira,

gera oportunidades de trabalho para homens, mulheres e jovens.

Ainda, o turismo, além dos benefícios econômicos, traz às

comunidades locais reconhecimento internacional e valorização

de sua cultura, sendo que tais benefícios não econômicos

aumentam a auto-estima de tais comunidades. Fica clara,

portanto, a importância do envolvimento dos mais diversos

setores da economia na promoção da sustentabilidade, gerando

não só um benefício ao meio ambiente, mas também a

prosperidade e lucratividade de seus negócios.

Essas atividades se inserem no que genericamente se chama

“a nova economia”, ancorada em novas fontes de energia,

novos padrões de produção e consumo, que mais cedo ou mais

tarde serão critérios decisivos em termos de competitividade

das economias nacionais e regionais. Hoje, medidas ligadas à

sustentabilidade ambiental, como as mencionadas acima, são

importantes e reconhecidamente representam uma nova visão

na qual se evidencia que “salvar o planeta” precisa ser um

bom negócio, e não há porque não transformar tais iniciativas

em atividades lucrativas. Ganham os empresários inovadores,

seus acionistas e investidores, bem como os consumidores de

tais bens e serviços.

Tal fato pode ser comprovado através da tabela abaixo, a qual

mostra como a incorporação dos princípios do

desenvolvimento sustentável, por meio da “nova economia”,

influencia positivamente não só a empresa, mas também a

sociedade/meio ambiente:

TABELA 2 – EXEMPLOS DE ASPECTOS INTERNOS E EXTERNOS DA SUSTENTABILIDADE

(adaptado do livro “The Sustainability Handbook – The Complete Management Guide to Achieving Social,

Economic, and Environmental Responsibility”).

EXEMPLOS DE ASPECTOS INTERNOS E EXTERNOS DA SUSTENTABILIDADE

Triple Bottom Recursos Aspectos internos Aspectos externos

Line (TBL)

(Empresa)

(Sociedade)

Econômico

Uso racional dos

Alcançar o sucesso

Alcançar a prosperidade

recursos econômicos

econômico da empresa

econômica da

sociedade

Uso racional dos

Deixar recursos suficientes

Deixar recursos

recursos naturais

para atender as

suficientes para

necessidades atuais

atender as necessidades

e futuras da empresa

atuais e futuras da

sociedade

Ambiental

Respeito pelos

Tratar com respeito os seres

Proteção dos

seres vivos

vivos dentro das operações

ecossistemas para

da empresa (por exemplo,

que os seres vivos

respeitar os direitos

sobrevivam

dos animais)

Prevenir e controlar a

Prevenir e controlar a

poluição dentro da empresa

poluição do ambiente

(às vezes considerado parte

externo

da sustentabilidade social)

Social

Respeito pelas

Respeito pelas necessidades

Respeito pelas

pessoas

das pessoas dentro da

necessidades das

companhia

pessoas fora da

companhia

Fonte: BLACKBURN, William. The Sustainability Handbook –

The Complete Management Guide to Achieving Social, Economic, and Environmental Responsibility.

No Brasil, existem marcos importantes que demonstram a

maturidade do empresariado brasileiro com tais tendências.

Em 2005, a Bovespa lançou o ISE – Índice de Sustentabilidade

Empresarial, respondendo à demanda de investidores que

procuram empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e

rentáveis para aplicar seus recursos. O Índice foi criado

a exemplo do DJSI – Dow Jones Sustainability Index, o índice

de sustentabilidade da Bolsa de Nova Iorque, e, dessa maneira,

atua como um importante indutor de boas práticas no meio

empresarial brasileiro, sendo um referencial no mercado

nacional para os investimentos social e ambientalmente

responsáveis.

Assim, os investidores que procuram empresas que compõem

a carteira do ISE reconhecem que elas geram um valor

importante para o acionista a longo prazo, pois, desse modo,

estão mais preparadas para enfrentar os desafios econômicos,

ambientais e sociais.

Muitas empresas brasileiras também têm adotado a prática de

elaboração de relatórios de sustentabilidade de acordo com as

diretrizes do GRI – Global Reporting Initiative, uma organização

não governamental que tem como missão desenvolver e

disseminar globalmente diretrizes para a elaboração de

relatórios de sustentabilidade, formulados voluntariamente por

empresas do mundo todo. A criação do GRI, em 1997, tem

contribuído enormemente para a promoção da transparência e

prestação de contas das empresas à sociedade em que atua, e

muitas delas já vêm adotando essas diretrizes em seus

relatórios. Atualmente, mais de 1.000 organizações no mundo

todo já reportam Relatórios de Sustentabilidade, com base nas

diretrizes do GRI, sendo que dessas organizações, 64 são

brasileiras, colocando o país em terceiro lugar no ranking do GRI.

A partir desses relatórios, as empresas mostram aos seus

stakeholders o grau de alinhamento de seus negócios ao

princípio do “Triple Bottom Line”, levando em conta os

aspectos sociais, econômicos e ambientais. Fica claro,

portanto, que o tema definitivamente conquistou seu espaço no

mundo empresarial. A importante “Harvard Business Review”,

revista da Harvard Business School que aborda em seus

artigos os maiores avanços do pensamento corporativo, trouxe

na capa de sua edição de abril de 2010 (Leadership in the Age

of Transparency / Liderança na Era da Transparência) a

necessidade das empresas prestarem contas à sociedade

sobre suas atividades, incorporando externalidades e prezando

pela transparência. Segundo a publicação, “à medida em que

as fronteiras entre as empresas e as organizações sem fins

lucrativos não existirem mais, relacionamentos que antes eram

adversos se tornarão cooperativos. Então, um consenso de que

todos nós somos responsáveis pelo mundo e que devemos,

juntos, torná-lo melhor, surgirá – e nos perguntaremos como

poderíamos pensar se não dessa maneira”.

Para evitar o chamado “greenwashing” (“maquiagem verde”),

isto é, que as empresas deixem de colocar no seu negócio a

dimensão socioambiental, investindo apenas em publicidade

para adquirir uma imagem positiva diante do consumidor e da

sociedade, recomenda-se que se empreenda um esforço

estratégico de se analisar as atividades da empresa diante dos

cenários de mudanças, promovendo adaptações que permitam

a continuidade dos negócios e a identificação de novas

oportunidades. Quanto maior a capacidade da empresa em

antecipar tais cenários, maior será a sua capacidade de se

inserir na nova economia. A título de exemplo, as grandes

redes de varejo estão assumindo compromissos públicos

de redução de suas emissões de gases efeito estufa, além de

definir critérios para aquisição de bens e serviços. A partir

de agora, levar em consideração e se adaptar para atender

tais critérios será uma questão de sobrevivência para todos

os fornecedores, sejam eles pequenos, médios ou grandes,

e em qualquer cadeia produtiva.

Mais recentemente, com a realização da 15ª Conferência das

Partes (COP15), em Copenhague, ficou clara a necessidade da

criação de novos mecanismos financeiros para se resolver as

questões de financiamento das mudanças climáticas. Dessa

maneira, recentemente foi criada, pelo Secretário-Geral das

Nações Unidas, Ban Ki-moon, uma comissão a ser presidida

pelo Primeiro Ministro Gordon Brown, com o objetivo de

mobilizar recursos para as mudanças climáticas. Essa

Comissão, composta por 19 experts na área, irá estudar as

possíveis fontes de receita para o financiamento das atividades

de mitigação e adaptação às mudanças do clima, em países

em desenvolvimento e, além disso, pretende promover grandes

avanços neste tema durante o ano de 2010. Seu trabalho será

focado na necessidade de busca por fontes novas e

inovadoras de financiamento a longo prazo, de modo a suprir a

lacuna existente no financiamento internacional para o clima.

A formação dessa Comissão demonstra inequivocamente que o

setor financeiro tem um papel cada vez mais relevante na

formatação de soluções para os problemas climáticos e

ambientais. Um claro exemplo disso é a “UNEP Finance

Initiative”, uma iniciativa criada pela United Nations

Environment Programme (Programa das Nações Unidas para

Meio Ambiente) em parceria com o setor financeiro, com o

objetivo de compreender os impactos sociais e ambientais no

desempenho financeiro. Essa iniciativa reúne mais de 180

instituições, incluindo bancos, seguradoras e gestores de

fundo, que buscam, por meio do intercâmbio de informações e

conhecimento, compreender as preocupações de seus

stakeholders no que tange aos temas da sustentabilidade.

Ao fazerem parte de tal iniciativa, as instituições demonstram

que se preocupam com questões tais como governança

corporativa, impactos sociais e ambientais de seus

investimentos e operações, sendo estas estratégicas para

atingir o sucesso em seus investimentos.

O Brasil passa por bons momentos em termos de

reconhecimento mundial. Poucos países possuem tantas

vantagens competitivas e comparativas como o Brasil, até aqui

portador de uma matriz energética limpa, depositário de muitos

biomas riquíssimos em biodiversidade e uma consciência

socioambiental significativa por parte de seus governantes,

a ponto de ter, na sua delegação em Copenhague, o presidente

da República, Lula, e três dos principais candidatos à

presidência da República, José Serra, Dilma Roussef e Marina

Silva. No que tange à sociedade civil, o Brasil também tem uma

tradição importante que vem desde a Conferência do Rio, o que

somado à prática democrática, também confere um enorme

diferencial ao país.

FABIO FELDMANN

Consultor, administrador de empresas pela Faculdade Getúlio

Vargas em 1977 e advogado pela Faculdade de Direito do Largo

São Francisco, em 1979. Deputado federal por três mandatos

consecutivos (1986 – 1998), também atuou como Secretário do

Meio Ambiente do Estado de São Paulo, entre 1995 e 1998. Foi

autor de parte da legislação ambiental brasileira, como o

capítulo de meio ambiente da Constituição Federal, a Política

Nacional de Educação Ambiental, a Lei de Acesso Público aos

Dados e Informações Ambientais, e relator da Política Nacional

de Recursos Hídricos, do Sistema Nacional de Unidades de

Conservação da Natureza e da Convenção Quadro das Nações

Unidas sobre Diversidade Biológica. Em 2000 ajudou a criar o

Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, do qual foi secretário

executivo até o ano de 2004. Em 2005 colaborou com a criação

do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais e

Biodiversidade, do qual é atualmente secretário executivo.

Tem participado de inúmeras organizações da sociedade civil,

tanto nacionais quanto internacionais, desde o começo de sua

vida profissional. Foi fundador da SOS Mata Atlântica (da qual foi

também o primeiro presidente), da OIKOS, Funatura e

Biodiversitas. Além disso, já atuou como membro conselheiro da

CI – Conservation International, GRI – Global Reporting Initiative

e Greenpeace Internacional. Faz parte do Conselho sobre

Mudanças Climáticas do Deutsche Bank a atualmente dirige seu

próprio escritório de consultoria, que trabalha fundamentalmente

com questões relacionadas à sustentabilidade e

desenvolvimento sustentável.

1.1 PANORAMA GERAL

1.1.1 Ambiente econômico em 2009

O

O

início de 2009 foi marcado por expectativas

lúgubres quanto aos rumos da economia mundial,

já que o colapso econômico nos países

desenvolvidos ameaçava arrastar o mundo para

uma depressão sem precedentes. No entanto, a política

anticíclica surpreendentemente coordenada de governos e de

Bancos Centrais foi bem sucedida em evitar o estrago maior.

Já no começo do segundo trimestre de 2009, as principais

economias industrializadas e o mundo em desenvolvimento

começaram a enviar sinais de que o pior havia ficado para trás.

A figura 1 mostra a evolução do Composite Leading Indicator

(CLI), indicador antecedente da atividade industrial computado

pela OCDE.\* Notamos que todos eles reverteram sua tendência

de baixa e passaram a se recuperar, na passagem do primeiro

para o segundo trimestres de 2009. Atualmente, praticamente

todos os indicadores se encontram acima da linha de corte de

100 pontos, nível que indica expansão da produção industrial

dentro da média histórica.

Figura 1: Composite Leading Indicator (CLI-OCDE)

Fonte: OCDE

Por detrás desta rápida recuperação está o extraordinário

estímulo fiscal e monetário posto em marcha ao redor do

mundo. A retomada da produção, do comércio mundial e

da confiança empresarial tem levado a seguidas revisões do

crescimento do PIB global neste ano. Embora a entrada na

crise tenha se dado de forma praticamente sincronizada

a partir de setembro de 2008, a retomada econômica se dará

de forma desigual entre os países, em decorrência das

diferentes condições iniciais, reações dos governos e formas

com que a crise atingiu cada um.

O fim da recessão consolida um novo paradigma da economia

global, onde o crescimento mundial será liderado pelos países

emergentes. De acordo com o World Economic Outlook,

\*Resumidamente, este índice busca identificar a posição do ciclo em que se encontram as economias dos países que compõe a OCDE e, principalmente,

antecipar suas inversões, para cima ou para baixo. Índice igual a 100 significa que determinada economia está crescendo de acordo com a média de

longo prazo. Naturalmente, valores abaixo de 100 refletem economia crescendo abaixo do potencial (ou caminhando para a recessão, caso a tendência de

decréscimo seja persistente) e acima deste limite significam economia superaquecida (acima do potencial).

desenvolvido pelo Fundo Monetário Internacional, a China

cresceu 8,7% em 2009, muito graças ao bem sucedido plano do

governo chinês em manter o elevado crescimento através do

aumento da absorção doméstica. As exportações e as

importações chinesas voltaram a exibir forte aceleração,

exercendo impacto direto no Produto Industrial, cujo

crescimento anualizado foi de 13% em fevereiro de 2010.

O forte crescimento das exportações chinesas, associado à

ainda fraca recuperação da economia mundial, aumentou as

pressões para que o governo chinês abandone a sua política

de desvalorização do Yuan, fixo em 6,80 US$/CNY desde julho

de 2008. Há também preocupações quanto ao excessivo

volume de crédito cedido para financiar o investimento, fruto

das garantias fornecidas pelo governo chinês. A despeito

dessas incertezas, o FMI prevê um crescimento de 10% para

economia chinesa em 2010.

Assim como a China, a Índia apresentou um robusto

crescimento em 2009. O PIB indiano cresceu 5,6% em relação a

2008, mesmo com incentivos públicos muito mais modestos que

os realizados por China ou Japão, por exemplo. Destaque

negativo para a aceleração da inflação no início de 2010,

puxada pela alta nos preços dos alimentos. Ainda assim, as

previsões apontam para crescimento de 7,7% em 2010.

O Brasil terminou 2009 com uma ligeira queda de 0,2% no PIB.

Contudo, o resultado negativo se deve principalmente à brusca

freada que a economia brasileira sofreu no final de 2008,

voltando a apresentar crescimento positivo a partir do segundo

trimestre de 2009. A expectativa é que a economia brasileira

cresça 5,7% em 2010, ano em que o país elegerá novo

presidente da república, eleição que poderá gerar um aumento

na volatilidade no mercado financeiro.

A Rússia perdeu espaço dentro dos BRICs, com uma contração

econômica de 7,9% em 2009. O desempenho da economia

russa pós-crise fez com que alguns analistas, dentre eles o

economista Nouriel Roubini, questionassem o quão adequado

era a sua classificação no mesmo grupo de Brasil, China e

Índia. Mesmo com a apreciação do Rublo, freando o aumento

no preço das importações, o Índice de Preços ao Consumidor

se manteve acima dos 8% ao ano, no início de 2010.

Do lado dos países desenvolvidos, o PIB dos Estados Unidos

diminuiu 2,4% em relação a 2008. O terceiro trimestre de 2009

marcou o início da retomada econômica, pondo fim a uma

sequencia de quatro trimestres negativos. Em 2010, o

crescimento deverá ser puxado pela reposição dos estoques e

pela política fiscal. O principal desafio do país será transferir a

dinâmica do crescimento para a demanda privada, seja ela

através do consumo, investimento ou exportações.

Essa não é uma tarefa simples, principalmente em um cenário

de baixa confiança do consumidor e do produtor, elevado

desemprego e baixa utilização da capacidade. Por esta razão,

não se espera para logo o início do aperto monetário pelo FED.

No entanto, há dúvidas também sobre o fôlego da economia

após a retirada dos incentivos fiscais em 2011. Para 2010, o FMI

projeta crescimento de 2,7% na economia norte-americana.

O Japão terá uma recuperação ainda mais gradual do que a

norte-americana. O PIB japonês caiu 5,3% em 2009, embora

tenha apresentado crescimento de 1,1% no último trimestre.

Tal reação foi liderada pelas exportações e pelo consistente

aumento no consumo privado, inflamado pelos maciços

incentivos do governo japonês. O temor na economia segue

sendo a deflação, sustentado pela queda anualizada de 1,3%

no IPC de janeiro. Para 2010, o FMI prevê que o PIB japonês

cresça modesto 1,7%.

Por fim, as atenções do mundo se voltaram para a Zona do

Euro. Tal fato não se deve à queda de 4,1% do PIB da região

em 2009, tampouco pela reação observada a partir do terceiro

trimestre, que elevou as previsões para 1% de crescimento do

PIB em 2010. A situação européia preocupa em função da

elevação da dívida pública, fruto do papel dos governos na

desalavancagem do setor privado. Como bem documentado em

Reinhart e Rogoff (2009), crises bancárias geralmente precedem,

ou acompanham, crises da dívida soberana, o que parece ser o

caso de muitos países da região, como no caso da Grécia,

Portugal, Espanha, Irlanda, Itália e até mesmo Reino Unido.

Há um temor nos mercados financeiros que alguns desses

países sigam os passos da Argentina no início da década, onde

a necessidade de vigorosos ajustes fiscais fez com que o país

mergulhasse em uma forte recessão, tornando a trajetória da

dívida insustentável e gerando pressões políticas que levaram

à moratória. Todas essas incertezas lançam dúvidas não só

quanto à recuperação econômica, mas também em relação à

estabilidade política da Zona do Euro.

1.1.2 Perspectivas Figura 2: Índice CRB de commodities

O início de 2010 tem sido marcado por uma sensação de

otimismo cauteloso com o curso da economia mundial. Em sua

última atualização do World Economic Outlook (WEO), o Fundo

Monetário Internacional (FMI) passou a projetar crescimento

mundial de 3,9% neste ano. A melhora da expectativa é

considerável, quando se lembra de que em abril de 2009, o

fundo projetava aumento do produto interno mundial de apenas

1,9% em 2010 (quadro 1).

Quadro 1: Projeção de crescimento do PIB mundial

Fonte: World Economic Outlook (WEO), IMF

Além de mais intensa, a reativação econômica tem atingido maior

número de países e regiões do globo. No grupo dos países

desenvolvidos, a projeção de crescimento do PIB em 2010 foi

aumentada de zero para 2,1%, entre abril-2009 e janeiro-2010,

segundo o quadro 1. Note-se, em particular, o salto na estimativa

de expansão do PIB dos EUA. No grupo dos emergentes, a

projeção de expansão econômica para este ano saiu de 4,0% em

abril de 2009 para 6,0% na última revisão do WEO em janeiro, com

destaque para Brasil, Índia e China. Neste último caso, o ritmo de

aumento da renda voltou para a casa de 10,0% ao ano.

As perspectivas de crescimento econômico global parecem

envolver os aspectos a seguir enumerados: economias

emergentes crescendo bem, por conta do redirecionamento

dos fluxos de capitais e da solidez de seus macrofundamentos;

países centrais ligados diretamente ao mercado

de commodities (Austrália e Noruega, por exemplo) seguindo

a mesma rota dos emergentes; Europa como um todo lutando

para sair do atoleiro; e EUA voltando já em 2010 a crescer em

ritmo em torno de 2,5%, portanto apenas ligeiramente abaixo

(ou muito perto) de seu potencial, estimado em 3,0%.

Durante os estágios iniciais da recuperação econômica, os

preços das commodities subiram acentuadamente, graças

principalmente à pujança da demanda das economias

emergentes do leste asiático, leia-se China. No início de 2010,

os preços das commodities aproximaram-se dos patamares

prevalecentes antes da crise (figura 2). Daqui para frente,

a expectativa é que estes preços continuem em ascensão,

embora a passos mais modestos, na esteira da consolidação

da demanda global.

O diagnóstico de que a economia mundial saiu da recessão

acentuou o debate acerca das alternativas para a

desmontagem da rede de estímulos fiscais e monetários

montada para debelar a crise. Por exemplo, na China, o receio

do aumento da inflação fez o governo iniciar processo de

elevação do juro em janeiro e exigir maior controle

da expansão do crédito por parte dos bancos locais, de modo

a conferir sustentabilidade ao crescimento econômico.

Nos EUA, o cenário de recuperação exigirá gradual retorno da

política monetária ao estado de normalidade, definido, em última

análise, como a volta da taxa básica de juro (fed funds rate) ao

seu nível neutro. Para isto, no entanto, o FED deverá percorrer

ainda um longo caminho. Isto porque, de um lado, ainda se

mostra muito expressivo o grau de ociosidade dos fatores

de produção; as empresas dão sinais de que permanecerão

contidas no tocante à realização de investimentos (não apenas

por causa da capacidade ociosa, mas também devido a

incertezas relacionadas com regulação); a riqueza das famílias

recuperou-se apenas parcialmente, sendo ainda preocupante o

quadro vigente nos mercados imobiliários; o crédito bancário

continua em queda, em prejuízo, principalmente, das empresas

de menor porte; e ainda não sofreu interrupção o processo de

alta da inadimplência de empresas e famílias. Ao mesmo tempo,

não há pressões inflacionárias significativas, capazes de trazer

desconforto para os membros do FOMC.

De outro lado, é improvável que a fed funds rate seja

aumentada sem que antes o banco central americano retire

a enorme liquidez despejada no sistema bancário no auge da

crise. O primeiro passo nesta direção já foi tomado, com o

aumento da taxa de juro do redesconto de liquidez de 0,50%

para 0,75% ao ano em fevereiro. Provavelmente, a taxa de fed

funds será alterada somente no último trimestre do ano,

atingindo, possivelmente, a marca de 0,50% a 0,75% em

dezembro. Tal previsão não se mostra incompatível com a

afirmação básica do Fed, segundo a qual o juro permanecerá

excepcionalmente baixo por extenso período – afinal, a taxa

mencionada continuará negativa, em termos reais.

Na Europa, o mais provável é que haja um desfecho “otimista”

para a questão do crescimento da dívida nos países da periferia

do euro. Provavelmente, a solução para os problemas da Grécia

(principal foco de preocupações atualmente) envolverá a

combinação de ajuda financeira dos grandes países da Europa

(que podem preferir o custo de um pouco mais de perigo moral

à desorganização que viria com um ataque especulativo a

outros membros mais fragilizados da zona do Euro e uma

sequência de moratórias soberanas) e de ajuste fiscal

significativo. Forte ajuste fiscal também deverá ser a receita

para os demais países objeto de desconfiança dos mercados.

Um aspecto relevante do ajuste fiscal diz respeito aos possíveis

efeitos adversos de um corte de gastos agora, justo em um

momento em que a economia anda mal. No entanto, em países

com dívida muito alta e passando por severa crise de confiança, o

efeito positivo do ajuste fiscal – queda da aversão ao risco,

redução dos juros longos e expectativa de impostos menores mais

à frente -- em geral mais que compensa o negativo decorrente da

contração da demanda do governo. O famoso exemplo da Irlanda

dos anos 80 mostra que o impacto positivo de cortes de gastos

sobre o crescimento pode ser mesmo muito significativo, ao

contrário do que propõe a visão keynesiana clássica.

Portanto, pode-se dizer que as perspectivas para a economia

mundial apresentam contornos relativamente otimistas. Entretanto,

os riscos para sua concretização ainda são significativos. Os dois

principais são: (a) nos EUA, a implementação da estratégia de

saída de políticas fiscais e monetárias frouxas encerra grandes

incertezas. Trata-se de um processo delicado: se for rápido

demais, pode comprometer a recuperação econômica e, se for

lento demais, pode provocar novas bolhas nos mercados de ativos

e acelerar a inflação; (b) na Europa, um eventual calote da dívida

dos países conhecidos como PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia

e Espanha) tende a jogar a região em nova crise bancária, uma vez

que é enorme a exposição dos grandes bancos europeus nestes

países. Em ambos os casos, os riscos são de duplo mergulho

(double-dip) da economia mundial. Mas esse não é o cenário de

maior probabilidade; o mais provável é que a economia mundial

siga um lento caminho em direção à normalidade.

1.2 ESTADOS UNIDOS

O PIB americano recuou 2,5% em 2009. Após quatro trimestres

de consecutivas retrações econômicas, a economia passou a

reagir na segunda metade do ano passado. No último trimestre

de 2009, na comparação com o trimestre anterior, o

crescimento foi de 5,9% em termos anualizados, o maior desde

2003. Quase toda essa evolução positiva pode ser explicada

pela recomposição de estoques e pelo crescimento do

consumo. Houve também alguma melhora do saldo da balança

comercial e de serviços americana, mas beneficiado muito

mais pelo fraco desempenho das importações, com queda de

23% no ano, do que por uma recuperação das exportações,

que se retraíram em pouco menos de 15%.

Figura 3: Contribuição para o crescimento do PIB EUA

Fonte: BEA

Para 2010, a trajetória do saldo comercial não é clara, tendo

em vista o recente crescimento mensal tanto das importações

como das exportações observado a partir de maio. Entre maio

de 2009 e janeiro de 2010, as importações apresentaram

crescimento médio de 2,07% ao mês, contra 1,79% das

exportações.

A previsão do FMI é de que a economia norte-americana

cresça 2,7% em 2010. O crescimento econômico será liderado

principalmente pelo investimento em estoques e pela política

fiscal. Os resultados da economia nos últimos dois trimestres

são os principais responsáveis por essa previsão, tendo em

vista que em outubro de 2009 a previsão para 2010 era de

crescimento muito mais modesto, na ordem de 1,5%.

O grande desafio será a obtenção de crescimento sustentável

da demanda privada, seja via aumento do consumo, do

investimento ou das exportações. Os dados apontam para o

investimento como principal candidato para puxar a retomada

da demanda privada, tendo em vista o crescimento de 1,5% na

Formação Bruta de Capital Fixo observado no último trimestre

de 2009. Considerando a variação de estoques (que, como

mencionado, puxou o PIB americano no final do ano passado)

tem-se um vigoroso crescimento de cerca de 10,0% no último

trimestre do ano.

O Produto Industrial teve em fevereiro de 2010 sua oitava

variação positiva consecutiva. Em média, a taxa de

crescimento mensal a partir de julho é de 0,70%,

constantemente superando as expectativas do mercado.

Contudo, a produção ainda está distante dos níveis observados

antes da crise de 2008, havendo assim uma considerável

margem para crescimento. A utilização da capacidade

instalada da indústria atingiu 72,7% em fevereiro de 2010, o

maior nível desde dezembro de 2008, mas ainda distante da

casa dos 80% que predominou até fevereiro de 2008.

A ainda baixa utilização da capacidade abre espaço para

expansão sem pressões inflacionárias, permitindo que a taxa

de juros básica permaneça no atual patamar de 0,25% pela

maior parte deste ano. A previsão é que o índice de preços ao

consumidor cresça 2,8% em 2010, com o núcleo da inflação

não ultrapassando 1,5%.

Do lado do consumo, o comportamento do Índice de Confiança

do Consumidor, calculado pela Universidade de Michigan, não

fornece tendência estável, apresentando queda em fevereiro e

em março de 2010, a despeito das melhoras nos indicadores

econômicos. Essa retração na confiança pode frear a

aceleração no Gasto com Consumo Pessoal iniciado no

terceiro trimestre de 2009. A taxa de desemprego por volta dos

10%, o mercado de crédito ao consumidor ainda não

normalizado e o elevado endividamento das famílias são os

principais empecilhos para uma retomada mais vigorosa do

consumo privado.

Figura 4: Produção Industrial e Nível de Utilização da

Capacidade Instalada

Fonte: FED e BEA

Descrito o cenário atual, não é possível distinguir o quanto do

crescimento do consumo no segundo semestre de 2009 é

permanente e o quanto é transitório, respondendo somente aos

estímulos fiscais oferecidos pelo governo americano. De

qualquer maneira, tendo em vista o baixo desempenho do

primeiro semestre de 2009, dificilmente o consumo privado não

apresentará crescimento em 2010.

Os gastos do governo com consumo e investimento cresceram

1,9% em 2009, liderados pelo aumento de 5,4% nos dispêndios

com Defesa Nacional. A participação do setor público atingiu

19,74% do PIB, o maior desde 1996. Devido às incertezas que

ainda pairam sobre a economia mundial, o governo dos Estados

Unidos deverá manter grande parte dos estímulos fiscais em

2010, pois uma retirada precoce geraria prejuízos indesejados na

retomada econômica. A expectativa é que os gastos cresçam

ainda mais, porém com uma decrescente participação no PIB,

graças à retomada do investimento privado que, em 2009,

respondeu somente por 11,77% do PIB, menor valor desde 1991.

O setor financeiro apresentou significantes avanços ao longo

de 2009. Os spreads interbancários atingiram níveis próximos

aos observados antes da crise financeira, enquanto que o

índice Dow Jones já está 46% acima do seu nível em fevereiro

de 2009, quando teve seu pico.

A melhora na situação patrimonial das instituições financeiras

foi vital para reduzir os riscos de novo mergulho recessivo na

economia norte-americana, embora até o último mês de março

o fluxo de crédito bancário ao setor privado ainda estivesse

bem abaixo dos padrões considerados normais. No entanto, se

por um lado ainda há fricções na intermediação financeira, por

outro, o problema do risco sistêmico, pelo menos no curto

prazo, parece resolvido. Prova disso é o início da reversão,

pelo FED, de várias medidas adotadas durante a crise para

fornecer liquidez ao sistema financeiro.

Passado o pior da crise, o governo Obama deu novo ímpeto ao

projeto de regulamentação do sistema financeiro, tendo por

principal objetivo a minimização de futuros riscos sistêmicos.

Em janeiro de 2010, o presidente resgatou proposta anterior de

Paul Volcker, ex-chairman do Federal Reserve, no sentido de

proibir operações próprias em bancos comerciais e limitar o

tamanho das instituições bancárias, impedindo-as de

representar mais de determinado percentual das operações

passivas do sistema. Segundo Volcker, bancos comerciais

precisam se dedicar integralmente ao atendimento de

necessidades de clientes, e devem ser impedidos de montar

posições meramente especulativas.

Como é notório, têm sido expressivas as pressões políticas

exercidas pelos bancos, juntos aos congressistas, com vistas a

evitar aprovação de medidas radicais, supostamente

prejudiciais ao retorno esperado da atividade bancária. Tais

pressões acabaram fazendo com que a proposta efetivamente

encaminhada ao Congresso fosse amenizada, abrindo-se

espaço para posições especulativas com títulos públicos e

limitando-se o crescimento dos bancos apenas aos casos de

aquisição de outras instituições. Não parece haver dúvida de

que as incertezas relacionadas com o resultado final de todo o

debate em torno da nova regulamentação inibem a

capitalização do sistema bancário e contribuem para manter os

bancos retraídos em suas operações de empréstimo. O mais

provável é que a aprovação da nova legislação bancária leve

um certo tempo, postergando cada vez mais a normalização da

oferta de crédito.

Assim sendo, há um consenso sobre a necessidade de

manutenção dos incentivos fiscais e da política monetária

expansionista em 2010. A previsão é que o FED não mexa na

taxa básica de juros nos dois primeiros trimestres, embora retire

gradualmente suas medidas excepcionais de fornecimento de

liquidez para o setor bancário. Embora a manutenção dos

incentivos seja vital para a continuidade da recuperação

econômica, o governo norte-americano deveria desenvolver

desde já o planejamento para a remoção dos mesmos em 2011,

visando ancorar as expectativas e garantir a sustentabilidade da

sua dívida. A previsão é para um déficit nominal na ordem de

10% do PIB em 2010 e 2011, tornando-se decrescente a partir

de 2012. Em paralelo, o nível da dívida segue crescendo

rapidamente, projetado para 110% do PIB em 2014.

Apesar dessas dificuldades, o governo Obama conseguiu

aprovar no Congresso, em 21 de março, a reforma do sistema

de saúde, seu principal compromisso de campanha. A despeito

das polêmicas em relação à mencionada reforma, é inegável

que se trata de avanço histórico para os Estados Unidos e a

maior vitória política do atual governo, até agora. Há mais de 80

anos presidentes americanos vinham tentando universalizar o

acesso à saúde.

1.3 ZONA DO EURO

Em 2010, a expectativa é que a Zona do Euro siga gradualmente

seu processo de recuperação econômica. O cenário para a

região ainda é incerto. Em favor da aceleração do crescimento

podemos contabilizar a recuperação da economia global e do

comércio internacional acima do esperado. No entanto, ainda

pairam muitas incertezas, sendo a principal delas o forte

aumento da dívida pública nos países em geral, e nos

chamados “PIIGS” (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha),

em particular.

Nos dois últimos trimestres de 2009 a economia europeia

aproveitou-se da série de benefícios fiscais e da recuperação

econômica global. Após uma seqüência de cinco trimestres

com variações negativas no seu produto interno, o terceiro

trimestre de 2009 registrou crescimento de 0,4%, enquanto que

dados preliminares da Eurostat sinalizam para um crescimento

de 0,1% nos últimos três meses do ano.

A expectativa de crescimento apenas moderado em 2010 se

ampara no ainda incompleto ajuste patrimonial de vários

setores, financeiros ou não. Somam-se, ainda a baixa utilização

da capacidade e o elevado grau de desemprego, que tendem a

prejudicar os avanços do investimento e do consumo.

Figura 5: Produção Industrial

Fonte: Eurostat

Tendo em vista esse cenário, o boletim mensal de março do

Banco Central Europeu prevê um crescimento entre 0,4 e 1,2%

em 2010 e entre 0,5 e 2,5% em 2011. Já as projeções do FMI,

disponíveis no World Economic Outlook Update de janeiro,

estimam crescimento de 1% em 2010 e de 1,6% em 2011. Esses

números são substancialmente maiores do que as taxas de 0,7%

em 2010 e 0,3% em 2011 estimadas pelo FMI em outubro de 2009.

As expectativas de inflação de médio prazo seguem ancoradas

nos níveis desejados, por volta dos 2%. Em janeiro de 2010, o

índice de preços da zona do euro (HIPC) cresceu a uma taxa

anual de 1%, enquanto que dados prévios apontavam para uma

taxa anual de 0,9% em fevereiro. Esses números permitiram

que o ECB mantivesse inalterada a taxa básica de juros em

março, projetando um crescimento do HIPC entre 0,8 e 1,6%

em 2010 e 0,9% e 2,1% em 2011.

Em janeiro, os empréstimos para o setor privado apresentaram

variação anual de -0,6%. Houve um ligeiro crescimento no crédito

para consumo, explicando-se a variação negativa no agregado

pela retração dos empréstimos para as empresas não financeiras.

Em virtude da lenta recuperação das condições de crédito, o

Banco Central Europeu optou pela manutenção de grande parte

das suas medidas de apoio não convencionais ao setor financeiro

(non-standard operation measures), visando fornecer liquidez o

bastante para que os bancos operem em condições facilitadas

para o fornecimento de crédito. Ao mesmo tempo, o setor não

bancário pode gozar das facilidades de financiamento através da

emissão de títulos, dada a queda nos custos destas operações.

Por fim, a grande preocupação em 2010 será na escolha do

momento ideal para a retirada dos estímulos fiscais. Por um

lado, todos têm em mente as lições da Grande Depressão dos

anos 30, quando a retirada precoce de tais incentivos teria

provocado o novo mergulho observado em 1937, principalmente

nos EUA. Por outro lado, os elevados déficits atuais e os crescentes

endividamentos geraram grandes preocupações e instabilidade

política na região, como se observou com a crise grega.

O drástico aumento no desequilíbrio fiscal causa

preocupações por diversas outras razões. Em primeiro lugar,

ele pode contaminar as expectativas de inflação, fazendo com

que o Banco Central Europeu tenha que mudar seus planos no

que tange a política monetária. Em segundo lugar, o desajuste

fiscal pode gerar outros desequilíbrios macroeconômicos,

como um maior déficit em conta corrente, tornando a economia

européia mais suscetível à choques externos.

Também se deve considerar o crescente pagamento com juros

decorrente do aumento do estoque da dívida. Esses juros terão de

ser pagos via maiores impostos ou via corte em outros gastos do

governo, como educação e infraestrutura, causando diminuição no

produto potencial. A demanda privada também seria prejudicada

com a possível elevação dos juros de médio e longo prazo,

gerando um efeito crowding-out típico de livro-texto.

1.4 JAPÃO

Ao longo de 2009, o Japão começou a mostrar sinais de

recuperação econômica. Por um lado, tanto as exportações

quanto a produção industrial – especialmente a manufatureira, os

demais setores continuam fracos – cresceram acompanhando o

desenrolar da recuperação da economia global. Os investimentos

públicos também continuaram a apresentar crescimento devido

às medidas implementadas pelo governo. Por outro lado, os

investimentos das empresas sofreram devido à situação

desfavorável de lucros corporativos e à capacidade ociosa

existente. O consumo privado e o mercado imobiliário continuaram

fracos, uma vez que a situação adversa de emprego e renda da

população japonesa permaneceu.

Para 2010, a expectativa é que o movimento de recuperação da

economia japonesa continue, mas a um ritmo moderado. No

início deste ano a economia ainda registrava deflação, e essa

é uma das grandes preocupações dos responsáveis pela

condução da política econômica naquele país. Assim, apesar

da perspectiva de crescimento positivo em 2010, a

recuperação da economia japonesa continua frágil e, portanto,

a política monetária adotada continuará sendo expansionista,

com mais medidas de ajuda do governo ao longo do ano.

Figura 6: Crescimento do PIB japonês

Fonte: Economic and Social Research Institute

1.5 MERCADOS EMERGENTES

1.5.1 Rússia, Índia e China

De modo geral, os países emergentes que formam com o Brasil

o grupo dos BRIC’s observaram em 2009 forte recuperação de

suas economias no período pós-crise. Em 2010, o movimento de

crescimento mundial deverá continuar e a perspectiva é positiva.

Dentre os países deste bloco, a Rússia foi a que mais sofreu

com a crise e a recuperação de sua economia demorará mais

a acontecer. A política a ser adotada nos próximos anos deverá

não apenas focar no controle inflacionário, mas também no

conserto de estragos causados pela crise. A produção russa

e a demanda doméstica sofreram consideravelmente. Em 2010,

a expectativa é de que a economia russa apresente melhora,

com a recuperação da produção doméstica e o aumento das

exportações. O fator determinante para o desempenho da

atividade do país será o preço do petróleo.

Figura 7: PIB anual dos BRICs

Fonte: FMI

O caso mais bem sucedido de saída da crise foi o da China.

Diferentemente das economias que compõem o G7, que devem

apresentar queda média de 3,6% do PIB em 2009, de acordo

com o FMI, a economia chinesa cresceu 8,7% em 2009. A forte

recuperação chinesa baseou-se em um maciço programa de

estímulos, tanto do lado fiscal, como monetário.

Entretanto, a preocupação agora é outra: o superaquecimento.

As autoridades chinesas temem que a rápida recuperação do

país possa acelerar o processo de possível formação de bolhas

de ativos e aumentar as pressões inflacionárias. De fato, desde

meados de 2009 o índice de preços ao consumidor chinês tem

apresentado tendência altista e deve ter fechado o ano em

torno da meta de 3%. Na tentativa de ancorar as expectativas,

o banco central chinês já aumentou duas vezes a taxa do

compulsório em 2010, além das elevações das taxas dos títulos

de três meses e um ano. Novos aumentos das taxas de juros

chinesas são esperados para o ano. A política monetária a ser

adotada em 2010 será apenas moderadamente expansionista.

Assim, o governo chinês pretende diminuir as novas

concessões de empréstimos para 7,5 trilhões de yuans. Mesmo

com essas medidas, a economia deve crescer mais do que os

8% estimados pelo governo. A discussão sobre a política

cambial deverá continuar, mas a tendência é que a China

retome, em breve, a política de mini-valorização em relação

ao dólar (crawling peg).

A Índia, a exemplo do que aconteceu com a China, tem

apresentado sinais sólidos de recuperação que devem

continuar ao longo de 2010. Entretanto, a inflação tem se

acelerado devido principalmente aos preços domésticos de

alimentos e tornou-se preocupação latente para as

autoridades indianas, que deverão elevar as taxas de juros ao

longo do ano. Além disso, a retirada de estímulos monetários

será desafiadora ao banco central indiano, já que as incertezas

quanto à sustentabilidade do crescimento permanecem.

1.5.2 América Latina

Em 2009, os sinais de recuperação das economias da América

Latina mostraram-se mais dinâmicos do que os de países mais

maduros como Estados Unidos e Japão. Nos mercados

emergentes, os preços de ativos reagiram positivamente e os

spreads da dívida soberana dos países caíram. Ao mesmo

tempo, as moedas se apreciaram contra o dólar ao longo de

2009. A perspectiva para 2010 é positiva, de continuidade da

recuperação em meio a um mercado ainda volátil devido às

incertezas e fragilidades da recuperação global.

Na Argentina, a consolidação da recuperação da atividade

econômica, iniciada em meados de 2009, deve ocorrer ao longo

de 2010. Tanto os gastos das famílias quanto os investimentos

devem melhorar no ano. Os empréstimos ao setor privado

também têm perspectivas positivas.

O setor manufatureiro deverá ser o mais beneficiado com o

crescimento econômico. A recuperação global deve impulsionar

as exportações argentinas e as importações aumentarão devido

à demanda doméstica mais forte. Os riscos inflacionários serão

maiores este ano por causa da recomposição de salários e da

recuperação dos preços das commodities. A política monetária

argentina terá dois desafios em 2010: expandir a capacidade

produtiva com o aumento de investimentos e, ao mesmo tempo,

controlar as pressões inflacionárias características de períodos

de recuperação da atividade. No âmbito político, o cenário será

de tensão até as eleições de 2011 com os partidos de oposição

tentando bloquear os decretos presidenciais.

Quanto ao Chile, no final de 2009, o país acompanhou os

mercados internacionais e começou a registrar sinais de

melhora de sua economia. A produção industrial apresentou

crescimento, as condições financeiras tornaram-se menos

restritivas e as vendas no comércio retomaram fôlego. O

consumo privado foi o componente da demanda doméstica

menos afetado na crise. As autoridades chilenas projetavam

um crescimento para 2010 em torno de 4,5% e 5,5%, após

queda de 1,9% em 2009. Entretanto, o terremoto que assolou o

país deve colocar freio na recuperação chilena. As reformas

propostas pelo governo deverão esperar até que a

reconstrução do país aconteça. Dessa maneira, a política

adotada pelo país deverá permanecer expansionista.

A atividade na Colômbia também tem sido positivamente

afetada pela recuperação global. Para 2010 a tendência é de

crescimento moderado, com o aumento marginal do consumo

público e das famílias – ainda que limitado pela elevada taxa

de desemprego. Caso alguns de seus parceiros comerciais

coloquem em prática as restrições anunciadas, haverá

impacto negativo sobre a atividade econômica do país, em

especial no setor industrial. A inflação deverá se acelerar ao

longo do ano, especialmente devido ao avanço dos preços de

alimentos, e deverá ficar na parte superior da meta de longo

prazo entre 2% e 4%.

O México deverá se beneficiar da recuperação econômica

norte-americana que terá curso em 2010, ainda que moderada.

A recuperação da produção industrial dos EUA que teve início

no segundo semestre de 2009 impactará positivamente o

mercado mexicano. Dessa maneira, o PIB do país deverá

crescer 4,0% nesse ano. Mesmo assim, o hiato do produto

deve continuar negativo, ou seja, o PIB efetivo permanecerá

aquém do potencial. Os investimentos privados não dão sinais

convincentes de melhora. A variação dos preços aos

consumidores mexicanos deverá se acelerar em 2010 e

possivelmente atingirá patamar acima do teto da banda

perseguida pelo banco central.

A Venezuela foi o país que mais sofreu com a crise dentre as

maiores economias da América Latina. De acordo com o FMI,

em 2010 o PIB deverá continuar registrando taxa de variação

negativa, ao redor de -0,4% devido às incertezas políticas e à

forte intervenção governamental sobre os preços e em

diversos setores produtivos. Por ter uma economia fortemente

dependente do petróleo, parte da melhora observada em 2009

deveu-se à recuperação do preço da commodity no cenário

internacional. Ainda assim, os preços permaneceram abaixo do

patamar do período pré-crise. A gradual recuperação global

deve ajudar nas exportações venezuelanas, mas isso não

deverá ser suficiente para que o país retome o movimento de

crescimento sustentado do seu produto interno.

2.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO

Segundo o IBGE, o PIB brasileiro fechou 2009 com queda de

-0,2% em relação a 2008, decréscimo determinado pela forte

retração dos investimentos (-10,0%) e das exportações

(-10,3%). O consumo das famílias ajudou a sustentar o PIB,

ao crescer 4,1% em 2009 na comparação com o ano anterior.

A distribuição trimestral do crescimento revela que a recessão

no Brasil foi breve e a economia já se encontrava em

recuperação significativa na segunda metade do ano passado.

Figura 8: Produto Interno Bruto

Fonte: IBGE

A figura 8 mostra que as maiores quedas do PIB brasileiro

ocorreram no último trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de

2009. Depois disso, a economia engrenou trajetória firme de

recuperação. Para se ter idéia da força deste movimento, no final

do ano passado, a taxa anualizada de crescimento da economia

brasileira foi de 8,4% ao ano. A demanda interna foi o motor da

reativação. A saída do ciclo recessivo (assim como foi na

entrada) tem sido comandada pelos investimentos, que contrasta

com a grande persistência estatística do consumo das famílias.

A propósito, a evidência empírica internacional ratifica que os

períodos de recessão e de expansão das economias são

caracterizados por ciclos de investimento. A inércia do consumo

é muito maior, nas sociedades em geral. Tal característica

decorre da constatação de que, diante de abalos temporários na

renda, as famílias suavizam seu consumo reduzindo sua

poupança e/ou recorrendo aos mercados de crédito,

aumentando seu endividamento. No Brasil, dada a regulação

muito mais apertada, o sistema bancário conseguiu atravessar

o período de turbulência sem maiores traumas, o que garantiu

a continuidade do fornecimento de crédito ao consumo.

Três outros fatores ajudaram a sustentar o dispêndio das

famílias. Primeiro, em comparações internacionais, o mercado

de trabalho brasileiro mostrou elevado grau de resiliência,

praticamente não sofrendo os efeitos da crise. Segundo, a ajuda

oficial a setores específicos (redução da alíquota do IPI para

automóveis, para produtos da linha branca e para materiais de

construção) foi bem sucedida e elevou as vendas nestes

segmentos, revertendo uma perspectiva que se mostrava

sombria no início do ano passado. Terceiro, o reforço dos

programas de transferência de renda do governo federal

deslocou a demanda por produtos básicos, principalmente

alimentos. Sabemos que os beneficiários dos programas

assistenciais do governo encontram-se nos extratos mais baixos

de renda, que possuem elevada propensão marginal a consumir.

Ainda no campo das políticas públicas, é preciso mencionar

também a firme tendência de aumento do gasto federal com

salários, com benefícios previdenciários e com outros gastos

correntes, postura esta que não será alterada em 2010.

O suporte oficial ao consumo das famílias foi em parte retirado

com o retorno das alíquotas de impostos aos níveis anteriores.

Isto provavelmente resultará em alguma acomodação desta

variável no início de 2010, mas a tendência é de expansão.

Pesquisas do IBGE e de outros órgãos oficiais mostram que as

condições do mercado de trabalho melhoram a cada mês, com

aumento do pessoal empregado, queda do desemprego e

expansão da massa real de rendimento. O crédito ao consumo,

cujo boom ajudou a movimentar o comércio em 2009, tende a

crescer com mais moderação a partir de agora, até porque em

março o Banco Central deu início ao processo de enxugamento

da liquidez injetada no sistema bancário no auge da crise. Em 2010,

a projeção de crescimento do consumo das famílias é de 6,5%.

Na esteira da aceleração do consumo, a expansão da

formação bruta de capital fixo (FBCF) ganhará força.

Em relação a 2009, o crescimento projetado da FBCF é de

13,2%. Abundância de crédito, principalmente para grandes

projetos de investimentos via bancos oficiais, e maior

confiança empresarial são as principais causas deste

comportamento. Tudo considerado, o PIB deverá se expandir

5,7% na comparação 2010/2009. No mesmo período, a demanda

interna (ou absorção doméstica) crescerá 7,1%, apenas um

pouco abaixo do observado em 2008 (8,0%).

Como se sabe, o crescimento a longo prazo depende

principalmente da evolução da Produtividade Total dos Fatores

(PTF), que reflete a utilização mais eficiente dos insumos

produtivos. A figura 9 ilustra a evolução do crescimento da PTF

no Brasil, segundo estimativas da MCM Consultores. Observase

que houve declínio da PTF a partir de 2008, provavelmente

devido a dois componentes, um conjuntural e outro estrutural:

(i) no primeiro caso, a crise internacional repercutiu

negativamente sobre o crédito, prejudicando as decisões de

alocação de recursos na economia devido à assimetria de

informações e (ii) no segundo caso, destacou-se piora do

“ambiente de negócios”, com violações do direito de

propriedade, enfraquecimento das agências reguladoras, maior

presença do estado na economia, etc.

Figura 9: Produtividade Total dos Fatores (PTF), % Anual

Fonte: IBGE e MCM

Com base nas informações disponíveis até agora, o melhor

prognóstico para a expansão da PTF nos próximos anos é a de

recuperação a curto prazo, devido ao esvaziamento dos efeitos

da crise, mas convergência para um patamar de crescimento

de 2,0% ao ano, no médio e longo prazos, uma vez que não se

vislumbra a retomada de reformas estruturais pelo próximo

governo a ser eleito em 2010, seja ele qual for. Isto significa

que a economia manterá crescimento potencial em torno de

4,5% ao ano pelos próximos anos.

2.2 INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA

A razão fundamental para o expressivo crescimento corrente

da demanda doméstica em ritmo bem superior à do PIB

potencial (estimado em 4,6% ao ano) encontra-se no baixo

nível da taxa de juro real. Como se sabe, apenas em casos

excepcionais (como a crise do ano passado) é possível fixar a

taxa real de juro muito abaixo do seu nível considerado

“neutro”, de forma a minimizar as perdas de produto e

emprego. Hoje, no entanto, a situação é bem diferente disso.

O hiato do produto – diferença entre o PIB efetivo e o PIB

potencial – praticamente desapareceu, refletindo o alto grau

de utilização dos fatores de produção na economia. Outro sinal

é o elevado nível do indicador de Nível de Utilização da

Capacidade Instalada (NUCI) na indústria, computado pela

Fundação Getúlio Vargas-FGV, que ultrapassou sua média

histórica no início do quarto trimestre do ano passado, também

sinalizando aquecimento da economia.

Em face disto e das tensões inflacionárias já perceptíveis na

economia brasileira, particularmente a elevação dos núcleos

de inflação, o Banco Central deve realizar aumento do juro

básico, de modo a esfriar a economia e garantir a consecução

da meta de inflação a partir de 2011. O ajuste total por nós

previsto é de 300 pontos base, o que resulta em juro selic de

11,75%, em dezembro de 2010.

2.3 PRINCIPAIS INDICADORES

ECONÔMICOS

2.3.1 Atividade Econômica

Como já vimos, o PIB brasileiro encerrou 2009 com ligeiro

decréscimo de 0,2%, o primeiro resultado negativo desde 1992.

Sustentado pela resiliência do mercado de trabalho e pela

expansão do crédito – além do apoio fiscal e monetário -, o

consumo das famílias foi o grande responsável pela queda

apenas moderada do PIB no ano passado. O consumo variou

4,1% na comparação com 2008 e contribuiu com 2,5 pontos

percentuais (pp) para a composição da taxa total. Em segundo

lugar vem o consumo do governo, com crescimento de 3,7% e

contribuição de 0,7 pp. Em sentido contrário, a queda dos

investimentos (-10%) retirou 1,9 ponto percentual da taxa global

de expansão do PIB, contribuição negativa semelhante à da

variação de estoques (-1,7 ponto percentual). Para fechar a

conta da contribuição para o crescimento falta considerar a da

demanda externa líquida, da ordem de 0,2 pp. O sinal positivo

aqui não traduz a real contribuição do setor externo para o PIB,

já que, subjacente àquele valor está a brutal queda das

exportações (-10,3%) e das importações (-11,4%) de bens e

serviços. A queda das exportações e dos investimentos

derrubou o PIB industrial (-5,5%) e o agropecuário (-5,2%),

no período 2009/2008. Na mesma base de comparação,

os serviços avançaram 2,6%, graças ao bom desempenho

do emprego, da renda real e do crédito ao consumo.

Na margem, a economia mostrou vigor. No quarto trimestre de

2009, frente ao trimestre anterior, o PIB cresceu 2,0%, variação

dessazonalizada. O ritmo de crescimento do consumo das

famílias (CF) moderou-se, passando de 2,4% (10,2% ao ano)

no 3T09 para 1,9% (7,9% ao ano) no 4T09, devido em parte ao

aumento da base de comparação. De fato, o nível do CF no

final de 2009 já era o maior da série histórica, o que significa

que os acréscimos marginais serão menores daqui para frente,

efeito que deverá ser reforçado em alguma medida pela

retirada dos incentivos para compra de bens duráveis.

Em compensação, a formação bruta de capital fixo (FBCF)

sustentou ritmo dessazonalizado de expansão de 6,6%,

no quarto trimestre do ano passado, em relação ao trimestre

anterior. Diferentemente do CF, a FBCF encontra-se ainda 7,1%

abaixo do pico atingido no terceiro trimestre de 2008.

O consumo do governo (CG) cresceu 0,6% no quarto trimestre,

repetindo o desempenho do terceiro trimestre, quando

comparado ao período imediatamente anterior (figura 10).

Figura 10: Componentes da Demanda (% dessazonalizado)

Fonte: IBGE

A figura 11 ilustra o crescimento da absorção doméstica (AD),

que é a soma do Consumo das Famílias, da Formação Bruta de

Capital Fixo e do Consumo do Governo. No quarto trimestre de

2009, a AD subiu 10,2%, taxa dessazonalizada e anualizada.

Este percentual é um pouco inferior ao do trimestre anterior

(11,6%). Mas, convenhamos, ainda assim significativo.

Podem-se apontar três evidências do vigor da demanda.

O primeiro foi o forte aumento (11,4%) das importações de bens

e serviços no quarto trimestre, em relação ao trimestre

anterior. O segundo foi a nova queda dos estoques, no final do

ano passado, o que sugere que o ritmo de recuperação da

produção (ou o PIB do lado da oferta) esta aquém do ritmo de

aumento da demanda. Também é preciso considerar que a

demanda externa reagiu no final de 2009 (contribuindo,

provavelmente, para a retração dos estoques), já que as

exportações subiram 3,6% na comparação com o trimestre

anterior, movimento que se mantém no início de 2010.

A terceira evidência é o comportamento do hiato do produto.

Mesmo com o significativo aumento das importações, ele

desapareceu no final do ano passado, o que significa que a

economia já operava em seu nível potencial.

Figura 11: Crescimento da absorção doméstica

(% dessazonalizado)

Fonte: IBGE

Os dados em freqüência mensal vão ao encontro desta

avaliação. As vendas no comércio varejista ampliado (inclui

material de construção e veículos) subiram 0,8% em janeiro

frente a dezembro, na série com ajuste sazonal, apesar da

desaceleração do ritmo de vendas de automóveis. Considerando-

se o índice restrito, o aumento das vendas foi bem mais intenso

(+2,7% na mesma base de comparação), o que indica que a

demanda segue firme nos setores não beneficiados diretamente

por incentivos do governo, que agora perdem força.

Previsões indicam que a variação do PIB no primeiro trimestre

de 2010, sazonalmente ajustada, deva ter alcançado percentual

entre 1,5% a 2,0%, em relação ao trimestre anterior (taxa

anualizada de 6,2% a 8,2%). Portanto, mesmo que o

crescimento do PIB no primeiro trimestre coincida com o piso

deste intervalo, ainda assim o ritmo de expansão da economia

será superior ao do seu potencial de longo prazo, estimado em

4,5%, e o hiato do produto passará definitivamente para terreno

positivo nos primeiros três meses deste ano.

2.3.2 Setor Externo

O crescimento econômico acelerado levará ao alargamento do

déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, já que as

importações de bens e serviços voltarão a crescer com força

(figura 12).

Figura 12: Déficit em conta corrente

Fonte: Banco Central do Brasil

A necessidade de manutenção de déficits em conta corrente

elevados ainda por algum tempo decorre da natureza do

equilíbrio macroeconômico no Brasil, onde o baixo nível de

poupança bruta doméstica (14,5% do PIB, em 2009) não é

suficiente para financiar o volume de investimento observado

nos períodos de boom da economia. Assim, a conta só fecha

com o ingresso de poupança externa (leia-se déficit em conta

corrente). De fato, a perspectiva é que este déficit se

mantenha acima de 2,0% do PIB por vários anos ainda.

2.3.3 Finanças Públicas

O ano de 2009 foi marcado pela forte deterioração das contas

públicas. O superávit primário do governo consolidado em

relação ao PIB sofreu expressiva redução e a Dívida Líquida

em relação ao PIB apresentou significativo aumento. Embora a

meta fiscal para o superávit primário do governo consolidado –

2,5 % do PIB - tenha sido respeitada, ela só foi atingida ao se

abater da meta cheia parte dos gastos com investimentos (PAC).

Para 2010, o cenário fiscal é neutro. Com relação ao superávit

primário, apesar do recente contingenciamento, o resultado de

2010 deve ficar próximo do de 2009 (2,19% do PIB neste ano,

contra 2,06% do PIB em 2009). A elevação na receita será

expressiva em 2010, dado o maior crescimento econômico e o

fim das isenções fiscais de 2009, mas o crescimento das

despesas não permitirá a volta do superávit primário para

patamar anterior a crise, isto é, para valores superiores a

3,0% do PIB.

A Dívida Líquida em relação ao PIB tem cenário mais favorável

(40,4% do PIB, comparado aos 42,9% de 2009), devido não ao

maior superávit primário, mas sim ao maior crescimento

econômico e à provável depreciação cambial.

Em contraposição à queda da relação dívida líquida/PIB,

a trajetória ascendente da Dívida Bruta também merece

destaque. Os empréstimos pelo Tesouro Nacional ao BNDES

(R$ 100 bilhões, em 2009 e prováveis R$ 80 bilhões, em 2010),

embora não reflitam na deterioração da Dívida Líquida, afetam

diretamente a Dívida Bruta, e podem deixar um ônus

importante para o governo no futuro. Apenas o subsídio

ocorrido no diferencial de juros entre a captação e a

concessão feita pelo BNDES já deve elevar a taxa de juros

implícita paga pelo governo sobre o estoque da dívida.

De modo geral, a situação fiscal do governo brasileiro é

relativamente tranqüila e não deve trazer grande preocupação

com relação à solvência do Estado brasileiro. Enquanto a

maioria dos países incorre em grandes déficits, no Brasil, ainda

se tem importante superávit. O grande desafio fica por conta

de como reduzir a carga tributária no médio e longo prazo, já

que o peso dos tributos é um importante entrave ao aumento

da produtividade e do potencial de crescimento da economia

brasileira.

Quadro 2: Principais indicadores econômicos

(1) em R$ de 2005; (2) consumo privado, consumo do governo e investimentos

(incluindo variação de estoques); (3) US$ correntes; MP - média do período; FP - Final de Período

BANCO SAFRA

A economia brasileira começou 2009 em retração, ainda em

conseqüência da crise financeira global. O PIB sofreu forte

redução no quarto trimestre de 2008 e caiu mais 0,9% no

primeiro trimestre. Nesse período de seis meses, o recuo

acumulado foi de 3,8% contribuindo para o registro da maior

recessão entre as oito outras ocorridas desde 1980.

Em 2009, particularmente a indústria foi muito afetada pela

desaceleração da economia. A produção despencou 7,0%,

taxa mais elevada desde 1990, quando a queda foi de 8,9%.

Em consequência, o efetivo de pessoal da indústria teve

redução de 5,3%, a primeira taxa negativa desde 2003.

Diante do processo rescessivo e da falta de liquidez global,

a reação do governo brasileiro foi rápida e eficaz. A partir de

uma abordagem correta, recorreu extensivamente às medidas

requeridas de natureza fiscal, creditícia e monetária para

estancar e reverter a queda da economia.

Na área fiscal foram concedidas isenções ou a redução de

impostos para incentivar as vendas de setores específicos,

como o automotivo, de materiais de construção,

de eletrodomésticos da linha branca e de móveis.

No crédito, para compensar a falta de liquidez e a

desaceleração dos bancos privados na concessão de

empréstimos, os bancos públicos, seguindo orientação do

governo, passaram a liberar mais recursos. Para aumentar a

liquidez no sistema, desde o quarto trimestre de 2008, o Banco

Central reduziu os níveis de recolhimentos compulsórios dos

bancos. Outro forte incentivo à manutenção da atividade

econômica foi a redução da taxa referencial de juros (Selic)

em 500 pontos-base, de 13,75% em janeiro para 8,75% em julho,

patamar mantido até dezembro.

A recuperação a economia foi lenta. Depois de queda de 0,9%

no primeiro trimestre de 2009, ela evoluiu 1,1% no trimestre

seguinte e 1,3% no terceiro trimestre, fazendo com que o PIB

fechasse o ano com taxa de crescimento próxima de zero.

PERFORMANCE NO EXERCÍCIO

O Safra, banco múltiplo, presta todos os tipos de serviços e

atua em todas as áreas do mercado financeiro e que vão além

das tradicionais operações de empréstimos. Elas se estendem

ao leasing, subscrição de valores mobiliários, administração de

fundos de investimento, seguros, bem como ao gerenciamento

de ativos e às operações de tesouraria.

O Banco Safra faz parte do Grupo Safra, cujo principal foco

de atuação é a atividade bancária. Dele fazem parte várias

subsidiárias, como Safra Leasing, Banco Safra BSI, Banco

J. Safra, Safra Vida e Previdência, Safra Seguros Gerais, Safra

Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Safra Corretora

de Valores e Câmbio e Banco Safra (Cayman Islands).

Em outubro de 2006, mediante acordo entre acionistas, Joseph

Safra assumiu o controle integral das empresas financeiras

do Grupo Safra. O acordo foi aprovado pelo Banco Central do

Brasil, conforme publicação na edição de 21 de novembro

do mesmo ano do Diário Oficial da União. Isto permitiu que,

desde abril de 2008, o Banco J. Safra passasse a ser

integralmente controlado pelo Banco Safra.

A partir de sua matriz, em São Paulo, o Banco opera

99 agências, incluindo uma no exterior, em Cayman Islands.

A distribuição dessa rede prioriza as principais capitais e

cidades sede de pólos regionais de desenvolvimento e cerca

de 60% delas concentradas nos estados de São Paulo e Rio de

Janeiro. Essa rede, dimensionada segundo critérios de máxima

eficiência operacional, presta atendimento de excelência aos

seus clientes. Ela é complementada por postos de atendimento

bancário (PAB) em grandes empresas e de câmbio turismo,

entre os quais seis no aeroporto internacional de Cumbica

(São Paulo), quatro no Galeão (Rio de Janeiro), um no aeroporto

de Fortaleza (Ceará), além de outros nos portos de Santos e

Rio de Janeiro, os de maior movimento turístico do país.

Em termos de ativos, o Safra continuou sendo, em 2009, um dos

maiores bancos privados do país. O seu balanço consolidado

revelou no final do exercício a evolução dos ativos totais para

R$ 65.863,0 milhões (R$ 61.954,3 milhões em 2008). Deste

montante, R$ 35.375,3 milhões (R$ 32.200,6 milhões em 2008)

eram representados por ativos de tesouraria (disponibilidades,

aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores

mobiliários e relações interfinanceiras de liquidez); R$ 27.239,2

milhões (R$ 24.267,6 milhões) correspondentes a operações de

crédito e arrendamento mercantil, excluindo ACC/ACE

(classificado como redutor do passivo em outras obrigações),

no montante de R$ 664,3 milhões (R$ 1.033,1 milhão em 2008),

e R$ 2.049,8 milhões (R$ 4.264,2 milhões em 2008) referentes

a operações de câmbio.

O Patrimônio Líquido do Banco Safra, em 31 de dezembro

de 2009, atingiu R$ 4.906,5 milhões, indicando uma evolução

de 18,9% sobre o montante de R$ 4.126,3 milhões no final do

ano anterior.

O lucro líquido do exercício foi de R$ 911,3 milhões, 8% superior

aos R$ 843,4 milhões de 2008. Com esse resultado, a

rentabilidade patrimonial anualizada foi de 20,2%, calculada

sobre o patrimônio liquido médio. O resultado líquido e a

rentabilidade superaram as expectativas e refletiram

a histórica eficiência operacional do banco e de suas

empresas controladas.

A diversificada estrutura de captação do Banco apresentou

a seguinte composição: captações no mercado aberto,

R$ 25.336,8 milhões (R$ 16.566,6 milhões em 2008); operações

com instrumentos financeiros derivativos tradicionais,

R$ 5.721,5 milhões (R$ 6.972,8 milhões em 2008); depósitos

a prazo, R$ 8.605,8 milhões (R$ 9.072,5 milhões em 2008);

captações no mercado externo, R$ 3.998,9 milhões (R$ 6.293,4

milhões em 2008); além de recursos oficiais, que somaram

R$ 4.351,5 milhões (R$ 4.218,2 milhões no exercício anterior).

Na concessão do crédito, o Banco Safra sempre foi dos mais

rigorosos e seletivos. Ele se utiliza de processamento

informatizado na administração dos critérios e limites de

crédito, o que possibilita agilidade nas respostas e ajustes

rápidos às demandas e volatilidades do mercado.

A eficácia de sua estratégia de proteção de ativos e a estrutura

de capital, mediante a redução dos riscos de crédito, de mercado

e de liquidez, é reconhecida. Devido a seus critérios

conservadores, para cada nível de risco da carteira são alocadas

provisões acima do mínimo requerido pelo Banco Central.

Os cuidados com o crédito resultaram numa carteira que, no

final do exercício de 2009, apresentou 93,6% dos créditos da

carteira consolidada classificados nos níveis de risco AA a B,

conforme critérios estabelecidos pelas autoridades monetárias

para as instituições financeiras do país. Em 31 de dezembro de

2009 o saldo da carteira de crédito totalizou R$ 27.903,5

milhões, dos quais R$ 5.069,9 milhões garantidos por

recebíveis. A evolução do saldo de crédito foi de 10,3% em

relação ao saldo de R$ 25.300,7 milhões de 2008.

Tradicionalmente, o Grupo registra índices de inadimplência

significativamente menores que a média do sistema financeiro,

tanto no segmento empresas, como de pessoas físicas. No final

do ano, apenas 1,0% do total da carteira de crédito,

arrendamento mercantil e adiantamento de contratos de

câmbio, registrava atraso superior a 90 dias. Por sua vez,

os créditos classificados entre os níveis D e H, conforme a

Resolução CMN nº 2.682, representavam 3,7% (4,1% em

dezembro de 2008) das operações de crédito consolidadas.

Durante o exercício de 2009, apenas 1,0% da carteira foi

baixado para prejuízo.

O Banco fechou 2009 registrando um índice de capitalização

(Basiléia) de 16,05%, acima do mínimo de 11% exigido pelo

Banco Central e dos 14,7% no encerramento do exercício

de 2009

Analisado regularmente pelas empresas de “rating” nacionais

e estrangeiras, - Moody’s, Standard & Poor’s (S&P), Fitch,

RISKBank e Austin Asis – o Safra vem consistentemente

obtendo avaliações favoráveis. Em 2008, ainda no primeiro

semestre, o banco recebeu da Fitch Rating o grau de

investimento que elevou o seu rating em escala global de longo

prazo em moeda local e estrangeira de BB+ para BBB-.

Em setembro de 2009, a Moody’s Investors Service aumentou

em dois níveis o rating do Safra, também classificando-o em

grau de investimento. A agência também elevou o rating de

depósito de longo prazo em moeda estrangeira do Safra de Ba2

para Baa3, com perspectiva positiva e, ao mesmo tempo, o

rating de depósito de curto prazo em moeda estrangeira de

Not Prime para Prime 3.

BANCO SAFRA BSI

O Banco Safra BSI, anteriormente denominado Banco Safra de

Investimento, consolida as unidades de gestão de ativos,

serviços financeiros, repasses de recursos oficiais, private

banking e Investment Banking. Esta última área participou de

23 operações no mercado de capitais brasileiro, desde 2007.

Especificamente na área de Renda Fixa e Produtos

Estruturados, em 2009 o Safra BSI colocou-se entre os líderes

do mercado nas operações com certificados de recebíveis

imobiliários.

O Banco Safra BSI fechou o exercício de 2009 com lucro

líquido de R$ 36,0 milhões e patrimônio liquido de

R$ 514,2 milhões (R$ 510,8 milhões em 2008).

Em 18 de novembro de 2009, o Banco Central autorizou o

funcionamento do Safra BSI como banco múltiplo, com

carteiras de investimento e crédito e financiamento e

investimentos. Em conseqüência, foi alterada a sua

denominação, de Banco Safra de Investimento S.A. para

Banco Safra BSI S.A..

O Banco J. Safra encerrou 2009 com ativos totais de R$ 694,8

milhões. Desse montante, R$ 14,8 milhões representados por

empréstimos e títulos descontados, e R$ 476,0 milhões por

financiamentos.

Como agente credenciado, em 2009 o Safra, mais uma vez,

foi um dos maiores repassadores de recursos das linhas de

crédito do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social. O saldo final repassado ao setor produtivo

foi de R$ 4,2 bilhões.

No Safra Private Banking, a independência, flexibilidade

e o criterioso senso de responsabilidade, bem como a

discrição, são princípios fundamentais no relacionamento

com os clientes.

O Safra Private Banking encerrou 2009 conservando sua

posição entre os maiores gestores de recursos de clientes

de alta renda.

SAFRA LEASING

A Safra Leasing manteve-se entre as líderes do setor em 2009,

registrando em sua carteira de arrendamento mercantil, a valor

presente, o montante de R$ 3.921,2 milhões (R$ 4.593,7 milhões

em 2008).

Os principais bens arrendados foram veículos, que

representaram 63,2% do total (56,0% em 2008), e máquinas e

equipamentos, estes com participação de 33,2% (31,0%).

Por setor, a carteira de arrendamento mercantil apresentou

a liderança de Serviços, com 61,7% do total (61,4% em 2008),

seguindo-se a Indústria com 21,0% (20,2% em 2008),

o Comércio com 16,3% (17,0%) e 1,0% (1,4% em 2008)

de participação de pessoas físicas e outros setores.

Em novembro de 2005 e durante 2007, visando manter funding

de longo prazo para financiar suas operações, a Safra Leasing

efetuou emissão pública de debêntures simples, não

conversíveis em ações, da espécie subordinada, com

vencimento em 2015 e 2017, cujo saldo atualizado em 31 de

dezembro de 2009 totalizava R$ 11.124,8 milhões.

A Safra Leasing obteve no exercício de 2009 um lucro líquido

de R$ 434,5 milhões (R$ 257,1 milhões em 2008).

SAFRA WEALTH MANAGEMENT

A Safra Wealth Management é uma nova área de negócios do

Banco Safra BSI. Ela atua como “multi family office” dentro

do Private Banking, estruturada e com pessoal altamente

especializado para oferecer atendimento de excelência e

agregar valor aos investimentos dos clientes.

Uma das missões da Safra Wealth é a de desempenhar o papel

de estrategista de investimento para clientes do Safra Private

Banking. Sua plataforma aberta de produtos possibilita o

desenvolvimento de “asset allocation” - a busca dos melhores

fundos do portfólio do Safra e de outros disponíveis no

mercado. O objetivo é o de atuar na recomendação e alocação

de recursos de forma a otimizar a relação risco/retorno

da carteira de ativos/produtos, de acordo com a escolha e

diferentes perfis dos clientes, estes classificados em quatro

categorias, conforme nomenclaturas usuais no mercado:

ultra-conservadores, conservadores, moderados e arrojados.

A Safra Wealth começou a operar efetivamente em julho de

2008, exatamente no início da crise global que abalou o

mercado financeiro. Nesse cenário e apoiando-se na

experiência internacional de sucesso do Safra National Bank

of New York, em cujo modelo baseou sua estrutura, ela mudou

a sua política de investimentos em fundos exclusivos para

poder comprar diversos ativos financeiros. A opção por ativos

de renda fixa e a busca da diminuição do risco resultou na

obtenção de uma rentabilidade acima do CDI, tanto no segundo

semestre de 2008 quanto no acumulado do ano.

No primeiro semestre de 2009, as opções de investimento

disponíveis aumentaram, o que permitiu orientar os clientes

para setores e possibilidades de bons resultados diante dos

riscos assumidos. Com a melhora dos indicadores da economia

surgiram outras oportunidades, entre as quais de investir em

fundos multimercados e produtos estruturados.

SAFRA ASSET MANAGEMENT

A Safra Asset Management, unidade de negócios do Banco

Safra BSI, encerrou 2009 proporcionando excelente retorno

para os investidores e um desempenho que lhe assegurou a

manutenção de sua posição entre as maiores gestoras de

recursos de terceiros do mercado. Em 31 dezembro o

patrimônio sob sua administração totalizou R$ 46.342,0 milhões,

total que inclui R$ 12.153,0 milhões em fundos de aplicações

em quotas, R$ 28.466,3 milhões em fundos de investimento

financeiros, além de R$ 5.622,6 milhões em outros fundos.

Por traz dessa performance está o compromisso da área com o

objetivo de entregar bons resultados para o aplicador, a mais

evidente forma de diferenciação da concorrência. O resultado

também expressa a maturação e o êxito do projeto, iniciado em

2008, de manter uma equipe com alto nível de qualificação para a

gestão de fundos e, também, de aumento de pessoal para atuar

na área de distribuição, isto visando o atendimento de segmentos

do mercado que não vinham sendo adequadamente trabalhados.

Fundamental, também, foi a estratégia de diversificação da

grade de produtos que, além dos fundos de Renda Variável e

de Renda Fixa, ganhou fundos diferenciados, como os

multimercados e outros de ações. O sucesso é ilustrado pelo

desempenho do Safra Currency Hedge 30, cujo patrimônio em um

ano saltou de R$ 7,0 milhões para R$ 530 milhões no final de 2009.

SEGUROS

A Safra Seguros Gerais e a Safra Vida e Previdência são as

duas empresas de seguros do Grupo Safra.

A Safra Seguros Gerais realiza operações de seguro de ramos

elementares, especialmente para a cobertura de riscos

patrimoniais de pequenas e médias empresas, além de seguros

residenciais e outras coberturas específicas para pessoas físicas.

Nos ramos em que a Safra Seguros não opera, como por

exemplo, no seguro de automóveis e aeronáuticos, os clientes

dispõem da assessoria e dos serviços da Canárias Corretora de

Seguros, empresa do Grupo, que mantém parceria com as

maiores seguradoras do mercado.

Desde janeiro de 2008, a Safra Seguros Gerais integra o

Convênio de Operações do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais

causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT.

Em termos de resultados, o exercício de 2009 foi excelente

para a empresa, que obteve um lucro líquido de R$ 10,0 milhões,

77,5% superior ao resultado de 2008. O seu patrimônio líquido

fechou o ano totalizando R$ 60,6 milhões, com uma evolução de

61,6% sobre os R$ 37,5 milhões do final do ano anterior.

Altas taxas de crescimento também foram registradas na

receita que, em prêmios elevou-se 118%, passando de R$ 8,3

milhões para R$ 18,1 milhões em 2009. Os valores em prêmios

do seguro DPVAT também tiveram grande evolução, subindo

30% e passando de R$ 18,2 milhões para R$ 23,6 milhões.

O índice de sinistralidade em 2009 foi de 64% (62% em 2008).

A Safra Vida e Previdência, que opera no ramo de seguros de

vida e previdência privada, comercializando os planos Vida

Gerador de Benefícios Livres – VGBL – e Plano Gerador de

Benefício Livre – PGBL, também obteve resultados muito bons

em 2009.

O lucro líquido de R$ 65,8 milhões indicou um crescimento de

60,4% sobre 2008. O aumento do patrimônio líquido foi de 8,5%,

subindo para R$ 255,9 milhões. Os prêmios emitidos de seguros

totalizaram R$ 63,1 milhões, com expansão de 32% sobre os

R$ 47,8 milhões de 2008, sem considerar o seguro DPVAT e o VGBL.

As receitas com prêmios de VGBL e contribuições do PGBL

encerraram o período com o montante de R$ 221,7 milhões

(R$ 225,9 milhões em 2008). As provisões técnicas das carteiras

VGBL e PGBL totalizaram no final do exercício R$ 1.215,0

milhões (R$ 995,0 milhões em 2008).

A sinistralidade no ano, incluindo DPVAT, foi de 39%, índice

baixo e inferior à média do mercado, o que também evidencia

o conservadorismo na aceitação de riscos.

CONTROLE DE RISCOS

O Grupo Safra mantém um conjunto de normas e procedimentos

para assegurar o cumprimento das determinações legais,

regulamentares, das melhores práticas de mercado e de suas

políticas internas.

A Diretoria Executiva de Riscos Corporativos concentra as

estruturas operacionais responsáveis pela gestão dos riscos

de crédito, de mercado e liquidez e constitui a base necessária

para atendimento do Novo Acordo de Capital – Basiléia II. Essa

decisão mantém as estruturas de gestão de riscos

independentes e segregadas das áreas operacionais e com

abrangência para todo o Grupo.

A concessão dos créditos é feita de acordo com as normas

estabelecidas na Política de Gestão do Crédito, cujos princípios

e modelos são regularmente validados à luz das exigências do

Acordo de Capital Basiléia II, implementado pelo Banco

Central. Parâmetros de crédito como qualidade, concentração,

enquadramento em faixas de risco, provisionamentos, entre

outros, são continuamente acompanhados. Este procedimento

possibilita ainda a apuração das variáveis necessárias ao

cálculo do Capital Regulatório requerido pelo Banco Central.

Com relação ao Risco de Mercado, o Grupo Safra mantém

rígidos controles, utilizados na gestão das posições da

Tesouraria, que tem como responsabilidade a gestão desse risco.

Além do Valor a Risco (VaR), também são estabelecidos limites

de exposição e de perdas máximas, o que impossibilita perdas

significativas resultantes desse tipo de risco. Para gestão do

Risco Operacional, o Grupo adota processo descentralizado

objetivando a auto-avaliação de riscos e controles (RCSA).

Com isso, os principais processos são detalhados, seus riscos

avaliados, estabelecendo-se uma rotina de verificação que

permite aos gestores das áreas examinar continuamente as

exposições aos riscos operacionais das atividades sob sua

responsabilidade. As ocorrências registradas são submetidas

ao Comitê de Controles Internos para análise e providências.

O Comitê de Auditoria tem quatro integrantes nomeados pelo

Conselho de Administração, entre os quais três são diretores

do Banco Safra e o quarto é membro independente. O Comitê

entrou em atividade em 1º de julho de 2004, tendo por objetivo

a avaliação da eficácia dos controles internos do Grupo Safra,

da qualidade e integridade de suas demonstrações financeiras

e do desempenho das auditorias internas e independente.

TECNOLOGIA PARA O CLIENTE

Em 2009, a área de Tecnologia, sempre buscando a integração

e o alinhamento com as áreas de negócio, cumpriu seu

planejamento estratégico realizando projetos inovadores para

enfrentar as mudanças do mercado, com agilidade e novos

produtos geradores de maior produtividade e resultados.

Os maiores ganhos foram obtidos nos canais de atendimento

e em processos e controles, de forma a mitigar riscos e

aprimorar a qualidade dos negócios.

Foi implantado com suceso o sistema DDA, mediante o qual o

Safra aderiu ao Débito Direto Autorizado colocando a serviço dos

clientes a comodidade e a segurança de mais um canal eletrônico

de agendamento e pagamento de boletos de cobrança.

O sistema de processamento de Cheques para Compensação

foi otimizado com a incorporação de novas Classificadoras

que, além da evolução tecnológica, possibilitou a absorção de

grandes volumes, bem como o tratamento dos documentos por

imagem, a conferência eletrônica de formalização, a sua

eliminação física, com significativa redução de custos,

aumento da confiabilidade e a incorporação de novos serviços

nos canais eletrônicos.

Os processos de Análise de Crédito foram aprimorados com

a substituição de nosso motor de decisão de crédito por uma

solução mais robusta, com base centralizada e modelada

de forma a proporcionar maior consistência e agilidade

ao processo de elaboração e acompanhamento dos modelos

de crédito, redução do tempo de elaboração de modelos e

eliminação dos riscos operacionais. O objetivo foi o de prestar

um serviço mais ágil e com melhor qualidade ao cliente.

No aprimoramento dos processos de controle de risco

operacional implantou-se ferramenta customizada de Mercado

(Sungard) para mitigação do Risco de Crédito. O resultado é a

geração de análises mais profundas e completas e a total

garantia de compatibilização com as normas de Compliance

e com a tradição secular de segurança do Safra, sem impactar

a agilidade esperada e que o cliente necessita.

O upgrade tecnológico das soluções de URA (Unidade de

Respostas Audível) e telefonia corporativa, em conjunto com

o uso do conceito de BPM – Business Process Management

(Gestão de Processos de Negócio), viabilizou a adequação do

SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor) ao decreto

Lei 6523. Com a nova tecnologia, as centrais de atendimento

tiveram ganhos significativos em termos de agilidade e de

controle no tratamento das solicitações de clientes,

assegurando-lhes um serviço mais eficaz e eficiente.

Os clientes pessoa física e jurídica no segmento de Cartões de

Crédito ganharam maior segurança com a utilização de chip,

além da disponibilização de novos serviços nos canais eletrônicos.

Em conformidade com os modelos de serviços oferecidos no

mercado, foi impalntado o modelo SaaS (Software as a

Service) para automatização de produtos derivativos e

estruturados. Esta solução proporcionou às áreas internas

maior autonomia, ganhos de escala, racionalização de

processos, time to market e controles mais eficientes, além de

beneficiar os clientes por conferir agilidade às operações.

Buscando o atendimento adequado aos clientes com a

segmentação de mercado, iniciou-se em 2009 o

desenvolvimento de nova plataforma de Crédito Pessoa Física,

através de processos automatizados de análise e decisão de

crédito, com a utilização de ferramentas estatísticas, workflow

de aprovação e políticas parametrizadas. Ao lado da garantia

de melhor gestão na carteira, a evolução assegura a base para

o crescimento com qualidade e eficiência, tudo com o objetivo

de aprimorar a prestação de serviços.

Também em 2009 foi iniciado o projeto de incorporação de

novos aplicativos consagrados de mercado e sua adaptação

aos padrões da arquitetura de TI do Safra, o que possibilitará

adotar as melhores práticas e incrementar as soluções que

agregam diferenciais competitivos ao negócio. Com isso, além

de agilizar o lançamento de novos produtos, serão criadas

condições para o crescimento de carteiras e aprimoramento

de seus controles. Dentre os principais aplicativos estão em

processo de customização e implantação novas plataformas para

atendimento ao Mercado de Seguros e de Previdência Privada.

RECURSOS HUMANOS

Na área de pessoal, o Banco Safra manteve em 2009 uma série

de ações e investimentos para atrair, valorizar e capacitar seus

profissionais.

Um dos importantes programas desenvolvidos foi o de

certificação de seus profissionais nos programas da ANBIMA

(CPA 10 e CPA 20). Também tiveram continuidade os cursos

sobre LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais), Código de

Defesa do Consumidor, Ouvidoria, BM&F e PLD (Prevenção à

Lavagem de Dinheiro. Nesse sentido, são realizados

treinamentos específicos visando a preparação de

profissionais para a obtenção das certificações requeridas

para o exercício de suas atividades.

Durante o ano a área de Treinamento e Desenvolvimento

cumpriu várias ações de capacitação que envolveram

4.478 participações e 39.856 horas de treinamento, entre os

cursos de MBA, Pós-Graduação, Idiomas, Microinformática,

Certificação ANBIMA (CPA 100 e CPA 20), BM&F, LIBRAS,

PLD, Ouvidoria e Gestão de Projetos.

Na plataforma de cursos e-learning foram implementados

novos programas, como os de Simulador de Produtos de

Funding, Matemática Financeira HP-12C e Atendimento ao

Cliente, todos abertos aos funcionários do Grupo.

Com o mesmo objetivo de incentivar o desenvolvimento

pessoal e profissional, foi estimulada a participação no

programa de parceria com a Febraban e a Serasa que

visa a capacitação de PLDs (Portadores com Deficiência)

de modo a lhes possibilitar o início de carreira nos principais

bancos do país. No Safra foram efetivadas 75 novas

contratações em 2009.

No programa ESPRO – Jovem Aprendiz – atualmente o Banco

mantém 31 jovens atuando em diversas cidades. Muitos outros

já foram efetivados, desde o início do programa, em 2004.

O Banco Safra encerrou o exercício de 2009 com um efetivo de

4.906 colaboradores.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Banco Safra, seguindo tradição que remonta à origem da

família de seu controlador, tem longo histórico de apoio a

projetos de interesse comunitário e social. Impulsionado por

essa cultura, mantém parceria com o Instituto Ethos, organização

não-governamental de reconhecido respeito público, no

programa visando mobilizar e auxiliar empresas a incorporarem

o conceito de responsabilidade social em suas ações.

Através do Instituto Cultural J. Safra, com o apoio do Ministério

da Cultura e incentivos da Lei Rouanet, o Banco vem mantendo

sua política de edição de livros de arte. Nessa linha, o livro

anual retratando as mais expressivas obras do acervo de

museus brasileiros é o projeto de maior fôlego. Em 2009, a série

“Museus Brasileiros”, iniciada em 1982, foi acrescida com o

lançamento do 28º volume da coleção, dedicado à Fundação

Iberê Camargo.

Ainda na área de cultura, o Instituto freqüentemente apóia

exposições, como a dos 60 anos do MAM - Museu de Arte

Moderna de São Paulo, e a aquisição de obras para museus.

Também contribui para a restauração de prédios históricos, a

exemplo do projeto de reconstrução do Teatro Cultura Artística.

A Fundação Vicky e Joseph Safra, por seu turno, tem mantido

sua filosofia de contribuir para a construção e manutenção de

hospitais, escolas, institutos de pesquisa e outras obras sociais

comunitárias e de caráter beneficente. Nesse sentido, desde

1995, dá apoio à FGV – Fundação Getulio Vargas de São Paulo,

para o desenvolvimento do projeto “Fundo de Bolsas”,

destinado a alunos que necessitam dessa modalidade de

crédito educativo para cursos em escolas de excelência.

O Grupo Safra, com o objetivo de promover a inclusão social e

o resgate da cidadania, tem participado de diversos projetos

educacionais. Um dos mais importantes, desenvolvido com

a Fundação Abrinq, é o de Educação Infantil, que já resultou

na construção de três núcleos de atendimento para crianças

de zero a seis anos em regiões da periferia de São Paulo –

Ermelino Matarazzo, Osasco e Parelheiros. Tais núcleos,

entregues completamente equipados, funcionam como centros

de referência, inclusive para a formação de pessoal de

creches vizinhas. O histórico do programa registra

o total de 2.600 crianças beneficiadas e a capacitação de mais

de 300 profissionais. Por esse apoio recebeu da entidade o

título de “Empresa Amiga da Criança”. Outro projeto de que

participa, através do Fundo de Amparo à Criança e ao

Adolescente (Fumcad), é o desenvolvido pela APAE -

Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo

– “Parceiros pela Capacitação”, que visa promover a inclusão

social de jovens e adultos a partir de 16 anos, com deficiência

intelectual, no mercado de trabalho, e oferecer assessoria

profissional a empresas nos processos de inclusão.

De acordo com essa preocupação de contribuir para aumentar

a oferta de oportunidades na formação de crianças de

0 a 6 anos, ainda em parceria com o Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente e o Fumcad, o Grupo

Safra já construiu, equipou e doou à Prefeitura de São Paulo

o Centro de Educação Infantil "CEI" do bairro de Pirituba.

Através de convênio, nos mesmos moldes, concluiu a

construção e equipou um segundo CEI, no bairro do Jaguaré,

igualmente doado à Prefeitura de São Paulo.

O Banco Safra também participa, entre outros projetos, da

campanha de produção e distribuição de livros em Braille,

desenvolvido pela Fundação Dorina Nowill e do projeto

Aprender com Liberdade, implementado pela Unibes – União

Brasileiro Israelita do Bem Estar Social, que tem como objetivo

a valorização da identidade e a autonomia de crianças e

jovens, entre 6 e 16 anos, em oficinas de convivência esportiva.

Também apóia o programa da AACD – Associação de

Assistência à Criança Deficiente, que visa assegurar à criança

e ao adolescente portador de deficiência física o acesso aos

serviços de reabilitação e habilitação, de forma que atinjam o

máximo de seu desenvolvimento.

O apoio dado ao Instituto São Paulo Sustentável e ao seu

Movimento Nossa São Paulo, é outro que expressa a filosofia

do Safra de participar e valorizar iniciativas em favor da

cidadania. O objetivo do Movimento é o de reunir, mobilizar e

comprometer a sociedade e empresas com uma agenda de

ações que levem à construção de uma São Paulo justa e

sustentável.

BANCO SAFRA S.A E SAFRA

CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial

página 80

Demonstrações do Resultado

página 84

Demonstrações das Mutações do

Patrimônio Líquido do Controlador

página 85

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

página 86

Notas Explicativas da Administração

às Demonstrações Financeiras

página 88

Resumo do Relatório do Comitê de

Auditoria e Parecer dos Auditores

Independentes

página 138

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS

BANCO SAFRA S.A. SAFRA CONSOLIDADO

2009 2008 2009 2008

ATIVO

CIRCULANTE 40.077.203 42.821.615 51.055.500 49.655.754

Disponibilidades 514.817 381.665 589.231 433.022

Aplicações interfinanceiras de liquidez 19.126.715 5.361.696 18.827.631 3.323.930

Aplicações no mercado aberto 15.621.906 24.461 15.621.906 24.461

Aplicações em depósitos interfinanceiros 1.880.919 3.483.041 1.581.835 1.445.275

Aplicações em moedas estrangeiras 1.624.247 1.854.522 1.624.247 1.854.522

(Provisão para desvalorização) (357) (328) (357) (328)

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos 1.848.636 20.152.574 11.427.643 26.564.430

Carteira própria 913.854 9.158.745 10.483.715 15.492.734

Vinculados a compromissos de recompra 871.178 9.985.001 871.178 9.985.001

Instrumentos financeiros derivativos 46.034 202.513 44.509 197.648

Vinculados ao Banco Central e outros -557.958 -557.958

Vinculados a prestação de garantias 17.570 227.390 28.241 310.122

Títulos objeto de operações compromissadas

com livre movimentação -20.967 -20.967

Relações interfinanceiras 737.795 949.227 738.414 949.217

Pagamentos e recebimentos a liquidar

Créditos vinculados:

Depósitos no Banco Central

SFH - Sistema Financeiro da Habitação

Repasses interfinanceiros

Correspondentes

Relações interdependências

Recursos em trânsito de terceiros

Transferências internas de recursos

Operações de crédito

Operações de crédito:

Setor público

Setor privado

(Provisão para operações de crédito)

10.865.038

(490.998)

Operações de arrendamento mercantil

Arrendamentos a receber:

Operações de arrendamento a receber - Setor privado

(Provisão para operações de arrendamento mercantil)

Outros créditos

Créditos por avais e fianças honradas

Carteira de câmbio

Rendas a receber

Negociação e intermediação de valores

Diversos

(Provisão para outros créditos)

Outros valores e bens

Despesas antecipadas

BANCO SAFRA S.A. SAFRA CONSOLIDADO

2009 2008 2009 2008

ATIVO

NÃO CIRCULANTE 25.358.759 17.504.340 14.807.512 12.298.533

REALIZAVEL A LONGO PRAZO 21.381.860 14.198.936 14.021.917 11.408.493

Aplicações interfinanceiras de liquidez 597.110 483.486 326.571 483.486

Aplicações no mercado aberto 117.340 -117.340 -

Aplicações em depósitos interfinanceiros 479.835 272.784 209.296 272.784

Aplicações em moedas estrangeiras -210.702 -210.702

(Provisão para desvalorização) (65) -(65) -

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos 13.482.834 7.567.303 3.465.782 446.487

Carteira própria 1.795.903 687.542 2.334.212 117.052

Vinculados a compromissos de recompra 10.589.153 6.600.728 -54.438

Instrumentos financeiros derivativos 125.289 279.033 125.075 274.997

Vinculados ao Banco Central e outros 275.601 -275.601 -

Vinculados a prestação de garantias 696.888 -730.894 -

Relações interfinanceiras -23.370 --

Repasses interfinanceiros -23.370 --

Operações de crédito 5.223.294 5.042.430 5.549.167 5.192.521

Operações de crédito:

Setor público 4.375 -4.375 -

Setor privado 5.319.738 5.140.429 5.650.754 5.292.136

(Provisão para operações de crédito) (100.819) (97.999) (105.962) (99.615)

Operações de arrendamento mercantil 1.530.247 614.246 3.809.620 4.594.736

Arrendamentos a receber:

Operações de arrendamento a receber - Setor privado 1.603.566 639.300 3.921.740 4.714.586

(Provisão para operações de arrendamento mercantil) (73.319) (25.054) (112.120) (119.850)

Outros créditos 540.327 464.879 852.024 677.421

Carteira de câmbio 10.442 101.157 10.442 101.157

Rendas a receber -51 -51

Diversos 532.579 365.142 844.143 577.684

(Provisão para outros créditos) (2.694) (1.471) (2.561) (1.471)

Outros valores e bens 8.048 3.222 18.753 13.842

Outros valores e bens 23.599 8.935 38.709 22.116

(Provisão para desvalorização) (15.551) (5.713) (19.956) (8.274)

PERMANENTE 3.976.899 3.305.404 785.595 890.040

Investimentos 3.905.076 3.231.320 474.111 545.068

Participações em coligadas e controladas:

No país 3.229.175 2.480.872 12.749 83.791

No exterior 219.484 293.992 --

Outros investimentos 461.031 458.077 479.007 474.461

(Provisão para perdas) (4.614) (1.621) (17.645) (13.184)

Imobilizado de uso 45.076 48.510 283.991 315.669

Imóveis de uso 7.276 7.276 315.987 299.245

Outras imobilizações de uso 152.808 145.951 272.766 295.161

(Depreciações acumuladas) (115.008) (104.717) (304.762) (278.737)

Diferido 6.611 8.631 6.799 11.389

Gastos de organização e expansão 17.527 17.823 18.240 26.407

(Amortizações acumuladas) (10.916) (9.192) (11.441) (15.018)

Intangível 20.136 16.943 20.694 17.914

Ativos intangíveis 33.156 31.225 33.714 34.647

(Amortizações acumuladas) (13.020) (14.282) (13.020) (16.733)

TOTAL DO ATIVO 65.435.962 60.325.955 65.863.012 61.954.287 81

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS

BANCO SAFRA S.A. SAFRA CONSOLIDADO

2009 2008 2009 2008

PASSIVO

CIRCULANTE 47.822.221 37.797.796 45.493.068 36.787.305

Depósitos 15.579.285 12.495.302 12.150.807 10.548.515

Depósitos à vista 1.655.916 1.547.330 1.205.127 1.543.747

Depósitos de poupança 928.429 768.672 928.429 768.672

Depósitos interfinanceiros 5.585.041 4.997.460 2.767.587 3.206.158

Depósitos a prazo 7.362.825 5.105.801 7.202.590 4.953.897

Outros depósitos 47.074 76.039 47.074 76.041

Captações no mercado aberto 23.448.695 13.731.034 23.439.698 13.673.535

Carteira própria 9.587.109 13.693.558 9.587.109 13.636.059

Carteira de terceiros 13.861.586 16.542 13.852.589 16.542

Carteira livre movimentação -20.934 -20.934

Recursos de aceites e emissão de títulos 612.494 1.485.111 612.330 1.485.111

Recursos de letras imobiliárias. hipotecárias. de crédito e similares 181.420 95.605 181.256 95.605

Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior 431.074 1.389.506 431.074 1.389.506

Relações interfinanceiras 2.136 2.418 2.139 2.423

Recebimentos e pagamentos a liquidar 90 15 93 20

Correspondentes 2.046 2.403 2.046 2.403

Relações interdependências 104.559 141.491 104.559 141.491

Recursos em trânsito de terceiros 104.547 141.419 104.547 141.419

Transferências internas de recursos 12 72 12 72

Obrigações por empréstimos 2.436.598 3.196.682 2.436.598 3.196.682

Empréstimos no exterior 2.436.598 3.196.682 2.436.598 3.196.682

Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais 276.308 204.231 724.375 685.957

Tesouro Nacional 90.502 57.287 90.502 57.287

BNDES 64.904 12.783 64.904 12.783

FINAME 120.902 134.161 568.969 615.887

Instrumentos financeiros derivativos 3.183.151 2.643.894 2.895.714 2.505.503

Instrumentos financeiros derivativos 3.183.151 2.643.894 2.895.714 2.505.503

Outras obrigações 2.178.995 3.897.633 3.126.848 4.548.088

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados 10.151 4.567 11.298 4.604

Carteira de câmbio 1.465.906 2.714.503 1.465.906 2.714.503

Sociais e estatutárias 34.628 268.313 34.630 268.318

Fiscais e previdenciárias 152.689 117.877 341.279 266.635

Provisões técnicas - Seguros --139.101 130.966

Negociação e intermediação de valores 4.066 26.840 116.627 113.627

Diversas 511.555 765.533 1.018.007 1.049.435

BANCO SAFRA S.A. SAFRA CONSOLIDADO

2009 2008 2009 2008

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

NÃO CIRCULANTE

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Depósitos

Depósitos interfinanceiros

Depósitos a prazo

4.118.586

Captações no mercado aberto

Carteira própria

Recursos de aceites e emissão de títulos

Recursos de letras imobiliárias. hipotecárias. de crédito e similares

Debêntures

Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

1.489.419

21.765

-

1.467.654

Obrigações por empréstimos

Empréstimos no exterior

Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais

Tesouro Nacional

BNDES

FINAME

Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos

Outras obrigações

Fiscais e previdenciárias

Provisões técnicas - Seguros

Dívida subordinada

Diversas

652.524

RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Resultados de exercícios futuros

ACIONISTAS MINORITÁRIOS ---8

PATRIMÔNIO LÍQUIDO 4.906.546 4.126.287 4.906.546 4.126.287

Capital:

De domiciliados no país

Capital realizado

Reservas de capital

Reservas de lucros

Ajuste de avaliação patrimonial

Lucros acumulados

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO 65.435.962 60.325.955 65.863.012 61.954.287

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

BANCO SAFRA S.A. SAFRA CONSOLIDADO

2º Semestre Exercícios

2009 2009 2008 2009 2008

RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA 2.882.548 5.941.607 9.266.056 6.427.520 9.397.066

Operações de crédito 1.250.622 2.230.029 3.771.203 2.307.425 3.885.140

Operações de arrendamento mercantil 176.394 232.056 134.775 949.817 1.000.938

Resultado de operações com títulos e

valores mobiliários 1.542.362 3.423.585 3.987.681 3.306.196 3.467.012

Resultado de operações de câmbio (96.370) 40.184 1.295.611 (151.810) 961.793

Resultado de aplicações compulsórias 9.540 15.753 76.786 15.892 82.183

DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (2.321.673) (4.640.358) (8.123.886) (4.343.494) (7.606.568)

Resultado com instrumentos financeiros derivativos (125.046) (620.633) (535.418) (503.041) (573.893)

Operações de captação no mercado (1.628.191) (3.083.155) (5.607.129) (2.764.703) (4.726.693)

Operações de empréstimos. cessões e repasses (188.411) (430.269) (1.673.024) (669.602) (1.976.904)

Operações de venda ou de transferência de

ativos financeiros (42.519) (113.825) (36.341) (113.825) (36.341)

Provisão para operações de crédito. arrendamento

e outros créditos (337.506) (392.476) (271.974) (292.323) (292.737)

RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA 560.875 1.301.249 1.142.170 2.084.026 1.790.498

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS 61.973 (211.952) (210.349) (867.315) (641.148)

Receitas de prestação de serviços 144.225 257.649 167.739 366.364 429.539

Rendas de tarifas bancárias 30.515 60.323 82.385 77.637 105.269

Despesas de pessoal (303.881) (595.068) (659.803) (722.308) (827.474)

Outras despesas administrativas (243.733) (488.602) (579.958) (538.635) (634.436)

Despesas tributárias (67.418) (87.128) (41.533) (192.160) (99.484)

Resultado de participações em coligadas e controladas 507.896 676.039 600.009 10.579 (1.478)

Outras receitas operacionais 219.591 421.766 554.494 882.326 968.583

Outras despesas operacionais (225.222) (456.931) (333.682) (751.118) (581.667)

RESULTADO OPERACIONAL 622.848 1.089.297 931.821 1.216.711 1.149.350

RESULTADO NÃO OPERACIONAL (12.343) (14.228) 8.049 (7.488) 4.673

RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO 610.505 1.075.069 939.870 1.209.223 1.154.023

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (151.965) (163.797) (96.478) (297.951) (310.631)

Provisão para imposto de renda e contribuição social (151.965) (163.797) (96.478) (297.951) (310.631)

LUCRO LÍQUIDO 458.540 911.272 843.392 911.272 843.392

Nº de ações subscritas: 1.085.948 (1.085.948 em 2008)

-Lucro por ação em R$ 422,25 839,15 776,64 839,15 776,64

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

DO CONTROLADOR

Capital

social

realizado

Reservas

de capital

RESERVAS DE LUCROS

Legal Para Retidos

aumento

de capital

Ajuste de

avaliação

patrimonial

Lucros

acumulados

Total

SALDOS EM 1º

DE JANEIRO DE 2008 1.801.900 72.089 296.092 50.977 -75 1.707.546 3.928.679

Ajuste a valor de mercado -

títulos disponíveis para venda -----(497) -(497)

Aumento de capital pela

participação no Banco J. Safra 246.998 ------246.998

Redução de capital (40.940) ------(40.940)

Atualizações de títulos patrimoniais -634 -----634

Lucro líquido do exercício ------843.392 843.392

Destinações:

Reservas --42.170 -239.018 -(281.188) -

Remuneração do capital próprio ------(117.000) (117.000)

Dividendos propostos ------(734.979) (734.979)

SALDOS EM 31 DE

DEZEMBRO DE 2008 2.007.958 72.723 338.262 50.977 239.018 (422) 1.417.771 4.126.287

SALDOS EM 1º DE

JANEIRO DE 2009 2.007.958 72.723 338.262 50.977 239.018 (422) 1.417.771 4.126.287

Ajuste a valor de mercado -

títulos disponíveis para venda -----(902) -(902)

Lucro líquido do exercício ------911.272 911.272

Destinações:

Reservas --45.564 -835.597 -(881.161) -

Dividendos propostos ------(130.111) (130.111)

SALDOS EM 31 DE

DEZEMBRO DE 2009 2.007.958 72.723 383.826 50.977 1.074.615 (1.324) 1.317.771 4.906.546

SALDOS EM 1º DE

JULHO DE 2009 2.007.958 72.723 360.899 50.977 669.113 (178) 1.417.771 4.579.263

Ajuste a valor de mercado -

títulos disponíveis para venda -----(1.146) -(1.146)

Lucro líquido do semestre ------458.540 458.540

Destinações:

Reservas --22.927 -405.502 -(428.429) -

Dividendos propostos

(130.111) (130.111)

SALDOS EM 31 DE

DEZEMBRO DE 2009 2.007.958 72.723 383.826 50.977 1.074.615 (1.324) 1.317.771 4.906.546

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

BANCO SAFRA S.A. SAFRA CONSOLIDADO

2º Semestre Exercícios

2009 2009 2008 2009 2008

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES

OPERACIONAIS

LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE

/ EXERCÍCIOS 400.254 737.414 589.272 1.266.479 1.325.458

Lucro líquido do semestre / exercícios 458.540 911.272 843.392 911.272 843.392

Ajustes ao lucro líquido:

Depreciações e amortizações 9.200 19.658 20.346 40.923 41.523

Provisão para desvalorização de aplicações

interfinanceiras de liquidez (257) 93 (2.451) 93 1.515

Provisão para devedores duvidosos -

operações de crédito 200.253 224.549 212.344 239.805 221.007

Provisão para devedores duvidosos -

arrendamento mercantil 114.640 116.484 51.224 1.075 63.323

Provisão para devedores duvidosos - outros créditos 22.613 51.443 8.406 51.443 8.407

Provisão para desvalorização de bens não de uso 7.507 9.838 2.343 11.682 2.334

Resultado de equivalência patrimonial - operacional (507.896) (676.039) (600.009) (10.579) 1.478

Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos (1.146) (902) (497) (902) (497)

Provisão para perdas em investimentos --(774) -(2.668)

Resultado de exercícios futuros (6.011) 2.591 (1.137) 2.591 (1.137)

Impostos diferidos no resultado 102.811 78.427 56.085 19.076 146.781

VARIAÇÕES DOS ATIVOS E OBRIGAÇÕES (4.481.089) (7.127.188) 17.403.942 (6.738.382) 7.920.808

(Aumento) Redução em aplicações

interfinanceiras de liquidez 1.566.318 (13.878.736) 344.815 (15.346.879) 1.849.689

(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários 1.766.616 12.388.407 8.022.111 12.117.492 (1.619.959)

(Aumento) Redução em instrumentos

financeiros derivativos (357.459) (965.001) 3.229.026 (1.251.285) 3.747.199

(Aumento) Redução em relações interfinanceiras

e interdependências (ativos/passivos) (215.150) 197.243 1.322.238 173.242 1.325.199

(Aumento) Redução em operações de crédito (3.947.660) (3.482.679) 5.463.122 (3.821.474) 5.272.989

(Aumento) Redução em operações de

arrendamento mercantil (1.742.481) (1.626.218) (174.469) 805.640 (1.838.724)

(Aumento) Redução em outros créditos (138.985) 1.895.711 (3.510.114) 1.897.945 (3.651.190)

(Aumento) Redução em outros valores e bens (27.278) (22.814) 5.148 (22.600) 5.033

Aumento (Redução) em outras obrigações (1.385.010) (1.633.101) 2.702.065 (1.290.463) 2.830.572

DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS (APLICADAS)

NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (4.080.835) (6.389.774) 17.993.214 (5.471.903) 9.246.266

(Continuação) BANCO SAFRA S.A. SAFRA CONSOLIDADO

2º Semestre Exercícios

2009 2009 2008 2009 2008

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES

DE INVESTIMENTOS

Dividendos recebidos -456 1.366.850 624 -

Doações e subvenções para investimento

e títulos patrimoniais

Acionista minoritários

Alienação de imobilizado de uso

Aquisição de bens não de uso

Aquisição de investimentos

Alienação de investimentos

Aquisição de imobilizado de uso

Aplicação no diferido

Aplicação no intangível

-

DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS

(APLICADAS) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS (18.941) (231.009) 726.091 58.124 (517.258)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES

DE FINANCIAMENTOS

Aumento (Redução) em depósitos

Aumento (Redução) em captações no mercado aberto

Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos

e repasses

Aumento (Redução) em recursos de aceites e

emissão de títulos

Aumento (Redução) de capital

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pagos

DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS (APLICADAS)

PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS 4.349.735 6.753.935 (18.661.480) 5.569.988 (8.626.481)

AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES 249.959 133.152 57.825 156.209 102.527

Disponibilidades no início do semestre / exercícios

Disponibilidades no final do semestre / exercícios

AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Safra S.A. tem como objeto social a prática de

operações ativas, passivas e acessórias inerentes às

respectivas carteiras autorizadas (comercial, inclusive câmbio,

de crédito imobiliário da 1ª a 8ª regiões, de crédito, financiamento

e investimentos, e arrendamento mercantil), de acordo com as

disposições legais e regulamentares em vigor. As operações são

conduzidas no contexto do conjunto de entidades componentes

do Grupo Safra, as quais atuam integradamente no mercado

financeiro, utilizando-se de uma única estrutura operacional.

Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições

e os custos da estrutura operacional e administrativa

são absorvidos, em conjunto ou individualmente,

segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco Safra S.A. e do Banco

Safra S.A. e Controladas (Consolidado) foram elaboradas de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que

2009

Carteira de arrendamento 804.565

Imobilizado de arrendamento 4.572.146

Valor residual garantido - VRG (2.959.343)

consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76,

tendo sido adotadas pela primeira vez no exercício de 2008

as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida

Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio

de 2009, associadas às normas e instruções do Conselho

Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN),

da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Superintendência

de Seguros Privados (SUSEP), no que forem aplicáveis.

Os saldos das contas patrimoniais e os resultados entre a

controladora e as sociedades controladas, bem como os

resultados não realizados entre as empresas, foram eliminados

nas demonstrações financeiras consolidadas. A participação

dos acionistas minoritários foi excluída do patrimônio líquido e

do lucro líquido e destacada nos demonstrativos Consolidados.

Os acréscimos patrimoniais das controladas que não transitaram

pelo resultado destas, basicamente atualização de títulos

patrimoniais, estão apresentados na demonstração consolidada

do resultado, na rubrica “Outras receitas operacionais”.

As demonstrações financeiras do Banco e Consolidado foram

elaboradas considerando as operações de arrendamento

mercantil pelo método financeiro, conforme a seguir demonstrado:

BANCO CONSOLIDADO

Saldo a valor presente 2.417.368 792.069 6.338.596 7.147.070

Receitas de arrendamento mercantil 1.458.637 584.168 5.939.286 4.509.013

Despesas de arrendamento mercantil (1.226.581) (449.393) (4.989.469) (3.508.075)

Resultado de arrendamento mercantil 232.056 134.775 949.817 1.000.938

A agência de Cayman Islands figura de forma consolidada nas

demonstrações financeiras do Banco, e seus saldos, excluídos

os montantes das transações com a matriz, convertidos à taxa

de câmbio vigente em 31 de dezembro são: Ativo R$ 3.310.804

(R$ 2.099.674 em 2008), Passivo R$ 3.457.444 (R$ 2.355.181 em

2008) e Patrimônio Líquido no montante de R$ 216.786 (R$ 255.055

em 2008). O lucro líquido no exercício foi de R$ 28.886 (R$ 37.154

em 2008).

Para fins de comparabilidade das demonstrações financeiras

do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e em

atendimento às alterações no plano de contas das empresas

controladas conforme legislação em vigor, a Administração

do Grupo decidiu pela reclassificação de parte da rubrica

de provisões técnicas de seguros do passivo para títulos e

créditos a receber no ativo em 31 de dezembro de 2008 e pela

reclassificação das receitas de aluguéis da rubrica receitas

não operacionais para a rubrica outras receitas operacionais,

suas adoções não resultaram em alterações significativas em

comparação ao exercício anterior.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem

as demonstrações financeiras das sociedades relacionadas

na nota 10 e suas controladas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa, de acordo com a Resolução CMN

nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e

depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de

Disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e

títulos e valores mobiliários, classificados na carteira livre, que

possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a

um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Dentre os recursos disponíveis com essas características,

são classificados como equivalentes a caixa somente aqueles

recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos

de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Disponibilidades e títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento

e em títulos e valores mobilários estão sendo classificados na

categoria disponível para venda.

Os títulos classificados para negociação são apresentados no

ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento

dos títulos, pelo valor de mercado, sendo os ganhos e

as perdas realizados e não realizados reconhecidos

na demonstração do resultado. Os títulos classificados como

disponíveis para venda são contabilizados pelo valor de

mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos

na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas

decorrentes das variações do valor de mercado ainda não

realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio

líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos

na demonstração do resultado, em contrapartida de conta

específica do patrimônio líquido, líquido dos correspondentes

efeitos tributários. Os títulos classificados como mantidos até

o vencimento são contabilizados ao custo de aquisição,

acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

d) Ativos circulante e realizável a longo prazo, exceto títulos e

valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando

aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e

cambiais auferidos até a data do balanço. Quando aplicável,

foram constituídas provisões para ajuste ao valor de

realização. A provisão para operações de crédito, de

arrendamento mercantil e de outros créditos é fundamentada

na análise das operações em aberto, efetuada pela

Administração, e leva em conta a conjuntura econômica e os

riscos globais e específicos da carteira, bem como as normas

estabelecidas pelo BACEN.

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

e) Ativo permanente

Demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de

dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

(i) depreciação do imobilizado de uso, calculado pelo método linear,

com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica

dos bens, sendo: imóveis de uso - 4%; sistemas de comunicação e

segurança, instalações, aeronaves, móveis e utensílios - 10%;

veículos e equipamentos de processamento de dados - 20%;

(ii) avaliação dos investimentos em sociedades controladas, direta

ou indiretamente, pelo método de equivalência patrimonial;

(iii) provisão para perdas consideradas permanentes em “outros

investimentos”; e

(iv) amortização do diferido, pelo método linear, à taxa de 20% ao

ano para gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas,

10% ao ano para instalações e adaptações nas dependências,

e com base no prazo estabelecido no contrato de locação, para

benfeitorias em imóveis de terceiros.

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros

(“impairment”) é reconhecida como perda, quando o valor

de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado

contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de

realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo

identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais,

independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas

no resultado do período em que foram identificadas.

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os

valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados

nas rubricas de “Outros valores e bens” e de “Outros créditos

– créditos tributários”, são objeto de revisão periódica,

no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação

de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

f) Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto

bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou

exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida

útil definida são geralmente amortizados de forma linear no

decorrer de um período estimado de benefício econômico.

g) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável,

os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata” dia)

e cambiais incorridos até a data do balanço. A provisão para

imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro

tributável, acrescida do adicional de 10% sobre determinados

limites, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na

declaração de rendimentos. A Medida Provisória (MP) n.º 413,

de 3 de janeiro de 2008, convertida na Lei nº 11.727 de 23 de

junho de 2008, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o

Lucro Líquido – CSLL do setor financeiro de 9% para 15%

do lucro tributável a partir de 1º de maio de 2008.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais

e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e

passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados

de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN

nº 3.535, de 31 de janeiro de 2008, e nas Normas e

Procedimentos de Contabilidade - NPC 22, do Instituto dos

Auditores Independentes - IBRACON, da seguinte forma:

(i) Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas

demonstrações financeiras, exceto quando da existência de

evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre

as quais não caibam mais recursos.

(ii) Contingências Passivas - são reconhecidas nas

demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de

assessores jurídicos e da Administração, for considerado

provável o risco de perda de uma ação judicial ou

administrativa, com uma provável saída de recursos para a

liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos

forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos

contingentes classificados como perdas possíveis pelos

assessores jurídicos são apenas divulgados em notas

explicativas, enquanto aqueles classificados como perda

remota não requerem provisão e divulgação.

(iii) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a

demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade

e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado

mensalmente.

i) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados

de acordo com a intenção da Administração na data do início

da operação, levando-se em consideração se sua finalidade

é para proteção contra riscos (hedge) ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para

proteger exposições a risco ou para modificar as

características de ativos e passivos financeiros e que sejam:

(i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no

seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item

que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da

vida do contrato; e

(ii) considerados efetivos na redução do risco associado à

exposição a ser protegida, são classificados como hedge de

acordo com sua natureza:

(a) “Hedge” de risco de mercado - os ativos e passivos

financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos

financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo

valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou

desvalorizações reconhecidas no resultado do período; e

(b) “Hedge” de fluxo de caixa - os ativos e passivos

financeiros, objetos de hedge e os respectivos instrumentos

financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo

valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou

desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas

em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de “Ajuste

de Avaliação Patrimonial”. A parcela não efetiva do hedge é

reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por

solicitação de clientes ou por conta própria, que não atendam

aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Banco

Central do Brasil, principalmente derivativos utilizados para

administrar a exposição global de risco, são contabilizados

pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações

reconhecidas diretamente no resultado do período.

j) Receitas de operações de seguros

Os prêmios de seguros e cosseguros, deduzidos dos prêmios

cedidos em cosseguro e resseguro, e os respectivos custos de

comercialização são registrados por ocasião da emissão das

respectivas apólices ou faturas, e reconhecidos no resultado

no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da

constituição da provisão de prêmios não ganhos e do

diferimento das despesas de comercialização.

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída para

cobertura de sinistros a ocorrer referentes aos riscos vigentes

na data base de cálculo. Adicionada a esta provisão, é

constituída a reserva de riscos vigentes e não emitidos (RVNE)

para cobertura dos riscos que ainda não foram emitidos na

data base de cálculo, de acordo com os critérios estabelecidos

na Resolução CNSP nº 162/2006.

As receitas de contribuições previdenciárias são reconhecidas

por ocasião de seu recebimento.

As despesas de comercialização, tais como comissões sobre

prêmios emitidos, descontos nos prêmios e outros custos

incorridos na obtenção de contratos de seguros, são diferidas

de acordo com o prazo de vigência das apólices e apropriadas

mensalmente nas contas de resultado, na mesma proporção do

reconhecimento da receita de prêmios ganhos, ou seja, em

função do decorrer da vigência do risco.

As operações de cosseguro aceito e retrocessão são

contabilizadas com base nas informações recebidas das

congêneres e do IRB Brasil Resseguros S.A., respectivamente.

k) Provisões técnicas de seguros

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela

parcela dos prêmios retidos de seguros correspondentes aos

períodos de riscos não decorridos de contratos de seguros,

com base no critério “pro rata temporis”, conforme Resolução

CNSP nº 162/06.

A provisão de prêmios não ganhos relativa às operações de

retrocessão é constituída com base em informações recebidas

do IRB Brasil Resseguros S.A.

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

A provisão de sinistros a liquidar é constituída com base em

estimativa de indenizações, líquidas de recuperações por

resseguros e cosseguros cedidos, por ocasião do aviso dos

sinistros, com base nas notificações de sinistros recebidas e

atualizada monetariamente de acordo com os normativos da SUSEP.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder e

benefícios concedidos representam o valor das obrigações

assumidas com os participantes referentes ao PGBL e ao VGBL

e são constituídas de acordo com a metodologia estabelecida

em notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP.

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)

para o ramo DPVAT é constituída mensalmente, com base nos

valores calculados e informados pela Administração do

convênio, sobre os quais ocorrem a capitalização mensal da

rentabilidade obtida pela carteira de investimentos dos ativos

garantidores de IBNR. A provisão de IBNR para as operações

de retrocessão é constituída com base nas informações

recebidas do IRB Brasil Resseguros S.A. A provisão de IBNR

para outros ramos é constituída com base em estudos técnicos

atuariais elaborados por atuário, segundo notas técnicas

atuariais aprovadas pela SUSEP.

A provisão para insuficiência de contribuição - PIC, apurada

anualmente a partir da avaliação atuarial, é constituída para

atender os desvios relativos às bases técnicas das provisões

matemáticas de benefícios a conceder e benefícios concedidos.

A provisão para insuficiência de prêmio - PIP consiste em um

cálculo atuarial prospectivo, que tem a finalidade de aferir a

suficiência ou insuficiência do saldo da Provisão de Prêmios

Não Ganhos (PPNG), para a cobertura dos sinistros e das

despesas administrativas, a ocorrer, referentes aos riscos

vigentes na data base do cálculo.

A provisão para despesas administrativas - PDA é constituída

para cobrir despesas administrativas dos planos VGBL (Vida

Gerador de Benefício Livre), PGBL (Plano Gerador de Benefício

Livre) e seguro de vida individual, sendo calculada conforme

metodologia aprovada na nota técnica atuarial, em

conformidade com a Resolução CNSP nº 162/06.

A provisão complementar de prêmios (PCP) é constituída

mensalmente para complementar a PPNG, e o seu valor é igual

à diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores

apurados diariamente no mês de constituição e a PPNG

constituída, considerando todos os riscos vigentes, emitidos

ou não, conforme Resolução CNSP nº 162/06 e a nº 181/07.

l) Mensuração do valor a mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado

(valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários

e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário

econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela

Administração, que incluem a captura de preços médios

praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas

associações de classe, bolsas de valores e bolsas de

mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do

balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes

itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

m) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a

Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no

melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos

ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e

outras transações, tais como:

(i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos

financeiros e instrumentos financeiros derivativos;

(ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado;

(iii) amortizações de ativos intangíveis;

(iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos

decorrentes dos passivos contingentes;

(v) créditos tributários;

(vi) créditos de liquidação duvidosa; e

(vii) provisões técnicas de seguros e previdência complementar.

Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos,

financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores

apresentados com base nessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA caixa e equivalentes a caixa estão representados por

Os recursos aplicados em títulos e valores mobiliários e

aplicações interfinanceiras que possuem conversibilidade em

caixa imediato ou vencimento inferior a 90 dias e estão sujeitos a

um insignificante risco, montam R$ 17.854.815 (R$ 2.376.517 em

2008) no Banco e R$ 19.043.508 (R$ 2.376.589 em 2008) no

Consolidado, porém não estão sendo classificados como

equivalentes a caixa por não se destinarem a atender

compromissos de curto prazo. Os valores classificados como

disponibilidades nos montantes de R$ 514.817 (R$ 381.665 em

2008) no Banco e R$ 589.231 (R$ 433.022 em 2008) no Consolidado.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2009, as aplicações interfinanceiras de

liquidez eram compostas por:

BANCO

Valor por prazos de vencimento

Até 90 dias De 91 a 365 Acima Total

dias de 365 dias

Aplicações no mercado aberto

Posição bancada

Tesouro Nacional 1.802.434 -117.340 1.919.774

Posição financiada

Tesouro Nacional 13.819.472 --13.819.472

15.621.906 -117.340 15.739.246

Aplicações em depósitos interfinanceiros 1.181.004 699.558 479.770 2.360.332

Aplicações em moeda estrangeira 61.088 1.563.159 -1.624.247

1.242.092 2.262.717 479.770 3.984.579

16.863.998 2.262.717 597.110 19.723.825

CONSOLIDADO

Valor por prazos de vencimento

Até 90 dias De 91 a 365 Acima Total

dias de 365 dias

Aplicações no mercado aberto

Posição bancada

Tesouro Nacional 1.802.434 -117.340 1.919.774

Posição financiada

Tesouro Nacional 13.819.472 --13.819.472

15.621.906 -117.340 15.739.246

Aplicações em depósitos interfinanceiros 1.080.234 501.244 209.231 1.790.709

Aplicações em moeda estrangeira 61.088 1.563.159 -1.624.247

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

Em 31 de dezembro de 2008, as aplicações interfinanceiras de liquidez eram compostas por:

BANCO

Valor por prazos de vencimento

Até 90 dias De 91 a Acima Total

365 dias de 365 dias

Aplicações no mercado aberto

Posição bancada

Tesouro Nacional 7.928 --7.928

Posição financiada

Tesouro Nacional 16.533 --16.533

24.461 --24.461

Aplicações em depósitos interfinanceiros

Aplicações em moeda estrangeira

CONSOLIDADO

Valor por prazos de vencimento

Até 90 dias De 91 a

365 dias

Acima

de 365 dias

Total

Aplicações no mercado aberto

Posição bancada

Tesouro Nacional 7.928 --7.928

Posição financiada

Tesouro Nacional 16.533 --16.533

24.461 --24.461

Aplicações em depósitos interfinanceiros

Aplicações em moeda estrangeira

6. CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2009, as aplicações interfinanceiras de liquidez eram compostas por:

BANCO

Valor de mercado por prazos de vencimento

Valor de custo Sem Até 90 De 91 a Acima de Total Ajuste ao valor

atualizado vencimento dias 365 dias 365 dias de mercado

Títulos para negociação

Tesouro Nacional 1.120.276 -859.360 261.547 -1.120.907 631

Instituições privadas 25.331 --25.639 -25.639 308

1.145.607 -859.360 287.186 -1.146.546 939

Titulos disponíveis para venda

Instituições privadas (\*\*) 11.384.361 110.041 --11.274.225 11.384.266 (95)

Tesouro Nacional 2.065.486 --1.039 2.065.481 2.066.520 1.034

13.449.847 110.041 -1.039 13.339.706 13.450.786 939

Títulos mantidos até o vencimento (\*)

Instituições privadas 562.815 --544.976 17.839 562.815 -

562.815 --544.976 17.839 562.815 -

Derivativos

NDF 2.122 -1.994 128 -2.122 -

Futuro --482 --482 482

Prêmios de opções 21.651 -11.080 2.112 10.482 23.674 2.023

Termo 4.673 -4.703 --4.703 30

Swap - valores a receber 136.575 -3.756 21.779 114.807 140.342 3.767

CONSOLIDADO

Valor de mercado por prazos de vencimento

Valor de custo

atualizado

Sem

vencimento

Até 90

dias

De 91 a

365 dias

Acima de

365 dias

Total Ajuste ao valor

de mercado

Títulos para negociação

Tesouro Nacional

Instituições privadas

Titulos disponíveis para venda

Instituições privadas (\*\*\*)

Tesouro Nacional

Tesouro Nacional - Outros Países

10.115.314

2.645.906

Títulos mantidos até o vencimento (\*)

Instituições privadas 577.220

Derivativos

NDF

Futuro

Prêmios de opções

Termo

Swap - valores a receber

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

Em 31 de dezembro de 2008, a carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos era composta por:

Valor de custo

atualizado

Sem

vencimento

Até 90

dias

De 91 a

365 dias

Acima de

365 dias

Total Ajuste ao valor

de mercado

Titulos para negociação (\*)

Tesouro Nacional

Instituições privadas

Titulos disponíveis para venda

Instituições privadas

Tesouro Nacional

Tesouro Nacional - Outros países

Valores a receber

Titulos mantidos até o vencimento (\*\*)

Instituições privadas 317.091

-

Derivativos

NDF

Futuro

Prêmios de opções

Termo

Swap - valores a receber

90.857

4.221

36.528

CONSOLIDADO

Valor de mercado por prazos de vencimento

Valor de custo

atualizado

Sem

vencimento

Até 90

dias

De 91 a

365 dias

Acima de

365 dias

Total Ajuste ao valor

de mercado

Títulos para negociação

Tesouro Nacional

Instituições privadas

Titulos disponíveis para venda

Instituições privadas (\*\*\*)

Tesouro Nacional

Tesouro Nacional – Outros Países

Títulos mantidos até o vencimento (\*)

Instituições privadas 431.767

-

-

Derivativos

NDF

Futuro

Prêmios de opções

Termo

Swap - valores a receber

BANCO

Valor de mercado por prazos de vencimento

(\*) Consoante o disposto no artigo 8º da Circular n.º 3.068 do BACEN, o Banco tem a intenção e capacidade financeira para manter tais títulos até o

vencimento.

(\*\*) Deste montante, R$ 11.123.815 (R$ 7.142.996 em 2008) referem-se a Debêntures adquiridas da subsidiária Safra Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil.

(\*\*\*) Deste montante, R$ 7.965.769 (R$ 5.084.930 em 2008) referem-se a quotas de fundo de investimento exclusivo das empresas do Grupo Safra,

administrado pela JS Administração de Recursos S.A., cuja carteira está assim distribuída:

2009

CONSOLIDADO

Vencimento

Natureza Até 12 Acima de 12 Total

meses meses

Títulos para negociação

Certificado de Depósito Bancário – CDB

Debêntures

Letras do Tesouro Nacional – LTN

Opções – Box DI (\*\*\*\*)

Swap – Taxa de Juros

Privada

Privada

Pública

Privada

Privada

2008

CONSOLIDADO

Vencimento

Natureza Até 12meses

Acima de 12

meses

Total

Títulos para negociação

Certificado de Depósito Bancário – CDB Privada -528.540 528.540

Debêntures Privada 23.953 2.454 26.407

Notas Promissórias Privada 126.110 -126.110

Letras do Tesouro Nacional – LTN Pública 3.576.225 -3.576.225

Opções – Box DI (\*\*\*\*) Privada -856.655 856.655

Swap – Taxa de Juros Privada -(29.007) (29.007)

3.726.288 1.358.642 5.084.930

(\*\*\*\*) Referem-se a operações estruturadas com objetivo de alcançar rentabilidade semelhante à do CDI.

Os riscos de mercado e de crédito associados às operações com instrumentos financeiros derivativos constantes no fundo de investimento, bem como os

riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros.

A administração desses riscos pelo administrador do fundo é efetuada por meio de definição de estratégia de operação, estabelecimento de sistema de

controle e determinação de limites de operações. Tais estratégias de investimento podem resultar, eventualmente, em perdas patrimoniais. A metodologia

aplicada para a mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos instrumentos financeiros derivativos é baseada nos modelos de

precificação desenvolvidos pelo gestor, que inclui a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de

classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, conhecidos diariamente na abertura do mercado financeiro.

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

7. CARTEIRA DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Distribuição da carteira de crédito e arrendamento mercantil

As operações distribuem-se segundo as seguintes principais modalidades:

BANCO CONSOLIDADO

2009 2008 2009 2008

Empréstimos e Títulos Descontados 11.572.291 9.070.130 11.600.505 9.112.755

Financiamentos 6.679.528 5.871.516 7.294.873 6.145.477

Financiamentos Rurais e Agroindustriais 797.085 887.028 797.085 887.028

Financiamentos Imobiliários 12.111 17.304 12.111 17.304

Adiantamento de Contrato de Câmbio (i) 664.348 1.033.110 664.348 1.033.110

Arrendamento Mercantil (ii) 2.417.368 792.069 6.338.596 7.147.070

Outros Créditos 1.195.994 950.912 1.195.994 957.980

23.338.725 18.622.069 27.903.512 25.300.724

(i) Classificados em conta redutora do subgrupo Carteira de Câmbio, em Outras Obrigações, acrescidos das respectivas rendas a receber, classificadas

no subgrupo Carteira de Câmbio, em Outros Créditos.

(ii) Em 17 de julho de 2009, o Banco adquiriu a carteira de arrendamento mercantil do Banco J.Safra, empresa controlada, pelo valor do laudo de

avaliação a mercado, efetuado por empresa especializada, no montante de R$ 1.717.259, sendo seu valor contábil de R$ 1.723.629.

a) Distribuição das carteiras por ramo de atividade:

Em 31 de dezembro, as operações de crédito, de adiantamentos de contratos de câmbio com respectivas rendas e de

arrendamento mercantil estavam distribuídas pelos seguintes segmentos econômicos:

BANCO CONSOLIDADO

2009 2008 2009 2008

Setor Público

Outros Serviços 6.486 5.390 6.486 5.390

Setor Privado

Rural 796.985 887.028 796.985 887.028

Indústria 8.341.720 5.660.093 9.182.216 6.616.630

Comércio 4.352.634 3.268.294 5.012.671 4.108.593

Intermediário Financeiro 495.950 330.207 514.802 362.761

Outros Serviços 5.925.232 5.878.388 8.531.792 9.003.306

Pessoas Físicas 3.304.699 2.497.631 3.743.541 4.221.978

Habitação 115.019 95.038 115.019 95.038

23.338.725 18.622.069 27.903.512 25.300.724

b) Distribuição das carteiras por prazo de vencimento das operações:

BANCO CONSOLIDADO

2009 2008 2009 2008

Vencidos:

Até 14 dias 382.793 504.724 415.798 547.003

De 15 a 90 dias 341.294 542.343 394.538 616.565

De 91 a 180 dias 65.759 60.240 81.681 76.739

Acima de 180 dias 157.717 104.555 202.081 143.403

947.563 1.211.862 1.094.098 1.383.710

A vencer:

Até 90 dias 8.799.829 6.744.280 9.487.058 7.643.134

De 91 a 365 dias 7.021.589 5.079.832 8.678.279 7.330.004

Acima de 365 dias 6.569.744 5.586.095 8.644.077 8.943.876

22.391.162 17.410.207 26.809.414 23.917.014

23.338.725 18.622.069 27.903.512 25.300.724

c) Provisão para operações de crédito e arrendamento correspondentes percentuais e valores de provisionamento,

mercantil: conforme os critérios mínimos estabelecidos na Resolução

A classificação das operações de crédito e arrendamento CMN n° 2.682/99, em 31 de dezembro, era a seguinte:

mercantil segundo seus níveis de risco, bem como os

BANCO CONSOLIDADO

Carteira Provisão Carteira Provisão

Nível de Risco 2009 2008 2009 2008 2009 2008 2009 2008

Provisão adicional ---50.000 ---50.000

23.338.725 18.622.069 800.335 678.141 27.903.512 25.300.724 951.566 943.262

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

BANCO CONSOLIDADO

2009 2008 2009 2008

1. Provisão mínima requerida – Res. CMN nº 2.682/99

2. Provisão excedente à mínima requerida distribuída por rating

3. Provisão adicional às constituídas nos itens 1 e 2 acima

A Administração do Banco Safra opta por uma postura mais

conservadora na constituição da provisão para operações de

crédito e de arrendamento mercantil, através de utilização de

percentuais de provisionamento em cada faixa de "rating",

superiores àqueles mínimos definidos através da Resolução

CMN n.º 2.682/99, sendo os mesmos periodicamente

reavaliados e aprovados pela Administração (Nota 3(d)).

O saldo de operações de crédito e de arrendamento mercantil

renegociados, em 31 de dezembro era de R$ 88.357 (R$ 111.326

em 2008) no Banco e R$ 103.978 (R$ 119.935 em 2008) no

Consolidado.

800.335 678.141 951.566 943.262

A composição da carteira classificada segundo os critérios

estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 não inclui as

operações de arrendamento operacional e operações de

arrendamento mercantil em processamento no montante de

R$ 886 em 2008 no Consolidado.

A provisão para operações de crédito e arrendamento

mercantil apresentou a seguinte movimentação para o

exercício encerrado em 31 de dezembro:

BANCO CONSOLIDADO

2009 2008 2009 2008

Saldo no início do exercício 678.141 616.278 943.262 849.065

Constituição de provisão 392.476 271.974 292.323 292.737

Baixas por perdas (270.282) (210.111) (284.019) (198.540)

Saldo no final do exercício 800.335 678.141 951.566 943.262

As recuperações de crédito foram de R$ 58.182 no semestre e Em 22 de outubro de 2008, foi realizada cessão de crédito

R$ 87.214 no exercício (R$ 55.425 em 2008) no Banco, R$ 62.496 direto ao consumidor, no montante de R$ 1.069.895, com

no semestre e R$ 94.481 no exercício (R$ 61.259 em 2008) no retenção substancial dos riscos pela coobrigação assumida na

Consolidado. operação, no montante de R$ 1.021.640.

BANCO E CONSOLIDADO

2009 2008

Curto Prazo Longo Prazo Curto Prazo Longo Prazo

Câmbio comprado a liquidar 1.336.185 10.442 2.417.885 101.157

Direitos sobre venda de câmbio 740.299 -1.729.915 -

(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos (52.745) -(19.386) -

Rendas a receber de adiantamentos concedidos 15.608 -34.581 -

2.039.347 10.442 4.162.995 101.157

b) Negociação e intermediação de valores:

BANCO CONSOLIDADO

2009 2008 2009 2008

Curto Prazo Curto Prazo Curto Prazo Curto Prazo

Depósitos em garantia 29 42 29 42

Caixa de registro e liquidação (\*) --72.136 20.136

Devedores conta de liquidação pendente (\*) 343 541 41.226 63.791

Operação com ativos financeiros e mercadorias a liquidar 733 -733 -

1.105 583 114.124 83.969

(\*) Referem-se substancialmente a operações em bolsa registradas pela Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

c) Diversos:

BANCO

Adiantamentos e antecipações salariais

Créditos tributários (\*)

Devedores por depósito em garantia (\*\*)

Impostos e contribuições a compensar

Títulos e créditos a receber (\*\*\*)

Valores a receber de sociedades ligadas

Devedores diversos – país (\*\*\*\*)

Outros

2009

Curto Prazo Longo Prazo

Curto Prazo Longo Prazo

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

CONSOLIDADO

2009 2008

Curto Prazo Longo Prazo Curto Prazo Longo Prazo

Adiantamentos e antecipações salariais 4.231 -4.222 Créditos

tributários (\*) 66.348 437.448 439.640 -

Devedores por depósito em garantia -242.792 -194.074

Impostos e contribuições a compensar 132.127 -206.786 Títulos

e créditos a receber (\*\*\*) 1.059.201 152.286 574.138 382.726

Valores a receber de sociedades ligadas --400 -

Devedores diversos – país (\*\*\*\*) 272.912 -282.300 -

Devedores diversos - exterior 17 ---

Outros 5.009 -12.290

1.539.845 832.526 1.519.776 576.800

(\*) Representados por créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social, sobre marcação a mercado, no montante de

R$ 2.456 no Banco (R$ 55.626 em 2008) e R$ 2.470 no Consolidado (R$ 55.626 em 2008), Imposto de Renda sobre prejuízo fiscal oriundo de exclusão de

superveniência de depreciação no montante de R$ 88.551 (R$ 29.511 em 2008) no Banco e R$ 393.129 (R$ 376.406 em 2008) no Consolidado e Imposto de

Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias, no montante de R$ 88.839 no Banco e R$ 102.942 no Consolidado.

(\*\*) Refere-se a depósitos judiciais relativos a discussões judiciais de natureza fiscal no montante de R$ 153.259 no Banco e R$ 167.060 no Consolidado,

civil no montante de R$ 22.739 no Banco e R$ 49.911 no Consolidado e trabalhista no montante de R$ 49.837 no Banco e R$ 25.821 no Consolidado

relacionados com as provisões para contingências constituídas no passivo.

(\*\*\*) Refere-se substancialmente a aquisição de direitos de créditos de empresas não financeiras, sem coobrigação.

(\*\*\*\*) Refere-se substancialmente a valores de saldo do preço de cessão efetuada, a serem pagos pelo cessionário conforme as datas de vencimentos

dos contratos cedidos no montante de R$ 96.048 no Banco e no Consolidado, ajuste de marcação a mercado da carteira de crédito indexada a taxa préfixada

no montante de R$ 73.153 no Banco e Consolidado e valores a receber de cartões de crédito no montante de R$ 68.776 no Banco e no Consolidado.

d) Rendas a Receber:

Comissões por coobrigações a receber

Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

Outras rendas a receber (\*)

2009

Curto Prazo

201

379.462

2.242

BANCO

2008

Curto Prazo Longo Prazo

1.834 51

208.557 -

1.871 -

381.905 212.262

Comissões por coobrigações a receber

Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

Outras rendas a receber (\*)

(\*) Refere-se a valores a receber de operações de repasse Funcafé.

9. IMOBILIZADO

Taxa anual de

depreciação

Em 31 de dezembro, a posição do imobilizado é composta como segue:

Imobilizações em curso:

Móveis e equipamentos -

Imóveis destinados ao uso:

Terrenos -

Edificações 4%

Instalações, móveis e equipamentos de uso:

Móveis e equipamentos 10%

Equipamentos de informática e processamento

Sistema de comunicação 10%

Sistema de processamento de dados 20%

Outros:

Sistema de segurança 10%

Sistema de transporte 20%

9. IMOBILIZADO

Taxa anual de

depreciação

Em 31 de dezembro, a posição do imobilizado é composta como segue:

Imobilizações em curso:

Móveis e equipamentos -

Imóveis destinados ao uso:

Terrenos -

Edificações 4%

Instalações, móveis e equipamentos de uso:

Móveis e equipamentos 10%

Equipamentos de informática e processamento

Sistema de comunicação 10%

Sistema de processamento de dados 20%

Outros:

Sistema de segurança 10%

Sistema de transporte 20%

CONSOLIDADO

2009 2008

Curto Prazo Curto Prazo

201 1.834

39 663

2.242 1.871

2.482 4.368

BANCO

2009

Depreciação Imobilizado

Custo Acumulada Líquido

Longo Prazo

51

-

-

51

2008

Imobilizado

Líquido

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

CONSOLIDADO

2009 2008

Taxa anual de Depreciação Imobilizado Imobilizado

depreciação Custo Acumulada Líquido Líquido

Imobilizações em curso:

Móveis e equipamentos -9.390 -9.390 6.613

9.390 -9.390 6.613

Imóveis destinados ao uso:

Terrenos -4.727 -4.727 4.755

Edificações 4% 16.954 (3.410) 13.544 14.236

21.681 (3.410) 18.271 18.991

Imóveis destinados a renda

Terrenos -81.643 -81.643 77.098

Edificações 4% 212.663 (124.756) 87.907 92.315

294.306 (124.756) 169.550 169.413

Instalações, móveis e equipamentos de uso:

Instalações 10% 14.002 (5.936) 8.066 9.596

Móveis e equipamentos 10% 116.393 (65.379) 51.014 76.252

130.395 (71.315) 59.080 85.848

Equipamentos de informática e processamento

Sistema de comunicação 10% 12.049 (9.252) 2.797 4.537

Sistema de processamento de dados 20% 99.528 (86.043) 13.485 18.018

111.577 (95.295) 16.282 22.555

Outros:

Sistema de segurança 10% 3.598 (1.952) 1.646 1.881

Sistema de transporte 20% 17.806 (8.034) 9.772 10.368

21.404 (9.986) 11.418 12.249

588.753 (304.762) 283.991 315.669

10. INVESTIMENTOS E TRANSAÇÕES COM COLIGADAS E CONTROLADAS

Lucro Lucro Receitas Resultado Resultado

Líquido Líquido Ativos (Despesas) Valor de de

Patrimônio (Prejuízo) (Prejuízo) (Passivos)Líquidas Contábil do equivalência equivalência

Líquido 2º Semestre Exercício Part. % Líquidos Semestre Investimento 2º Semestre Exercício

Em 31/12/2009

No país:

Safra Leasing S.A. 1.236.021 198.689 434.516 99,99 (8.543.924) (337.889) 1.236.020 198.689 434.516

Safra CVC Ltda. 133.039 23.376 30.427 99,99 (55.845) (18.237) 133.039 23.376 30.427 (v)

Safra DTVM Ltda. 162.710 61.022 63.521 99,99 (20.930) 2.080 162.710 61.022 63.521 (v)

Banco Safra BSI S.A. (i) 514.242 32.979 36.037 99,99 520.243 (8.522) 514.242 32.979 36.037 (v)

Banco J.Safra S.A. 260.520 143.461 75.808 99,99 (299.930) (29.583) 260.520 143.461 75.808

Sercom Comércio e

Serviços Ltda. (ii) 458.039 30.259 58.891 99,99 (93.753) -458.038 30.259 58.891

Pastoril Agrop. Couto

Magalhães S.A.(iii) 23.643 1.056 1.777 27,79 56 (32) 6.570 311 512

Elong Adm. Rep. Ltda. 118.174 7.592 12.475 99,99 (178) 4 118.173 7.592 12.475

Safra Vida e

Previdência S.A. (iv) 255.857 43.431 65.767 99,99 (34.767) (45.800) 255.859 31.141 31.148 (v)

Safra Seguros

Gerais S.A (iv) 60.577 6.486 10.005 99,99 (4.510) (6.900) 60.575 4.745 4.745

Safra Cia.

Securitizadora (vii) 308.186 17.904 32.804 7,60 264.788 30.307 23.429 1.361 2.466

3.229.175 534.936 750.546

No exterior:

Banco Safra

(Cayman Islands) Limited. 219.484 (361) 541 100,00 (176.023) (5.754) 219.484 (26.926) (74.507) (vi)

219.484 (26.926) (74.507)

3.448.659 508.010 676.039

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

Lucro Lucro Receitas Resultado Resultado

Líquido Líquido Ativos (Despesas) Valor de de

Patrimônio (Prejuízo) (Prejuízo) (Passivos)Líquidas Contábil do equivalência equivalência

Líquido 2º Semestre Exercício Part. % Líquidos Semestre Investimento 2º Semestre Exercício

Em 31/12/2008

No país:

Safra Leasing S.A. 880.005 97.509 257.132 99,99 (6.344.234) (255.191) 880.004 96.823 256.447

Safra CVC Ltda. 121.839 18.314 35.622 99,99 48.453 (16.053) 121.839 18.342 35.738 (v)

Safra DTVM Ltda. 99.189 5.384 15.600 99,99 168.538 2.929 99.189 5.411 15.715 (v)

Banco Safra de

Investimento S.A. 510.811 74.424 137.259 99,99 638.374 (32.845) 510.811 74.424 137.259 (v)

Banco J.Safra S.A. 203.312 (16.857) (41.449) 99,99 1.838.996 (73.811) 203.312 (16.802) (43.685)

Sercom Comércio e

Serviços Ltda. (ii) 596.386 74.309 111.242 99,99 293 (26.303) 596.382 66.911 104.070

Pastoril Agrop. Couto

Magalhães S.A.(iii) 155.390 5.782 10.925 27,79 27.950 2.001 43.178 2.128 3.530

Elong Adm. Rep. Ltda. 12.698 207 4.017 99,99 (230) 1 12.698 207 4.017

Safra Vida e

Previdência S.A. (iv) 235.913 20.238 41.003 0,02 1.914 -56 4 9 (v)

Safra Seguros

Gerais S.A (iv) 37.504 2.310 5.636 0,02 785 -4 -1

Safra Cia.

Securitizadora (vii) 190.344 6.145 6.145 7,04 159 -13.399 432 432

2.480.872 247.880 513.533

No exterior:

Banco Safra

(Cayman Islands) Limited. 293.992 (208) 1.928 100 (170.056) (27.785) 293.992 110.266 86.476 (vi)

293.992 110.266 86.476

2.774.864 358.146 600.009

(i) Anteriormente denominado Banco Safra de Investimento S.A.

(ii) A Sercom Comércio e Serviços Ltda. tem como objeto social principal a prestação de serviços não financeiros, bem como a participação societária em

controladas do Conglomerado.

(iii) Investimentos em coligadas oriundos do direcionamento de recursos de incentivos fiscais para projeto agropecuário mantido por empresas

integrantes do Grupo Safra na área de incentivo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

(iv) Em 20 de outubro de 2009 foi aprovada a transferência de ações das empresas Safra Vida e Previdência S.A e Safra Seguros Gerais S.A para o Banco

Safra S.A, anterior a esta data o Banco Safra S.A tinha participação indireta através da Sercom Comércio e Serviços Ltda.

(v) Inclui também atualização de títulos patrimoniais e/ou acréscimos por incentivos fiscais nas investidas.

(vi) Inclui também a variação cambial incidente sobre o investimento. De acordo com o Pronunciamento CPC nº 02, emitido pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis, os ajustes decorrentes de variação cambial sobre investimentos no exterior continuarão a ser lançados diretamente ao

resultado por se tratarem de controladas que operam de forma integrada com as operações do Banco no Brasil e por esse motivo possuem o Real como

moeda funcional para fins de apresentação das demonstrações financeiras do Banco e do Consolidado.

(vii) Em 20 de maio de 2009, a Safra Cia. Securitizadora foi objeto de cisão parcial, resultando na alteração da participação societária do Banco Safra de

7,04% para 7,60%. O resultado apurado no período acumulado até a data da cisão foi de R$ 10.882.

11. DEPÓSITOS

Em 31 de dezembro, a carteira de depósitos é composta como segue:

BANCO

2009

Sem

Vencimento

Até 90

dias

De 91 a

365 dias

Acima de

365 dias Total

Depósito à vista

Depósito à prazo

Depósito poupança

Depósito interfinanceiro

Outros

CONSOLIDADO

2009

Sem

Vencimento

Até 90

dias

De 91 a

365 dias

Acima de

365 dias Total

Depósito à vista

Depósito à prazo

Depósito poupança

Depósito interfinanceiro

Outros

BANCO

2008

Sem

Vencimento

Até 90

dias

De 91 a

365 dias

Acima de

365 dias Total

Depósito à vista

Depósito à prazo

Depósito poupança

Depósito interfinanceiro

Outros

CONSOLIDADO

2008

Sem

Vencimento

Até 90

dias

De 91 a

365 dias

Acima de

365 dias Total

Depósito à vista

Depósito à prazo

Depósito poupança

Depósito interfinanceiro

Outros

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

12. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Em 31 de dezembro, a carteira de operações compromissadas

era composta da seguinte forma: BANCO

2009

Até

30 dias

De 30 a

180 dias

De 181 a

365 dias

Acima de

365 dias Total

Carteira Própria

Tesouro Nacional

Títulos Privados

Carteira de Terceiros

Tesouro Nacional

CONSOLIDADO

2009

Até

30 dias

De 30 a

180 dias

De 181 a

365 dias

Acima de

365 dias Total

Carteira Própria

Tesouro Nacional

Títulos Privados

Carteira de Terceiros

Tesouro Nacional

859.360

551.989

13.852.589

15.263.938

15.272.935

-

4.690.584

-

4.690.584

4.690.584

-

3.485.176

-

BANCO

2008

Até

30 dias

De 30 a

180 dias

De 181 a

365 dias

Acima de

365 dias Total

Carteira Própria

Tesouro Nacional 10.003.791 -5.751 10.686 10.020.228

Títulos Privados 175.149 1.455.891 2.052.976 2.882.398 6.566.414

Carteira de Terceiros

Tesouro Nacional 16.542 ---16.542

Carteira de Livre Movimentação

Tesouro Nacional --20.934 -20.934

10.195.482 1.455.891 2.079.661 2.893.084 16.624.118

CONSOLIDADO

2008

Até

30 dias

De 30 a

180 dias

De 181 a

365 dias

Acima de

365 dias Total

Carteira Própria

Tesouro Nacional

Títulos Privados

Carteira de Terceiros

Tesouro Nacional

Carteira de Livre Movimentação

Tesouro Nacional

-

13. EMPRÉSTIMOS, REPASSES E TÍTULOS NO EXTERIOR financiamentos de importações e exportações. Os repasses e

Os empréstimos no exterior representam linhas de crédito, com

vencimentos em até três anos, e encargos equivalentes a

LIBOR mais juros médios de até 5% ao ano, para

os recursos captados em colocações de títulos no exterior

(Euronotes) para repasses a clientes locais, na forma da

Resolução CMN nº 2.770 (antiga Resolução 63) vencem até

2017 com encargos médios de 7,5% ao ano.

BANCO

2009

Valor por prazo de vencimento

Até De 91 a Acima de

90 dias 365 dias 365 dias Total

Empréstimos e repasses no exterior

Obrigações em moedas estrangeiras 33.581 397.493 1.262.358 1.693.432

Obrigações por empréstimo no exterior 755.977 1.680.621 217.878 2.654.476

789.558 2.078.114 1.480.236 4.347.908

CONSOLIDADO

2009

Valor por prazo de vencimento

Até De 91 a Acima de

90 dias 365 dias 365 dias Total

Empréstimos e repasses no exterior

Obrigações em moedas estrangeiras 33.581 397.493 913.307 1.344.381

Obrigações por empréstimo no exterior 755.977 1.680.621 217.878 2.654.476

789.558 2.078.114 1.131.185 3.998.857

BANCO

2008

Valor por prazo de vencimento

Até De 91 a Acima de

90 dias 365 dias 365 dias Total

Empréstimos e repasses no exterior

Obrigações em moedas estrangeiras 29.117 1.360.389 1.946.224 3.335.730

Obrigações por empréstimo no exterior 1.625.478 1.571.204 239.538 3.436.220

1.654.595 2.931.593 2.185.762 6.771.950

CONSOLIDADO

2008

Valor por prazo de vencimento

Até De 91 a Acima de

90 dias 365 dias 365 dias Total

Empréstimos e repasses no exterior

Obrigações em moedas estrangeiras 29.117 1.360.389 1.467.654 2.857.160

Obrigações por empréstimo no exterior 1.625.478 1.571.204 239.538 3.436.220

1.654.595 2.931.593 1.707.192 6.293.380

109

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

14. EMPRÉSTIMOS E REPASSES NO PAÍS

As Obrigações por repasses do país – Instituições oficiais têm cambial do dólar norte-americano, acrescidos de juros de 4,5%

incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, até 7% ao ano.

variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação

BANCO

2009

Valor por prazo de vencimento

Até De 91 a Acima de

90 dias 365 dias 365 dias Total

Empréstimos e repasses no país

Tesouro Nacional

BNDES

FINAME

CONSOLIDADO

2009

Valor por prazo de vencimento

Até De 91 a Acima de

90 dias 365 dias 365 dias Total

Empréstimos e repasses no país

Tesouro Nacional

BNDES

FINAME

ANCO

2008

Valor por prazo de vencimento

Até De 91 a Acima de

90 dias 365 dias 365 dias Total

Empréstimos e repasses no país

Tesouro Nacional

BNDES

FINAME

CONSOLIDADO

2008

Valor por prazo de vencimento

Até De 91 a Acima de

90 dias 365 dias 365 dias

Total

Empréstimos e repasses no país

Tesouro Nacional

BNDES

FINAME

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados:

BANCO CONSOLIDADO

2009 2008 2009 2008

Curto Prazo Curto Prazo Curto Prazo Curto

IOF a recolher 8.936 3.699 10.083 3.729

Recebimentos de contribuições 4 4 4 4

Recebimentos de tributos municipais, estaduais e federais 1.062 413 1.062 420

Recebimento do FGTS 149 451 149 451

10.151 4.567 11.298 4.604

b) Carteira de câmbio:

BANCO E CONSOLIDADO

2009 2008

Curto Prazo Longo Prazo Curto Prazo

Câmbio vendido a liquidar 732.455 -1.732.889

Obrigações por compra de câmbio 1.373.541 10.294 2.011.951

(-) Importação financiada – câmbio contratado (1.827) -(32.367)

(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (638.446) (10.294) (998.529)

Rendas a receber de adiantamentos concedidos 41 --

Outros 142 -559

1.465.906 -2.714.503

c) Sociais e estatutárias:

BANCO CONSOLIDADO

2009 2008 2009 2008

Curto Prazo Curto Prazo Curto Prazo Curto Prazo

Dividendos e bonificações a pagar 34.628 268.313 34.630 268.318

34.628 268.313 34.630 268.318

d) Negociação e intermediação de valores:

BANCO CONSOLIDADO

2009 2008 2009 2008

Curto Prazo Curto Prazo Curto Prazo Curto Prazo

Caixa de registro e liquidação (\*) --75.680 17.971

Credores conta de liquidação pendente (\*) --32.777 32.705

Credito por empréstimo de ações -10.623 -13.290

Operações com ativos financeiros e mercadorias -11.959 4.104 45.404

Outras obrigações por negociação 4.066 4.258 4.066 4.257

4.066 26.840 116.627 113.627

(\*) Refere-se substancialmente a operações em bolsa registradas pela Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

e) Fiscais e previdenciárias:

BANCO

2009 2008

Curto Prazo Longo Prazo Curto Prazo Longo Prazo

Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro 59.219 -39.476 -

Impostos e contribuições a recolher (\*) 93.470 -78.401 -

Provisão para IR e CS diferidos (\*\*) -351.658 -178.488

Provisão para riscos fiscais (\*\*\*) -481.738 -443.329

152.689 833.396 117.877 621.817

CONSOLIDADO

2009 2008

Curto Prazo Longo Prazo Curto Prazo Longo Prazo

Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro 200.236 -152.163 -

Impostos e contribuições a recolher (\*) 141.043 -114.472 -

Provisão para IR e CS diferidos (\*\*) -1.253.603 -1.168.887

Provisão para riscos fiscais (\*\*\*) -665.224 -802.145

341.279 1.918.827 266.635 1.971.032

(\*) Em 2009, inclui obrigações de tributos a recolher no âmbito do Refis no valor de R$ 44.944 no Banco e R$ 49.502 no Consolidado.

(\*\*) Representada substancialmente por IR diferido sobre superveniência de depreciação no montante de R$ 347.656 (R$ 130.902 em 2008) no Banco e

R$ 1.246.306 (R$ 1.119.890 em 2008) no Consolidado.

(\*\*\*) Refere-se a provisão para contingências e obrigações legais (vide nota 18).

f) Diversas:

BANCO

2009 2008

Curto Prazo Longo Prazo Curto Prazo Longo Prazo

Credores por recursos a liberar 69 -181 -

Obrigação por aquisição de bens e direitos 799 -2.584 -

Provisão para passivos contingentes (Nota 18) -206.126 -145.248

Provisão para pagamentos a efetuar 73.767 -85.495 -

Credores diversos país (\*) 168.213 -43.298 -

Credores diversos exterior 58.168 -60.880 -

Repasses de valores a liberar --34.564 -

Obrigações por transferências de ativos financeiros (\*\*) 209.801 142.687 536.399 485.241

Outros 738 -2.132

511.555 348.813 765.533 630.489

CONSOLIDADO

2009 2008

Curto Prazo Longo Prazo Curto Prazo Longo Prazo

Credores por recursos a liberar 69 -181 -

Obrigação por aquisição de bens e direitos 16.061 -27.896 -

Provisão para passivos contingentes (Nota 18) -225.438 -158.346

Provisão para pagamentos a efetuar 98.692 -104.546 -

Credores diversos país (\*) 634.398 -273.467 8.937

Credores diversos exterior 58.248 -60.988 -

Repasses de valores a liberar --40.510 -

Obrigações por transferências de ativos financeiros (\*\*) 209.801 142.687 536.399 485.241

Outros 738 -5.448

1.018.007 368.125 1.049.435 652.524

(\*) Refere-se substancialmente a valores a repassar para administradoras de cartões de crédito no Banco e no Consolidado no valor de R$ 63.006 (R$

36.287 em 2008) e recursos recebidos a repassar por gestão de pagamentos de terceiros no montante de R$ 64.306 (R$ 221.962 em 2008) no Consolidado.

(\*\*) Refere-se a obrigação de cessão de crédito, efetuada nos moldes da Resolução CMN nº 3.533.

16. SALDOS COM OPERAÇÕES DE SEGUROS

CONSOLIDADO

Prêmios Ganhos

2009 2008

Ramos

Compreensivo empresarial 7.486 4.571

Riscos diversos 1.059 1.848

Vida em grupo e individual 24.047 22.577

Danos pessoais - DPVAT 65.590 48.546

Acidentes pessoais 26.099 23.281

Prestamista 3.153 903

Outros 31 51

127.465 101.777

As receitas de seguros encontram-se registradas na rubrica “Outras receitas operacionais” no Consolidado.

17. PROVISÕES TÉCNICAS – OPERAÇÕES DE SEGURO E PREVIDÊNCIA

a) Ramos elementares e vida em grupo:

CONSOLIDADO

2009

Provisão Sinistros a Provisão de Provisão Provisão para

de prêmios liquidar sinistros ocorridos complementar despesas

não ganhos e não avisados de prêmios administrativas

Circulante e exigível a longo prazo

Aeronáutico 2 4.507 32 --

Incêndio -16 1--

Compreensivo empresarial 9.731 3.869 334 183 Riscos

diversos 2.889 1.317 40 35 -

Responsabilidade civil geral -2.845 9 --

Responsabilidade civil facultativa -452 --Riscos

de engenharia 1 826 2 -Prestamista

589 -87 209 -

Acidentes pessoais 9.815 244 322 1 Danos

pessoais – DPVAT -33.859 1.212 -655

Vida em grupo 5.256 2.268 1.535 --

Outros 73 735 15 5

28.356 50.938 3.589 433 655

Curto prazo 27.070 50.938 3.589 433 655

Longo prazo 1.286 ---

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

CONSOLIDADO

2008

Provisão

de prêmios

não ganhos

Sinistros a

liquidar

Provisão de

sinistros ocorridos

e não avisados

Provisão

complementar

de prêmios

Provisão para

despesas

administrativas

Circulante e exigível a longo prazo

Aeronáutico

Incêndio

Compreensivo empresarial

Riscos diversos

Responsabilidade civil geral

Responsabilidade civil facultativa

Riscos de engenharia

Prestamista

Acidentes pessoais

Danos pessoais – DPVAT

Vida em grupo

Outros

Curto prazo

Longo prazo

1

As despesas de seguros encontram-se registradas na rubrica “Outras despesas operacionais” no Consolidado.

b) Provisões técnicas de vida com cobertura de sobrevivência:

2009 2008

Vida com cobertura de sobrevivência - Benefícios a conceder

PDA – Provisão de despesas administrativas -Benefícios a conceder

PIP – Provisão de insuficiência de prêmio administrativa - Benefícios a conceder

Curto prazo

Longo prazo

c) Provisões técnicas de previdência complementar:

2009 2008

PGBL

Benefícios a conceder

Benefícios concedidos

PIC – Provisão para insuficiência de contribuição

Benefícios a conceder

Benefícios concedidos

PDA – Provisão de despesas administrativas

Benefícios a conceder

Benefícios concedidos

Curto prazo

Longo prazo

18. PASSIVOS CONTINGENTES

A Administração do Banco Safra entende que a provisão As provisões constituídas e as respectivas movimentações

constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

respectivos processos. estão assim demonstradas:

BANCO

2009 2008

Fiscal Cível Trabalhista Fiscal Cível Trabalhista

Saldo no início do exercício

Constituição / (Reversão) (\*)

Atualização monetária

Saldo no final do exercício

CONSOLIDADO

2009 2008

Fiscal Cível Trabalhista Fiscal Cível Trabalhista

Saldo no início do exercício 802.145 82.190 76.156 754.878 66.705 47.746

Constituição / (Reversão) (\*) (136.921) 42.830 22.039 47.267 15.485 28.410

Saldo no final do exercício 665.224 125.020 98.195 802.145 82.190 76.156

(\*) Em 2009, a constituição refere-se substancialmente ao questionamento da constitucionalidade do alargamento da base de cálculo PIS/COFINS pela Lei

nº 9.178/98, e a reversão refere-se substancialmente aos efeitos da adoção ao programa de quitação de débitos fiscais (Refis). No Consolidado, refere-se

ainda a reversão de provisão para CPMF e ISS na Safra Leasing com base na reavaliação do risco de perda por parte da Administração.

PASSIVOS CONTINGENTES FISCAIS

Ações Fiscais e Previdenciárias: quantificadas individualmente

quando do recebimento da notificação dos processos

administrativos, com base nos valores destes, atualizados

mensalmente.

O Banco e suas subsidiárias mantêm um sistema de

acompanhamento para todos os processos administrativos e

judiciais em que as Instituições figuram como "autora" ou "ré" e

amparada na opinião de seus assessores jurídicos classifica as

ações de acordo com a expectativa de insucesso. A provisão

para passivos contingentes está sendo constituída com base

nos processos classificados como risco de perda provável e

com base nas perdas esperadas pela Administração para os

processos classificados como de risco de perda possível.

Segue abaixo relação dos principais questionamentos:

-ISS Banco e Leasing: diversos autos de infração e processos

judiciais relacionados à incidência do imposto nas operações de

leasing, cuja discussão é atinente ao local da incidência do tributo

e sua base de cálculo, no montante de R$ 79.707 (R$ 53.064 em

2008) no Banco e R$ 217.395 (R$ 235.928 em 2008) no Consolidado.

-CPMF - Gestão de Pagamentos (Banco): autuação em relação ao

produto Gestão de Pagamentos, por ter entendido a Autoridade

Fiscal que houve a liquidação/pagamento de créditos, por conta e

ordem de terceiros, sem o respectivo crédito em conta do

beneficiário, tendo sido ainda atribuída a responsabilidade pela

retenção e recolhimento do tributo nos termos do artigo 5º, inciso I,

da mencionada Lei nº 9.311/96, no montante de R$ 85.767

(R$ 79.943 em 2008) no Banco e no Consolidado.

Não existem processos administrativos junto às autoridades

monetárias e órgãos reguladores, bem como causas

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível

cujas perdas esperadas pela Administração não estejam

provisionadas.

OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Banco e suas subsidiárias vêm contestando judicialmente a

legalidade e exigência de alguns tributos e contribuições, para

os quais a obrigação legal encontra-se integralmente

provisionada e atualizada até a data do balanço, no montante

de R$ 305.836 (R$ 234.468 em 2008) no Banco e R$ 324.252

(R$ 290.540 em 2008) no Consolidado. Os principais

questionamentos são:

-COFINS: majoração da base de cálculo promovida pela Lei

nº 9.718/98, no montante de R$ 250.311 (R$ 151.679 em 2008) no

Banco e R$ 265.917 (R$ 165.602 em 2008) no Consolidado.

-PIS: majoração da base de cálculo promovida pela Lei

nº 9.718/98 no montante de R$ 38.247 (R$ 25.289 em 2008) no

Banco e R$ 40.783 (R$ 27.551 em 2008) no Consolidado.

AÇÕES CÍVEIS

São reconhecidas contabilmente e estão representadas,

substancialmente, por pleitos de indenização por danos

materiais e morais tais como protestos de títulos e inclusão de

informações no cadastro de restrições ao crédito.

São avaliadas quando da notificação judicial e revisadas

mensalmente, de forma individualizada, por tratar-se de

processos relativos a causas consideradas não usuais e

quantificadas pelo valor indenizatório pretendido, nas provas

apresentadas e na avaliação de assessores legais que

considera jurisprudência, provas produzidas nos autos e as

decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação –

quanto ao grau de risco de perda da ação judicial. A provisão

está sendo constituída com base nos processos classificados

como perda provável e com base nas perdas esperadas pela

Administração para os processos classificados como risco de

perda possível.

AÇÕES TRABALHISTAS

Buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas,

relativos à legislação trabalhista específica da categoria

profissional tais como horas extras, equiparação salarial

e outros.

São quantificadas quando da notificação judicial, revisadas

mensalmente e provisionadas com base no percentual

histórico de perdas, relativos a causas consideradas

semelhantes e usuais e no valor do risco estimado nas causas.

19. ADESÃO AO PROGRAMA DE QUITAÇÃO DE

DÉBITOS FISCAIS (REFIS) E AO PROGRAMA DE

PARCELAMENTO INCENTIVADO (PPI)

Em 30 de novembro de 2009, o Banco e suas coligadas

aderiram aos programas de parcelamento e pagamento à vista

de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos

administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela

Lei nº 11.941/09 e ao Programa de Parcelamento Incentivado –

PPI com anistia para liquidação de débitos administrados pela

Prefeitura do Município de São Paulo, instituído pela Lei

nº 14.129/06 e Decreto nº 50.512/09. Os principais processos

incluídos neste programa foram: Imposto sobre Produtos

Industrializados (IPI), Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto de

Renda Retido na Fonte (IRRF), Contribuição Provisória sobre

Movimentações Financeiras (CPMF) e PIS/COFINS sobre Juros

sobre Capital Próprio (JCP) no Banco e no Consolidado.

Para liquidação do saldo, o Banco efetuou o pagamento de

R$ 1.738 (R$ 52.291 no Consolidado) à vista na data de 30 de

novembro de 2009. Foram utilizados R$ 3.460 no Consolidado de

depósitos judiciais para quitação dos débitos e assumida dívida

do parcelamento de R$ 44.944 no Banco e R$ 49.502 no

Consolidado. O Banco possui saldo de depósito judicial

referente as causas baixadas e ainda não pagas, a ser utilizado

para quitação dos débitos fiscais no montante de R$ 94.032.

Os ajustes no ativo, passivo e no resultado do exercício,

decorrentes da adesão aos referidos programas foram:

(i) utilização de parte dos saldos de depósitos judiciais mantidos

no ativo para quitação de parcela dos débitos apurados no

montante de R$ 3.460 no Consolidado;

(ii) pagamentos efetuados no valor de R$ 1.738 no Banco

(R$ 52.291 no Consolidado) e constituição de provisão para

pagamento do saldo remanescente, mantida no grupo “Outras

Obrigações”, no montante de R$ 44.944 no Banco (R$ 49.502 no

Consolidado), lançados em contrapartida à conta de despesas

com tributos; e

(iii) receita de reversão de provisão para contingência em

decorrência da adesão ao programa no valor de R$ 74.405 no

Banco (R$ 179.490 no Consolidado), resultando em um efeito

positivo no resultado no valor de R$ 27.723 no Banco (R$ 77.697

no Consolidado), em decorrência do cancelamento das multas

e redução parcial de juros.

20. DÍVIDA SUBORDINADA

Em 28 de dezembro de 2006, mediante autorização do Banco

Central do Brasil, o Banco Safra S.A. emitiu na forma da

Resolução CMN nº 2.837/01, Certificados de Depósito Bancário CDB

subordinados, elegíveis como Patrimônio de Referência

Nível II, no montante de R$ 700.000, dos quais foram colocados

R$ 450.000. Em 4 de janeiro de 2007, foram emitidos os

R$ 250.000 restantes, totalizando R$ 700.729 atualizados até

31 de dezembro de 2009 (R$ 698.571 em 2008). Tais certificados

têm vencimento em 2016 e juros remuneratórios

correspondentes a 104% até 106% das taxas médias diárias do

CDI, sendo a remuneração paga semestralmente, estando

registrados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e

Derivativos. Em 31 de dezembro de 2009, do total de

certificados emitidos, R$ 1.431 (R$ 1.430 em 2008) encontram-se

em carteira.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social do Banco Safra S.A. está dividido em 1.085.948

ações (1.085.948 em 2008), sem valor nominal, todas

nominativas, sendo 543.427 ordinárias (543.427 em 2008) e

542.521 preferenciais (542.521 em 2008), que asseguram

dividendos anuais, não cumulativos, de 1% e 2%,

respectivamente, sobre o capital social. Conforme Ata de

Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 24 de março de

2008, foi deliberado o grupamento das ações emitidas pelo

Banco Safra S.A., à razão de 1.000 (mil) ações existentes para

uma nova ação do Capital Social, passando o Capital Social a

ser representado por 1.026.785 (um milhão, vinte e seis mil e

setecentas e oitenta e cinco) ações, sendo 513.805 (quinhentas

e treze mil e oitocentas e cinco) Ações Ordinárias e 512.947

(quinhentas e doze mil e novecentas e quarenta e sete) Ações

Preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 15 de fevereiro de 2008, foi aprovada em Reunião do

Conselho de Administração, a destinação aos acionistas de

dividendos de forma proporcional ao número de ações

representativas do capital social, no montante de R$ 300.268

relativo aos saldos do lucro apurado no exercício de 2001 e

parcela dos lucros do exercício de 2002.

Em 3 de abril de 2008, foi aprovada em reunião do Conselho de

Administração, a destinação aos acionistas de dividendos, de

forma proporcional ao número de ações representativas do

capital social, no montante de R$ 250.000, sendo R$ 129.725

relativos ao saldo remanescente dos lucros apurados no

exercício de 2002 e R$ 120.275 relativos ao saldo remanescente

dos lucros apurados no exercício de 2003.

Em 14 de abril de 2008, foi aprovado em Assembléia Geral

Extraordinária, o aumento de capital social de R$ 1.801.900 para

R$ 2.048.898 mediante a emissão de 70.956 novas ações

escriturais, todas nominativas e sem valor nominal, sendo

35.508 ordinárias e 35.448 preferenciais. O referido aumento de

capital foi totalmente subscrito pela Sudafin Representações e

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

Participações S.A. (controladora do Banco J. Safra S.A.) em

nome de seu acionista Joseph Yacoub Safra, mediante a

incorporação do acervo cindido e referente à parcela do

patrimônio líquido da Sudafin correspondente ao investimento

detido no Banco J. Safra S.A. Nessa mesma data, também foi

aprovada a redução do capital social dos atuais R$ 2.048.898

para R$ 2.007.958 com a extinção de 11.761 ações sem valor

nominal, todas nominativas, sendo 5.885 ordinárias e 5.876

preferenciais. A redução do capital foi efetuada,

exclusivamente para a então controladora do Banco, J.S.

Administração de Recursos S.A., mediante a transferência de

ativos financeiros.

Em 3 de junho de 2008, foi aprovada em reunião do Conselho de

Administração, a destinação aos acionistas de dividendos, de

forma proporcional ao número de ações representativas do

capital social, no montante de R$ 19.711 relativos aos saldos

remanescentes ao saldos apurados no exercício de 2003.

Em 31 de dezembro de 2008, foi aprovada em reunião do

Conselho de Administração, a destinação aos

acionistas de dividendos, no montante de R$ 165.000, de forma

proporcional ao número de ações representativas no Capital

Social, relativos ao saldo de lucros acumulados dos exercícios

de 2003 e 2004.

Em 27 de agosto de 2009, foi aprovada em reunião do Conselho

de Administração, a destinação de dividendos aos acionistas,

de forma proporcional ao número de ações representativas do

capital social, no montante de R$ 100.000, relativo aos saldos

do lucro apurado no exercício de 2004.

Acionista

Em 31 de dezembro de 2009, foi destinado aos acionistas,

dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 30.111 de

forma proporcional ao número de ações representativas do

capital social.

O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 31 de

dezembro de cada ano, após as deduções e provisões legais,

sendo reserva legal em 5%, deixando tal destinação de ser

obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital

social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal.

A reserva de lucros retidos é constituída com base no lucro

líquido não distribuído após todas as destinações legais,

permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos

acionistas para deliberação futura em Assembléia Geral.

Conforme permitido pela Resolução CMN nº 3.605, de 29 de

agosto de 2008, o saldo de lucros acumulados remanescente

deve ser destinado até 31 de dezembro de 2010.

22. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração:

Em assembléia geral de acionistas realizada em 30 de abril de

2008, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para

a Diretoria e Conselho de Administração no montante de

R$ 40.000 vigentes até a data base.

b) Participação Acionária:

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta

(ações ordinárias):

Total

Quantidade (%)

Joseph Yacoub Safra 1.021.001 94,02

JS Administração de Recursos S.A 63.910 5,88

Minoritários 1.033 0,10

Membros do Conselho 2 -

Outros 2 -

1.085.948 100,00

c) Transações com Partes Relacionadas:

As transações com partes relacionadas estão a seguir demonstradas:

Ativos/(Passivos) Receitas/(Despesas)

2009 2008 2º Semestre 20009 2008

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez 293.117 1.759.609 12.222 110.208 104.247

Banco J Safra S.A. 293.117 1.759.609 12.222 110.208 102.394

Banco Safra BSI S.A. ----1.853

Vinculados a Operação Compromissada 454.683 1.318.543 (428) (281) 743

Banco Safra Luxemburgo 19.978 836 (642) (648) -

Safra National Bank of New York 434.705 1.317.707 214 367 743

Custódia de Valores – Títulos de Outros Governos 609.140 1.227.001 ---

Banco Safra Luxemburgo 609.140 1.227.001 ---

Títulos e Valores Mobiliários no Exterior 702.715 778.815 (9.586) (30.346) 30.962

Banco Safra S.A.– Cayman Islands 702.715 778.815 (9.586) (30.346) 30.962

Títulos e Valores Mobiliários Vinculados a

Compromissos de Recompra 11.124.814 7.142.995 424.379 847.497 1.318.039

Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil 11.124.814 7.142.995 424.379 847.497 1.318.039

Instrumentos financeiros derivativos 1.739 14.553 21.767 49.334 96.768

Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil 1.739 -8.790 9.500 -

Banco J Safra S.A. -14.553 12.977 39.834 96.768

Remuneração capital TJLP a receber ligada 284.774 113.869 201.600 201.600 87.750

Banco Safra BSI S.A. 77.601 50.091 32.600 32.600 56.200

Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil 66.725 257 78.500 78.500 -

Safra Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. 24.098 24.098 --9.150

Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda. 55.505 39.185 19.200 19.200 22.400

Safra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários 2 ----

Safra Seguros Gerais S.A. 5.865 -6.900 6.900 -

Safra Vida e Previdência S.A. 38.930 -45.800 45.800 -

Banco J Safra S.A. 15.810 -18.600 18.600 -

Elong Administração e Representação Ltda. 238 238 ---

Dividendos e bonificação a receber ligada 94.689 94.689 ---

Sercom Comércio e Serviços Ltda. 94.689 94.689 ---

Valores a receber de Sociedade Ligada 8.059 1.506 ---

Banco Safra BSI S.A. 749 948 ---

Safra Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. 6.745 15 ---

Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil 103 ----

Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda. 361 542 ---

Banco J Safra S.A 101 1 ---

Depósitos (613.946) (169.232) ---

Banco Safra BSI S.A. (443.572) (1.112) ---

Safra Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (11) (120) ---

Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (809) (514) ---

Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda. (21) (150) ---

Banco Safra S.A – Cayman Islands (160.262) (161.033) ---

Sercom Comércio e Serviços Ltda. (51) (96) ---

Elong Administração e Representação Ltda. (60) (8) ---

Taquari Representação e Participação Ltda. (89) (113) ---

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

Ativos/(Passivos) Receitas/(Despesas)

2009 2008 2º Semestre 20009 2008

Aratu Segurança Vigilância S/C Ltda. (32) (163) ---

Pastoril Agropecuária Couto Magalhães S.A. (65) (64) ---

Safra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários (692) (190) ---

Safra Seguros Gerais S.A. (1.355) (785) ---

Safra Vida e Previdência S.A. (4.163) (1.914) ---

Acauã Construtora Ltda. (60) (117) ---

JS Administração de Recursos S.A. (2.704) (2.853) ---

Depósitos Interfinanceiros (2.933.924) (1.794.615) (189.843) (293.148) (1.026.094)

Banco Safra BSI S.A. (155.020) (688.300) (24.328) (51.796) (33.341)

Safra Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (9.901) (192.515) (2.080) (9.492) (21.649)

Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda. -(88.030) -(2.806) (12.003)

Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (2.644.826) (821.942) (163.435) (229.054) (926.502)

Banco Safra Luxemburgo (124.177) (3.313) ---

Banco J Safra S.A. -(515) --(32.599)

Obrigações Operações Compromissadas (8.997) (57.500) (1.429) (3.807) (6.094)

Banco J Safra S.A. (8.997) (57.500) (721) (2.442) (4.878)

Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda. --(708) (1.365) (1.216)

Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior (401.686) (70.537) (9.905) (17.718) (136.789)

Banco Safra Luxemburgo (52.549) (70.537) ---

Banco Safra S.A.– Cayman Islands (349.137) -(9.905) (17.718) (136.789)

Instrumentos financeiros derivativos (312.156) (21.396) (111.573) (310.859) (394.827)

Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (2.720) -(9.351) (10.396) -

Banco J Safra S.A. -(6.818) (14.216) (28.661) (204.777)

Safra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários (292.142) -(10.404) (13.612) -

Banco Safra S.A.– Cayman Islands (17.294) (14.578) (77.602) (258.190) (190.050)

Dividendos e Bonificações a pagar (1.772) (154.060) ---

JS Administração de Recursos S.A. (1.772) (154.060) ---

Remuneração do Capital Próprio a pagar TJLP -(92.856) ---

JS Administração de Recursos S.A. -(92.856) ---

Negociação e Intermediação de Valores (2.674) (2.547) ---

Banco Safra Luxemburgo (2.670) (2.538) ---

Safra National Bank of New York (4) (9) ---

Receita Cessão de Crédito da Carteira

de Arrendamento Mercantil --6.370 6.370 -

Banco J Safra S.A. --6.370 6.370 -

Receita de Repasse Interfinanceiro --380 380 -

Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil --380 380 -

Despesas com Corretagem Pessoa Jurídica --(254) (416) (362)

Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda. --(254) (416) (362)

Despesas de aluguéis ligadas --(21.945) (30.864) (15.328)

Safra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários --(20.134) (27.248) (11.753)

Acauã Construtora Ltda. --(1.263) (2.519) (2.354)

JS Administração de Recursos S.A. --(548) (1.097) (1.221)

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A utilização de Instrumentos Financeiros Derivativos pelo

Banco Safra e controladas tem por objetivo principal

proporcionar aos seus clientes produtos que possibilitem a

proteção de seus ativos contra eventuais riscos provenientes

de oscilações de moeda e de taxa de juros. Além disso, estes

instrumentos são utilizados pelo Banco na administração diária

dos riscos assumidos em suas operações, incluindo-se também

o "hedge" da carteira de títulos definido pela Administração.

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros

derivativos são: risco de crédito, risco de mercado e risco de

liquidez, abaixo definidos:

• Risco de crédito é o risco decorrente da possibilidade de

perda devido ao não recebimento de contrapartes ou de

credores de valores contratados.

• Risco de mercado é a exposição criada pela potencial

flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de

mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros

valores, e em função do tipo de produto, do volume de

operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade

subjacente.

• Define-se como risco de liquidez a ocorrência de

desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis

decorrentes de operações com instrumentos financeiros

derivativos que possam afetar a capacidade de pagamento da

instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas

e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

As posições do Banco Safra e controladas são monitoradas por

área de controle independente, que utiliza sistema específico

para administração de risco, com cálculo do VaR (valor em

risco) com intervalo de confiança de 95%, testes de stress, back

testing e demais recursos técnicos. O Banco possui Comitê de

Risco de Mercado, composto por executivos do alto escalão,

que se reúne semanalmente para análise de estratégias,

cenários de stress e para examinar os limites de risco.

Os valores dados em garantia para operações em bolsas em

31 de dezembro estavam compostos da seguinte forma:

BANCO CONSOLIDADO

2009 2008 2009 2008

Tesouro Nacional 447.465 227.390 759.134 1.146.864

447.465 227.390 759.134 1.146.864

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

2009

BANCO

Valor de Mercado e Prazos de Vencimento

Valor Valor de Até 90 dias De 91 a De 181 a Acima de Total

Referencial Custo 180 dias 365 dias 365 dias

Atualizado

Swap

Taxa de juros

Ativo 6.988.783 7.521.247 880.352 918.177 1.959.748 3.527.937 7.286.214

Passivo (8.019.226) (7.766.815) (1.043.224) (932.353) (1.942.209) (3.696.855) (7.614.641)

(1.030.443) (245.568) (162.872) (14.176) 17.539 (168.918) (328.427)

Moeda estrangeira

Ativo 1.305.599 570.071 161.287 36.065 44.490 349.490 591.332

Passivo (275.156) (300.949) (63.004) (46.578) (63.892) (120.100) (293.574)

1.030.443 269.122 98.283 (10.513) (19.402) 229.390 297.758

Valores a receber -136.575 3.756 2.481 19.298 114.807 140.342

Valores a pagar -(113.021) (68.345) (27.170) (21.161) (54.335) (171.011)

Termo

Títulos Privados

Posições ativas:

Vendas a termo a receber 4.406 4.673 4.703 ---4.703

4.406 4.673 4.703 ---4.703

Opções

Índice Bovespa

Compras de:

Opções de compra 27.981 1.328 1.036 723 1.332 372 3.463

Opções de venda --16 7 50 8 81

27.981 1.328 1.052 730 1.382 380 3.544

Vendas de:

Opções de compra (10.653) (350) (664) 12 --(652)

Opções de venda (16.748) (416) (136) (40) --(176)

(27.401) (766) (800) (28) --(828)

IDI

Compras de:

Opções de venda 4.971.261 10.323 ---10.101 10.101

4.971.261 10.323 ---10.101 10.101

Vendas de:

Opções de venda (4.971.261) (10.344) ---(10.122) (10.122)

(4.971.261) (10.344) ---(10.122) (10.122)

Moeda estrangeira

Compras de:

Opções de compra 36.220 2.220 2.248 ---2.248

Opções de venda 46.817 7.780 7.780 ---7.780

83.037 10.000 10.028 ---10.028

2009

BANCO

Valor de Mercado e Prazos de Vencimento

Valor Valor de Até 90 dias De 91 a De 181 a Acima de Total

Referencial Custo 180 dias 365 dias 365 dias

Atualizado

Vendas de:

Opções de compra (31.244.903) (2.612.955) (193.319) (375.671) (760.769) (1.610.194) (2.939.953)

Opções de venda (39.931.438) (2.597.895) (372.273) (441.382) (906.852) (1.063.647) (2.784.154)

(71.176.341) (5.210.850) (565.592) (817.053) (1.667.621) (2.673.841) (5.724.107)

Non Deliverable Forward – NDF

Posições compradas 209.586 -74.020 6.898 41.499 11.210 133.627

Posições vendidas (199.973) -(28.679) (9.822) (161.472) -(199.973)

9.613 -45.341 (2.924) (119.973) 11.210 (66.346)

Provisões ativas 2.122 -1.994 128 --2.122

Provisões passivas (16.306) -(3.130) (106) (12.021) (1.049) (16.306)

(14.184) -(1.136) 22 (12.021) (1.049) (14.184)

Mercado Futuro – BM&F

Posições compradas

Cupom cambial - DDI 1.960.128 -697.359 -553.839 708.931 1.960.129

Taxa de juros –DI1 110.734 ----110.734 110.734

Dólar comercial -DOL 102.731 -102.731 ---102.731

Índice Bovespa - IND 11.761 -11.761 ---11.761

2.185.354 -811.851 -553.839 819.665 2.185.355

Posições vendidas

Cupom cambial - DDI (3.389.610) -(2.253.661) (939.103) -(196.846) (3.389.610)

Taxa de juros –DI1 (11.164.120) -(3.958.161) (1.262.280) (1.944.151) (3.999.529) (11.164.121)

Dólar comercial -DOL (8.768) -(8.768) ---(8.768)

Euro (30.794) -(30.794) ---(30.794)

(14.593.292) -(6.251.384) (2.201.383) (1.944.151) (4.196.375) (14.593.293)

Valores a receber -482 ----482

Swap cambial – Banco Central

Posições vendidas

Swap cambial -SCC 156.708 ---26.118 130.590 156.708

156.708 ---26.118 130.590 156.708

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

2009

CONSOLIDADO

Valor de Mercado e Prazos de Vencimento

Valor Valor de Até 90 dias De 91 a De 181 a Acima de Total

Referencial Custo 180 dias 365 dias 365 dias

Atualizado

Swap

Taxa de juros

Ativo 6.988.783 9.436.618 1.254.718 934.151 1.974.941 3.527.937 7.691.747

Passivo (8.019.226) (9.689.437) (1.417.771) (935.458) (1.945.300) (3.696.855) (7.995.384)

(1.030.443) (252.819) (163.053) (1.307) 29.641 (168.918) (303.637)

Moeda estrangeira

Ativo 1.555.721 854.906 161.287 360.436 536.817 1.327.464 2.386.004

Passivo (525.278) (650.086) (63.004) (371.431) (557.034) (1.184.889) (2.176.358)

1.030.443 204.820 98.283 (10.995) (20.217) 142.575 209.646

Valores a receber -136.648 3.529 1.999 18.483 114.592 138.603

Valores a pagar -(184.647) (68.299) (14.301) (9.059) (140.935) (232.594)

Termo

Títulos Privados

Posições ativas:

Vendas a termo a receber 4.706 4.673 4.703 ---4.703

4.706 4.673 4.703 ---4.703

Opções

Índice Bovespa

Compras de:

Opções de compra 27.981 1.328 1.036 723 1.332 372 3.463

Opções de venda --16 7 50 8 81

27.981 1.328 1.052 730 1.382 380 3.544

Vendas de:

Opções de compra (10.653) (350) (664) 12 --(652)

Opções de venda (16.748) (416) (136) (40) --(176)

(27.401) (766) (800) (28) --(828)

IDI

Compras de:

Opções de venda 4.971.261 10.323 ---10.101 10.101

4.971.261 10.323 ---10.101 10.101

Vendas de:

Opções de venda (4.971.261) (10.344) ---(10.122) (10.122)

(4.971.261) (10.344) ---(10.122) (10.122)

Moeda estrangeira

Compras de:

Opções de compra 36.220 2.220 2.248 ---2.248

Opções de venda 46.817 7.780 7.780 ---7.780

83.037 10.000 10.028 ---10.028

Vendas de:

Opções de compra (28.135.072) (2.482.597) (212.354) (375.671) (760.769) (1.460.801) (2.809.595)

Opções de venda (34.449.663) (2.465.832) (354.979) (441.382) (906.852) (948.878) (2.652.091)

(62.584.735) (4.948.429) (567.333) (817.053) (1.667.621) (2.409.679) (5.461.686)

2009

CONSOLIDADO

Valor de Mercado e Prazos de Vencimento

Valor Valor de Até 90 dias De 91 a De 181 a Acima de Total

Referencial Custo 180 dias 365 dias 365 dias

Atualizado

Non Deliverable Forward - NDF

Posições compradas 209.586 -74.020 6.898 41.499 11.210 133.627

Posições vendidas (199.973) -(28.679) (9.822) (161.472) -(199.973)

9.613 -45.341 (2.924) (119.973) 11.210 (66.346)

Provisões ativas 2.122 -1.994 128 --2.122

Provisões passivas (16.306) -(3.130) (106) (12.021) (1.049) (16.306)

(14.184) -(1.136) 22 (12.021) (1.049) (14.184)

Mercado Futuro – BM&F

Posições compradas

Cupom cambial - DDI 1.960.128 -697.359 -553.839 708.931 1.960.129

Taxa de juros –DI1 110.734 ----110.734 110.734

Dólar comercial -DOL 102.731 -102.731 ---102.731

Índice Bovespa - IND 11.761 -11.761 ---11.761

2.185.354 -811.851 -553.839 819.665 2.185.355

Posições vendidas

Cupom cambial - DDI (3.389.610) -(2.253.661) (939.103) -(196.846) (3.389.610)

Taxa de juros –DI1 (11.164.120) -(3.958.161) (1.262.280) (1.944.151) (3.999.529) (11.164.121)

Dólar comercial -DOL (8.768) -(8.768) ---(8.768)

Euro (30.794) -(30.794) ---(30.794)

(14.593.292) -(6.251.384) (2.201.383) (1.944.151) (4.196.375) (14.593.293)

Valores a receber -482 ----482

Swap cambial – Banco Central

Posições vendidas

Swap cambial -SCC 156.708 ---26.118 130.590 156.708

156.708 ---26.118 130.590 156.708

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

2008

BANCO

Valor de Mercado e Prazos de Vencimento

Valor Valor de Até 90 dias De 91 a De 181 a Acima de Total

Referencial Custo 180 dias 365 dias 365 dias

Atualizado

Swap

Taxa de juros

Ativo 8.450.602 7.756.901 1.569.209 560.220 1.160.821 5.614.304 8.904.554

Passivo (9.686.449) (7.516.115) (1.327.814) (497.295) (1.039.103) (5.824.940) (8.689.152)

(1.235.847) 240.786 241.395 62.925 121.718 (210.636) 215.402

Moeda estrangeira

Ativo 2.125.290 889.682 242.391 122.998 69.871 484.250 919.510

Passivo (889.443) (1.210.077) (550.881) (258.666) (272.274) (132.593) (1.214.414)

1.235.847 (320.395) (308.490) (135.668) (202.403) 351.657 (294.904)

Valores a receber -348.457 63.134 15.663 5.116 264.652 348.565

Valores a pagar -(428.066) (130.229) (88.406) (85.801) (123.631) (428.067)

Termo

Títulos Privados

Posições ativas:

Vendas a termo a receber 681 672 722 ---722

681 672 722 ---722

Opções

Índice Bovespa

Compras de:

Opções de compra 29.940 3.992 5 951 1.131 247 2.334

Opções de venda -15 --12 2 14

29.940 4.007 5 951 1.143 249 2.348

Vendas de:

Opções de compra (2.992) (310) -(173) (65) -(238)

(2.992) (310) -(173) (65) -(238)

Moeda estrangeira

Compras de:

Opções de compra 6.155 32.521 32.685 2.147 --34.832

6.155 32.521 32.685 2.147 --34.832

Vendas de:

Opções de compra (29.431.363) (3.121.739) (260.247) (303.871) (429.078) (2.348.474) (3.341.670)

Opções de venda (37.506.087) (2.960.541) (346.018) (397.731) (557.759) (1.793.526) (3.095.034)

(66.937.450) (6.082.280) (606.265) (701.602) (986.837) (4.142.000) (6.436.704)

Non Deliverable Forward - NDF

Posições compradas 524.067 -125.401 58.123 76.822 263.721 524.067

Posições vendidas (217) -(217) ---(217)

523.850 -125.184 58.123 76.822 263.721 523.850

Provisões ativas 90.857 -40.387 14.921 21.418 14.131 90.857

Provisões passivas (22.366) -(22.366) ---(22.366)

68.491 -18.021 14.921 21.418 14.131 68.491

2008

BANCO

Valor de Mercado e Prazos de Vencimento

Valor Valor de Até 90 dias De 91 a De 181 a Acima de Total

Referencial Custo 180 dias 365 dias 365 dias

Atualizado

Mercado Futuro – BM&F

Posições compradas

Cupom cambial - DDI 2.102.465 -848.033 227.542 729.809 297.081 2.102.465

Taxa de juros –DI1 351.113 ----351.113 351.113

2.453.578 -848.033 227.542 729.809 648.194 2.453.578

Posições compradas

Cupom cambial - DDI (217.960) -(55.718) -(55.128) (107.114) (217.960)

Taxa de juros –DI1 (19.906.987) -(10.185.235) (2.550.744) (3.879.866) (3.291.142) (19.906.987)

Dólar comercial -DOL (1.330.181) -(1.330.181) ---(1.330.181)

(21.455.128) -(11.571.134) (2.550.744) (3.934.994) (3.398.256) (21.455.128)

Valores a receber 4.221 -4.221 ---4.221

Swap cambial – Banco Central

Posições vendidas

Swap cambial - SCC 572.565 -397.290 -175.275 -572.565

572.565 -397.290 -175.275 -572.565

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

2008

CONSOLIDADO

Valor de Mercado e Prazos de Vencimento

Valor

Referencial

Valor de

Custo

Atualizado

Até 90 dias De 91 a

180 dias

De 181 a

365 dias

Acima de

365 dias

Total

Swap

Taxa de juros

Ativo

Passivo

Moeda estrangeira

Ativo

Passivo

1.235.847 (320.395) (296.976) (135.656) (177.715) 123.786 (486.561)

Valores a receber -357.167 60.377 15.666 5.113 260.617 341.773

Valores a pagar -(432.574) (116.143) (88.146) (53.788) (347.120) (605.197)

Termo

Títulos Privados

Posições ativas:

Vendas a termo a receber 681 672 722 ---722

681 672 722 ---722

Opções

Índice Bovespa

Compras de:

Opções de compra 29.940 3.992 5 951 1.131 247 2.334

Opções de venda -15 --12 2 14

29.940 4.007 5 951 1.143 249 2.348

Vendas de:

Opções de compra (2.992) (310) -(173) (65) -(238)

(2.992) (310) -(173) (65) -(238)

Moeda estrangeira

Compras de:

Opções de compra (461.245) 840 1.005 2.147 --3.152

Opções de venda -29.572 29.572 ---29.572

(461.245) 30.412 30.577 2.147 --32.724

Vendas de:

Opções de compra (29.618.323) (3.122.795) (261.304) (303.871) (429.078) (2.348.474) (3.342.727)

Opções de venda (37.322.156) (2.962.688) (347.758) (398.136) (557.759) (1.793.526) (3.097.179)

(66.940.479) (6.085.483) (609.062) (702.007) (986.837) (4.142.000) (6.439.906)

Non Deliverable Forward - NDF

Posições compradas 524.067 -125.401 58.123 76.822 263.721 524.067

Posições vendidas (217) -(217) ---(217)

523.850 -125.184 58.123 76.822 263.721 523.850

Provisões ativas 90.857 -40.387 14.921 21.418 14.131 90.857

Provisões passivas (22.366) -(22.366) ---(22.366)

68.491 -18.021 14.921 21.418 14.131 68.491

2008

CONSOLIDADO

Valor de Mercado e Prazos de Vencimento

Valor Valor de Até 90 dias De 91 a De 181 a Acima de Total

Referencial Custo 180 dias 365 dias 365 dias

Atualizado

Mercado Futuro –BM&F

Posições compradas

Cupom cambial - DDI 2.102.465 -848.033 227.542 729.809 297.081 2.102.465

Taxa de juros –DI1 351.113 ----351.113 351.113

2.453.578 -848.033 227.542 729.809 648.194 2.453.578

Posições vendidas

Cupom cambial - DDI (217.960) -(55.718) -(55.128) (107.114) (217.960)

Taxa de juros –DI1 (19.906.987) -(10.185.235) (2.550.744) (3.879.866) (3.291.142) (19.906.987)

Dólar comercial -DOL (1.330.181) -(1.330.181) ---(1.330.181)

(21.455.128) -(11.571.134) (2.550.744) (3.934.994) (3.398.256) (21.455.128)

Valores a receber 4.221 -4.221 ---4.221

Swap cambial – Banco Central

Posições compradas

Swap cambial - SCC 572.565 -397.290 -175.275 -572.565

572.565 -397.290 -175.275 -572.565

Posições vendidas

Swap cambial - SCC (2.337) -(2.337) ---(2.337)

(2.337) -(2.337) ---(2.337)

Em 31 de dezembro, os locais de negociação e os montantes dos instrumentos financeiros derivativos eram os seguintes:

BANCO CONSOLIDADO

Local 2009 2008 2009 2008

BM&F 88.782.657 94.175.042 88.782.657 94.178.071

CETIP 7.359.241 8.973.110 9.559.446 9.626.467

Hedge de ativos e passivos financeiros com juros pré-fixados

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, os ativos e passivos

financeiros do Banco, com taxas pré-fixadas, representados

substancialmente por parcela das operações de crédito,

arrendamento mercantil e captações em depósitos a prazo,

foram objeto de hedge, para os quais foram designados

instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge

de risco de mercado em conformidade com o disposto na

Circular BACEN nº 3082, de 30 de janeiro de 2002.

Como resultado da política de proteção definida e a estratégia

adotada pela Administração, a efetividade apurada para a

96.141.898 103.148.152 98.342.103 103.804.538

carteira de hedge em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

estavam em conformidade com o padrão estabelecido pelo

Banco Central do Brasil e não foi identificada nenhuma parcela

inefetiva a ser registrada contabilmente durante o exercício.

Os ativos e passivos financeiros objetos do hedge bem como os

instrumentos financeiros derivativos foram avaliados a mercado

e tiveram seus ajustes reconhecidos no resultado do exercício.

A composição dos ativos e passivos financeiros objetos do

hedge e dos instrumentos financeiros derivativos apresentavase

como segue:

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

2009

Ativos e passivos objetos de hedge

Instrumentos financeiros derivativos

Ativos

Passivos

Ativos

Passivos

Valor na Curva

11.112.696

(2.778.998)

8.333.698

912.873

(8.280.537)

(7.367.664)

Valor a Mercado

11.214.171

(2.807.320)

8.406.851

910.414

(8.308.490)

(7.398.076)

2008

Valor na Curva Valor a Mercado

Ativos e passivos objetos de hedge Ativos 9.334.293 9.372.402

Passivos (3.261.546) (3.267.599)

6.072.747 6.104.803

Instrumentos financeiros derivativos Ativos 7.446 8.000

Passivos (5.349.314) (5.452.147)

(5.341.868) (5.444.147)

Em 31 de dezembro de 2009 o ganho não realizado acumulado nos ativos e passivos financeiros objetos de hedge, exceto

derivativos, lançados em resultado é de R$ 73.153 (R$ 32.056 em 2008).

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As conciliações do encargo de imposto de renda e contribuição social, nos exercícios findos em 31 de dezembro, podem ser

assim demonstradas:

2009

BANCO CONSOLIDADO

Imposto de

Renda

Contribuição

Social

Imposto de

Renda

Contribuição

Social

Lucro antes da tributação 1.075.069 1.075.069 1.209.223 1.209.223

Alíquotas vigentes 25% 15% 25% 15%

Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL (268.767) (161.260) (302.306) (181.383)

Efeito de IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:

Equivalência patrimonial(\*) 153.513 92.035 (37.153) (22.365)

Rendas de Juros sobre Capital Próprio (50.421) (30.252) --

Títulos e valores mobiliários no exterior 33.884 20.331 34.146 20.487

Outras diferenças permanentes 12.479 7.501 10.387 7.090

Ajuste de imposto de renda diferido sobre

superveniência de depreciação (216.730) -(126.500) -

Ajuste de impostos diferidos sobre marcação a mercado (5.971) (3.583) (7.145) (4.287)

Créditos tributários reconhecidos sobre diferenças temporárias 55.525 33.315 64.354 38.587

Efeito de IRPJ/CSLL sobre diferenças temporárias:

Superveniência de depreciação 216.730 -126.500 -

Provisão para devedores duvidosos (16.680) (10.008) 18.002 10.801

Marcação a mercado 5.729 3.437 6.905 4.143

Provisão / Reversão contingências (26.812) (16.087) 14.213 8.938

Outras diferenças temporárias (18) (11) 716 4.201

Compensação:

Incentivos Fiscais --3.879 -

Ajuste DIPJ 29 8.295 (1.515) 11.354

TOTAL (107.510) (56.287) (195.517) (102.434)

(\*) Inclui efeitos tributários sobre variação cambial na agência e no investimento em controlada no exterior.

2008

BANCO CONSOLIDADO

Imposto de Contribuição Imposto de Contribuição

Renda Social Renda Social

Lucro antes da tributação 939.870 939.870 1.154.023 1.154.023

Alíquotas vigentes (\*) 25,00% 13,52% 25,00% 13,52%

Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL (234.967) (127.070) (288.506) (156.024)

Efeito de IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:

Equivalência patrimonial(\*\*) 145.297 78.576 (370) (200)

Subsidiária no exterior --47.681 25.786

Títulos e valores mobiliários no exterior 37.400 20.228 43.746 23.499

Remuneração do Capital Próprio 29.250 15.820 29.250 15.820

Outras diferenças permanentes (1.228) (774) (1.788) 199

Ajuste de imposto de renda diferido sobre

superveniência de depreciação (103.670) -(318.985) -

Ajuste de impostos diferidos sobre marcação a mercado 16.339 7.420 15.883 6.802

Efeito de IRPJ/CSLL sobre diferenças temporárias:

Superveniência de depreciação 103.670 -318.985 -

Provisão para devedores duvidosos (22.698) (12.276) (23.958) (13.408)

Marcação a mercado (16.339) (7.420) (15.883) (6.802)

Provisão / Reversão contingências (19.694) (10.652) (22.597) (12.219)

Outras diferenças temporárias 4.096 2.214 11.162 9.960

Compensação:

Incentivos Fiscais --1.336 -

TOTAL (62.544) (33.934) (204.044) (106.587)

(\*) A Contribuição Social está sendo apurada com alíquota de 9% de janeiro a abril de 2008 e 15% após 1 de maio de 2008, que resultou na alíquota

proporcional de 13,52% no Banco e no Consolidado nesse período.

(\*\*) Inclui efeitos tributários sobre variação cambial na agência e no investimento em controlada no exterior

Os créditos e débitos tributários apresentaram a seguinte movimentação para os exercícios encerrados em 31 de dezembro:

2009

BANCO CONSOLIDADO

Crédito Passivo Crédito Passivo

Tributário Tributário Tributário Tributário

Saldo no início do exercício

Constituição / Realização crédito / passivo tributário

Saldo no final do exercício

85.137

94.709

179.846

(178.488)

(172.595)

(351.083)

433.173

70.623

503.796

(1.168.887)

(84.141)

(1.253.028)

2008

BANCO CONSOLIDADO

Crédito

Tributário

Passivo

Tributário

Crédito

Tributário

Passivo

Tributário

Saldo no início do exercício

Constituição / Realização crédito / passivo tributário

Saldo no final do exercício

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

As movimentações acima compreendem as seguintes origens dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidos:

a) 2009:

BANCO

Início do Exercício Constituição / Realização Fim do Exercício

Créditos Tributários:

IRPJ/CSLL diferido sobre:

Provisões para contingências trabalhistas

Provisões para contingências cíveis

Ajuste a valor de mercado - TVM e Derivativos

Ajuste a valor de mercado - TVM e Derivativos - PL

Prejuízo Fiscal (\*)

Outras adições temporárias

Créditos tributários sobre diferenças

temporárias contabilizadas

Obrigações Fiscais Diferidas:

IRPJ/CSLL diferidos sobre:

Ajuste a valor de mercado - TVM e Derivativos

Ajuste a valor de mercado -Títulos disponíveis para venda

Superveniência de depreciação

Total de obrigações fiscais diferidas sobre

diferenças temporárias

CONSOLIDADO

Início do Exercício Constituição / Realização Fim do Exercício

Créditos Tributários:

IRPJ/CSLL diferido sobre:

Provisões para contingências trabalhistas -39.056 39.056

Provisões para contingências cíveis -58.834 58.834

Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos 55.626 (53.626) 2.000

Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos - PL -470 470

Prejuízo Fiscal (\*) 376.406 16.723 393.129

Base Negativa 1.141 4.114 5.255

Outras adições temporárias -5.052 5.052

Créditos tributários sobre diferenças

temporárias contabilizadas 433.173 70.623 503.796

Obrigações Fiscais Diferidas:

IRPJ/CSLL diferidos sobre:

Ajuste a valor de mercado - TVM e Derivativos (48.912) 42.190 (6.722)

Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda (85) 85 -

Superveniência de depreciação (1.119.890) (126.416) (1.246.306)

Total de obrigações fiscais diferidas sobre

diferenças temporárias (1.168.887) (84.141) (1.253.028)

(\*) Oriundo da exclusão de receita de superveniência de depreciação da base de cálculo do Imposto de Renda.

b) 2008:

BANCO

Início do Exercício Constituição / Realização Fim do Exercício

Créditos Tributários:

IRPJ/CSLL diferido sobre:

Ajuste a valor de mercado - TVM e Derivativos 32.647 22.979 55.626

Prejuízo Fiscal -29.511 29.511

Créditos tributários sobre diferenças

temporárias contabilizadas 32.647 52.490 85.137

Obrigações Fiscais Diferidas:

IRPJ/CSLL diferidos sobre:

Ajuste a valor de mercado – TVM e Derivativos (48.281) 780 (47.501)

Ajuste a valor de mercado – Títulos disponíveis para venda (75) (10) (85)

Superveniência de depreciação (27.232) (103.670) (130.902)

Total de obrigações fiscais diferidas sobre

diferenças temporárias (75.588) (102.900) (178.488)

CONSOLIDADO

Início do Exercício Constituição / Realização Fim do Exercício

Créditos Tributários:

IRPJ/CSLL diferido sobre:

Ajuste a valor de mercado - TVM e Derivativos

Prejuízo Fiscal

Base Negativa

Créditos tributários sobre diferenças

temporárias contabilizadas

3.173

Obrigações Fiscais Diferidas:

IRPJ/CSLL diferidos sobre:

Ajuste a valor de mercado – TVM e Derivativos

Ajuste a valor de mercado – Títulos disponíveis para venda

Superveniência de depreciação (\*)

Total de obrigações fiscais diferidas sobre

diferenças temporárias (812.671) (356.216) (1.168.887)

(\*) A partir de abril de 2008, o Banco J. Safra tornou-se instituição integrante do Consolidado. Dessa forma, a movimentação de superveniência de

depreciação contempla a adição do saldo patrimonial do referido Banco.

Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

a) Banco Safra:

2009

Diferenças temporárias Prejuízo fiscal e base negativa

Exercício Imposto de Contribuição Imposto de Contribuição Total

renda social renda social

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

b) Consolidado:

2009

Diferenças temporárias Prejuízo fiscal e base negativa

Exercício Imposto de Contribuição

renda

Imposto de

social

Contribuição

renda

Total

social

2010

2011

2012

2013

2014

14.833

Total 65.734 39.678 393.129 5.255 503.796

O valor presente da previsão de realização dos créditos Em 31 de dezembro de 2009, existem diferenças temporárias

tributários é de R$ 132.263 no Banco e R$ 377.073 no cujos créditos tributários não foram reconhecidos no montante

Consolidado, descontados pela variação do CDI projetada para de R$ 510.222 (R$ 513.598 em 2008) no Banco e R$ 626.705

os períodos correspondentes. (R$ 756.489 em 2008) no Consolidado, com base nas análises

atuais da Administração.

25. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

a) Receitas com Prestação de Serviços:

BANCO CONSOLIDADO

2º SEMESTRE 2009 2008 2009 2008

Receitas com prestação de serviços

de fundos de investimento (\*) 42.809 75.622 5.967 134.505 212.919

Receita com corretagem sobre operações em Bolsa ---23.484 29.973

Receitas com cobrança 36.472 60.998 66.664 61.047 68.102

Receitas com garantias prestadas 51.918 96.297 69.119 96.297 69.119

Receitas com serviços de custódia 1.518 2.993 -4.115 -

Outros serviços (convênio, tarifas e comissões) 10.762 20.252 22.874 29.149 24.113

Outras 746 1.487 3.115 17.767 25.313

144.225 257.649 167.739 366.364 429.539

(\*) No Banco refere-se à serviços de custódia e no Consolidado refere-se à serviços de gestão de fundos de investimento.

b) Outras Despesas Administrativas:

BANCO CONSOLIDADO

2º SEMESTRE 2009 2008 2009 2008

Despesas com água, energia e gás 4.018 8.599 8.798 9.605 10.054

Despesas com aluguéis 36.645 74.138 65.225 51.695 45.115

Despesas com arrendamento de bens 6.245 13.982 13.248 3.150 548

Despesas de comunicações 6.518 12.897 22.032 17.681 24.528

Despesas com manutenção e conservação 11.048 21.131 25.865 23.011 28.198

Despesas com material de expediente 1.572 2.728 4.931 2.729 4.948

Despesas com publicidade e propaganda 4.194 10.836 13.448 12.410 14.443

Despesas com processamento de dados 19.099 39.038 49.057 39.686 50.573

Despesas com serviços técnicos especializados (\*) 22.875 41.197 47.428 52.217 59.904

Despesas de serviços terceiros (\*\*) 60.351 112.478 124.943 125.187 145.128

Despesas com viagens 3.003 5.881 9.524 6.615 9.759

Despesas com serviços do sistema financeiro 12.910 23.680 29.778 24.732 31.479

Despesas com serviços de vigilância e segurança 5.184 10.000 10.785 10.538 11.447

Despesas com transportes 9.499 20.802 29.087 21.262 29.297

Despesas com proteção a informação 3.219 23.374 14.812 25.127 16.062

Despesas de depreciação / amortização 9.200 19.658 20.346 40.923 46.470

Outras 28.153 48.183 90.651 72.067 106.483

243.733 488.602 579.958 538.635 634.436

(\*) Refere-se substancialmente a honorários advocatícios e serviços de especialistas.

(\*\*) Refere-se substancialmente a prestação de serviços de correspondente bancário e outros serviços profissionais prestados.

c) Despesas Tributárias:

BANCO CONSOLIDADO

2º SEMESTRE 2009 2008 2009 2008

COFINS 5.300 9.461 7.778 38.335 45.885

PIS 878 1.555 1.264 6.215 7.556

ISS - Imposto Sobre Serviços 6.565 12.078 10.560 22.988 21.367

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano 251 2.559 2.781 2.876 3.268

IOF - Imposto sobre Operações Financeiras 1.560 5.986 5.114 6.387 5.557

Despesas com Refis 46.682 46.682 -101.793 -

Outras 6.182 8.807 14.036 13.566 15.851

67.418 87.128 41.533 192.160 99.484

d) Outras Receitas Operacionais:

BANCO CONSOLIDADO

2º SEMESTRE 2009 2008 2009 2008

Recuperação de encargos e despesas 18.046 24.924 6.397 21.413 7.843

Imposto de renda ----343

Reversão de provisões diversas 101.173 185.210 130.267 408.988 164.031

Rendas sobre direitos creditórios adquiridos 43.853 113.993 163.977 113.993 163.977

Receitas com operações de seguros ---103.339 101.878

Variação cambial (\*) 2.272 9.014 161.638 22.356 326.150

Títulos e créditos a receber 24.652 43.986 21.421 43.986 21.421

Outras rendas operacionais 29.595 44.639 70.794 168.251 182.940

219.591 421.766 554.494 882.326 968.583

(\*) Refere-se substancialmente a variação cambial do investimento no exterior (agência e subsidiária).

135

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

e) Outras Despesas Operacionais:

BANCO CONSOLIDADO

2º SEMESTRE 2009 2008 2009 2008

Provisão para contingências 105.210 217.224 51.764 268.760 130.748

Outras provisões 53.756 90.846 71.810 99.702 78.246

Despesa de desconto concedido em renegociação 17.968 24.027 13.517 24.027 13.517

Despesas com operações de seguros ---112.645 80.682

Variação cambial (\*) 25.823 74.321 106.408 184.048 117.424

Outras despesas operacionais (\*\*) 22.465 50.513 90.183 61.936 161.050

225.222 456.931 333.682 751.118 581.667

(\*) Refere-se substancialmente a variação cambial do investimento no exterior (agência e subsidiária).

(\*\*) Representadas substancialmente por despesas com taxas “consumer business”, taxas operacionais de cartão, variação cambial de títulos de

governo, variações monetárias passivas, despesas com captações e outras despesas diversas.

26. LIMITES OPERACIONAIS

O Banco Central do Brasil divulgou os Comunicados nºs

12.746/04 e 16.137/07, que tratam das diretrizes e cronogramas

para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basiléia

(Basiléia II). Estes Comunicados têm como orientação as

recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia,

contidas no documento “Convergência Internacional de

Mensuração e Padrões de Capital: Uma Estrutura Revisada”,

que estabelece critérios mais adequados aos níveis de riscos

associados às operações das instituições financeiras para

alocação de capital regulamentar.

Em complemento aos Comunicados acima mencionados, o

Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil

divulgaram diversos normativos que estabelecem as diretrizes

para a apuração do capital regulatório, que passaram a

produzir efeitos a partir de 1º de julho de 2008, entre eles:

•

Resolução CMN nº 3.464/07 – Implementa a estrutura de

gerenciamento de risco de mercado;

•

Resolução CMN 3.490/07 – Define o Patrimônio Líquido de

Referência (PRE);

•

Circular 3.360/07 – Define a Parcela de Exposição Ponderada

pelo Risco (PEPR);

•

Circulares 3.361/07 a 3.364/07, 3.366/07, 3.368/07, 3.389/08 –

Definem a exposição às Parcelas de Juros (PJUR-1 a PJUR-4),

Ações (PACS), Commodities (PCOM) e Câmbio (PCAM);

•

Circular 3.383/08 (alterada pela Circular nº 3.476/09) –

Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do

PRE referente ao risco operacional (POPR), de que trata a

Resolução nº 3.490/07.

•

Carta-Circular 3.315/08 - Esclarece sobre os procedimentos

para o cálculo da parcela do PRE referente ao risco

operacional (POPR), de que trata a Circular nº 3.383/08.

•

Carta-Circular 3.316/08 - Detalha a composição do Indicador

de Exposição ao Risco Operacional (IE).

Com base nos normativos mencionados no parágrafo anterior,

em 31 de dezembro de 2009, o Patrimônio de Referência (PR) do

Consolidado, que monta R$ 5.815.453, apresenta margem de

R$ 1.819.876 acima do Patrimônio de Referência Exigido pelo

BACEN (PRE) e índice da Basiléia de 16,05%, mantendo, dessa

forma, a compatibilidade do capital com os riscos das

atividades do Grupo.

A partir de dezembro de 2008, no cálculo do Patrimônio de

Referência Nível I, foi incluído o adicional relativo à provisão

para devedores duvidosos, constituída acima dos percentuais

mínimos requeridos pelas normas do Banco Central do Brasil,

em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 3.674/08.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O saldo de disponibilidades refere-se, substancialmente, a

saldos em conta corrente em bancos no exterior.

b) A responsabilidade por avais, fianças e outras garantias

prestadas montava, em 31 de dezembro de 2009, a R$ 4.376.929

no Banco e R$ 4.404.416 no Consolidado (R$ 5.397.783 em 2008

no Banco e R$ 5.517.091 no Consolidado), não sendo esperadas

perdas em decorrência dessas operações.

c) O Grupo Safra é responsável pela gestão de diversos fundos

de investimento, cujos patrimônios em 31 de dezembro de 2009,

no Consolidado, totalizavam R$ 46.341.953 (R$ 33.303.995 em

2008), sendo R$ 28.466.342 (R$ 25.819.018 em 2008) em fundos de

investimento financeiro, R$ 12.252.970 (R$ 4.657.002 em 2008) em

fundos de aplicações em quotas e R$ 5.622.641 em outros

fundos (R$ 2.827.975 em 2008). As receitas com taxas de

administração dos referidos fundos, registradas na rubrica

“Receitas de Prestação de Serviços”, representam R$ 42.809 no

semestre e R$ 75.622 no exercício (R$ 5.967 em 2008) no Banco

e R$ 134.505 no exercício (R$ 212.919 em 2008) no Consolidado.

d) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas

específicas dos contratos de arredamento mercantil. Os bens

da instituição estão segurados por montantes suficientes para

cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade

civil e riscos diversos.

e) Em 31 de dezembro, o resultado não operacional refere-se

substancialmente ao lucro/(prejuízo) obtido na alienação de

valores e bens e montava a R$ (12.343) no semestre e

R$ (14.228) no exercício (R$ 8.049 em 2008) no Banco e

R$ (7.488) (R$ 4.673 em 2008) no Consolidado.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Grupo Financeiro Safra, é órgão estatutário que atua em consonância com as disposições da Resolução

3.198, de 27.05.2004, do Conselho Monetário Nacional.

O Grupo Financeiro Safra utiliza-se de Comitê de Auditoria único, que integra a estrutura do Banco Safra S.A., sua instituição líder.

O Comitê é composto por quatro membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo três diretores da empresa, sem

prazo fixo de mandato, e um membro independente, com prazo fixo de mandato, além de um coordenador dos trabalhos que

dedica tempo integral à função.

O Comitê desenvolve suas atividades com base nas disposições de seu regulamento e de plano de trabalho anual.

Dentre os trabalhos de avaliação e supervisão efetuados no 2º semestre de 2009, o Comitê destaca os seguintes:

a) Atuação da Ouvidoria;

b) Soluções das recomendações e determinações dos órgãos reguladores;

c) Estrutura e funcionamento dos controles internos das empresas do Grupo;

d) Integridade e qualidade das demonstrações financeiras e respectivos relatórios;

e) Planejamento e desempenho dos auditores internos e externos;

f) Confirmação dos aspectos relacionados à independência e não restrições de atuação dos auditores internos e externos;

g) Avaliação do cumprimento, pela administração do Grupo Financeiro Safra, das recomendações feitas pelos auditores

independentes e pela auditoria interna;

h) Acompanhamento dos projetos referentes à implementação das novas regras de estrutura de gerenciamento de riscos e de

cálculo de capital regulamentar (Basiléia II); e

i) Acompanhamento do projeto relativo às modificações das regras contábeis em face da Lei nº 11.638 (IFRS).

Adicionalmente, o Comitê acompanhou as atividades desenvolvidas pela equipe de fiscalização do Banco Central do Brasil e o

atendimento das solicitações e recomendações apresentadas.

Em vista dos resultados dos trabalhos que desenvolveu, e considerando o parecer dos auditores independentes, Deloitte Touche

Tohmatsu, datado de 19 de fevereiro de 2010, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das

demonstrações financeiras do semestre findo em 31 de dezembro de 2009.

São Paulo, 23 de Fevereiro de 2010

BANCO SAFRA S.A. E BANCO SAFRA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS (“SAFRA CONSOLIDADO”)

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

EM MILHARES DE REAIS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Safra S.A.

São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, do Banco Safra S.A. e do Banco Safra S.A. e controladas,

levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio

líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de

2009, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre

essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos

trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco

e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações

contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do

Banco e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos

relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Safra S.A. e do Banco Safra S.A. e controladas

em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos

de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2009, de acordo com

as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Celso de Almeida Moraes

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 124669/O-9